



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PRÍSCILA RODRIGUES LOPES

**UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NO
POLO DE MAURITI- CEARÁ: ELEMENTOS DE FORMAÇÃO
EDUCACIONAL,IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS**

FORTALEZA

2020

PRÍSCILA RODRIGUES LOPES

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NO POLO
DE MAURITI- CEARÁ: ELEMENTOS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL,
IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Linguagens e Educação em Rede.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Santos Junqueira Rodrigues.

FORTALEZA

2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L855e Lopes, Priscila Rodrigues.
Um estudo de caso sobre a Universidade Aberta do Brasil no Polo de Mauriti - Ceará : elementos de formação educacional, implementação e resultados. / Priscila Rodrigues Lopes. – 2021.
153 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2021.
Orientação: Prof. Dr. Eduardo Santos Junqueira Rodrigues.
1. Educação a distância. . 2. Ensino Superior. . 3. Política Pública. . 4. Sistema UAB.. I. Título.
CDD 370
-

PRÍSCILA RODRIGUES LOPES

UM ESTUDO DE CASO SOBRE A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL NO POLO
DE MAURITI- CEARÁ: ELEMENTOS DE FORMAÇÃO EDUCACIONAL,
IMPLEMENTAÇÃO E RESULTADOS

Dissertação apresentada a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Área de concentração: Linguagens e Educação em Rede.

Aprovada em: 08/12/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Santos Junqueira Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dra. Ana Cláudia Uchôa Araújo
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

A todos que fizeram parte da minha pesquisa.

Gratidão!

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Eduardo Santos Junqueira Rodrigues pela excelente orientação, paciência e ética.

Aos professores participantes da Banca examinadora, Prof. Dr. Alcides Fernando Gussi e Prof^a. Dr^a.Ana Cláudia Uchôa Araújo pelo tempo, pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos coordenadores, tutores e alunos do sistema UAB/UECE, entrevistados, pelo tempo concedido nas entrevistas.

À Secretaria da UECE, especialmente, Milena Fernandes, secretária do PNAP, pelas informações ofertadas para compor a pesquisa.

Aos colegas da turma de mestrado, pelas reflexões, críticas e sugestões recebidas.

RESUMO

O sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) configura-se, desde 2005, como uma política pública que busca expandir e interiorizar o acesso ao ensino superior, através da modalidade da educação a distância (EAD), em decorrência do déficit de oferta de vagas no Sistema Público de Ensino Superior no país. Assim, o objetivo dessa pesquisa foi analisar o Polo de Apoio Presencial do sistema UAB em Mauriti - Ceará, como uma política pública de acesso ao ensino superior público, onde a pesquisadora atua, desde 2017, como tutora a distância do curso de graduação em Administração Pública pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Para a realização da pesquisa foram investigadas percepções dos atores envolvidos (alunos, ex-alunos, coordenadores, ex-coordenadores e tutores), após a implementação do Polo UAB em Mauriti, bem como resultados alcançados com a chegada do Polo no município. A metodologia utilizada foi estudo de caso, que abrangeu o levantamento de dados de diversas fontes, visitas e observação direta na cidade, entrevistas semi-estruturadas realizadas com coordenadores, ex-coordenadores, alunos, ex-alunos e tutores, e, também, foram coletados dados sobre o percurso histórico daquele Polo e do ensino superior no município. Para complementar o estudo de caso, foram analisados índices e dados sobre o sistema UAB no Ceará e sobre a educação superior em Mauriti, que proveu alguns dados quantitativos, sobre possíveis resultados gerados após implementação do Polo UAB no município. A análise evidenciou, também, que a presença do Polo UAB tem colaborado com desenvolvimento socioeconômico local, através de relatos dos gestores, que apontaram o surgimento de novas oportunidades de emprego e renda aos alunos do sistema, como, também, percebeu-se que o sistema UAB tem resultados positivos, evidenciando que a modalidade EAD pode apresentar diversos benefícios aos municípios participantes por meio de mecanismos de inserção de alunos no ensino superior e capacitação, bem como, também, tem pontos negativos, pois nem todos se adaptam a modalidade EAD, e nem todos querem se inscrever ou dar continuidade ao curso, pois, às vezes, não é o que realmente buscavam para se capacitar, visto que a oferta de cursos tem poucas opções, e, que, ainda a meta do sistema UAB é a capacitação de professores com cursos de licenciaturas e outros voltados para a melhoria do município. Conclui-se que, é necessário que a política pública do sistema UAB seja reavaliada e replanejada, com a participação colaborativa de todos os atores envolvidos, para que se vislumbre uma continuidade dessa política pública.

Palavras-chaves: Educação a distância. Ensino Superior. Política Pública. Sistema UAB.

ABSTRACT

The Open University of Brazil (UAB) system has been, since 2005, a public policy that seeks to expand and internalize access to higher education through distance education (EAD), due to the lack of vacancies in the Public System of Higher Education in the country. Thus, the objective of this research was to analyze the Face-to-Face Support Pole of the UAB system in Mauriti - Ceará, as a public policy of access to public higher education, where the researcher has acted, since 2017, as a distance tutor in the undergraduate course in Administration. Public by the State University of Ceará (UECE). In order to carry out the research, perceptions of the actors involved (students, alumni, coordinators, ex-coordinators and tutors) were investigated, after the implementation of the UAB Pole in Mauriti, as well as results achieved with the arrival of the Pole in the municipality. The methodology used was a case study, which included data collection from different sources, visits and direct observation in the city, semi-structured interviews conducted with coordinators, ex-coordinators, students, ex-students and tutors, and, also, were data on the historical trajectory of that Pole and higher education in the municipality were collected. To complement the case study, indexes and data on the UAB system in Ceará and on higher education were neither analyzed nor Mauriti, who provided some quantitative data, on possible results generated after the implementation of the UAB Pole in the municipality. The analysis also showed that the presence of the UAB Pole has collaborated with local socioeconomic development, through reports from managers, who pointed out the emergence of new employment and income opportunities for students in the system, as well as it was noticed that the UAB system has positive results, showing that the distance learning modality can present several benefits to the participating municipalities through mechanisms for the insertion of students in higher education and training, as well as, it also has negative points, since not all adapt to the distance learning modality, and not everyone wants to enroll or continue the course, because sometimes, it is not what they really sought to train themselves, since the offer of courses has few options, and, that, the goal of the UAB system is still the training of teachers with undergraduate courses and others aimed at improving the municipality. It is concluded that, it is necessary that the public policy of the UAB system be reassessed and redesigned, with the collaborative participation of all the actors involved, so that a continuity of this public policy is envisaged.

Keywords: Distance education. University education. Public policy. UAB system.

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 - Distribuição geográfica dos Polos da UAB ativos no Ceará	61
Figura 2 - Localização de Mauriti/Ceará.....	68
Figura 3 - Distritos formadores do município de Mauriti	68
Figura 4 - Polo da UAB/Mauriti.....	75
Figura 5 - Cursos Vigentes no Polo de Mauriti.....	87
Figura 6 - Instituições e cursos superiores atuantes no Polo Presencial de Mauriti.....	8
Figura 7 - IDHM de Mauriti/Ceará.....	111
Quadro1- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes: Município de Mauriti/CE.....	71
Quadro 2 - Vagas oferecidas para o Polo de Mauriti	92

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de Ingressos em Cursos de Graduação (2007 a 2017)	40
Gráfico 2 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino (2007-2017)	40
Gráfico 3 - Média de idade dos alunos de cursos regulamentados totalmente à distância em percentual.....	41
Gráfico 4 - Evolução do total de matrículas contabilizadas pelo Censo EAD	42
Gráfico 5 - Número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica Brasil (2006 a 2016)	43
Gráfico 6 - Evolução do IDHM de Mauriti/CE.....	72
Gráfico 7 - Fluxo Escolar por Faixa Etária Mauriti/CE (1991/2000/2010)	73
Gráfico 8 - Escolaridade da população 1991, 2000 e 2010 em Mauriti	73
Gráfico 9 - % docentes com nível médio e superior na Educação Infantil (2002 a 2007)	76
Gráfico 10 - % docentes com nível médio e superior no Ensino Fundamental (2002 a 2007)	77
Gráfico 11 - % docentes com nível médio e superior no Ensino Médio (2002 a 2007).....	77
Gráfico 12 - % docentes com nível superior na Educação (2010 a 2016).....	78
Gráfico 13 - Curva histórica do PIB no município de Mauriti (2010 a 2017)	110

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Comparação de indicadores entre Brasil e países desenvolvidos	22
Tabela 2 - Número de Vagas de Cursos de Graduação, por Tipo de Vaga e Categoria Administrativa(2017).....	52
Tabela 3 - Número de Polos, Ingressos Totais, Ingressos por Processos Seletivos, Matrículas e Concluintes, nos Cursos de Graduação a Distância 2018.....	62
Tabela 4 - Dados das IES/UAB no Ceará.....	63
Tabela 5 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, e razão de sexo, segundo os municípios e as classes de tamanho da população no município de Mauriti/ Ceará (2010)	69
Tabela 6 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo os municípios e as classes de tamanho da população no município de Mauriti/ Ceará (2010)	69
Tabela 7 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, totais e respectivas, taxas de analfabetismo, por cor ou raça e grupos de idade, segundo os municípios e as classes de tamanho da população no município de Mauriti/ Ceará (2010)	70
Tabela 8 - Produto Interno Bruto per capita em Mauriti (2010).....	110
Tabela 9 - Produto Interno Bruto per capita em Mauriti (2017).....	111

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABED	Associação Brasileira de Educação a Distância
ABT	Associação Brasileira de Teleducação
ANATEL	Agência Nacional de Telecomunicações
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior
APRECE	Associação dos Municípios do Estado do Ceará
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior
CDC	Cinturão Digital
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
COVID 19	Doença do Coronavírus
DED	Diretoria de Educação a Distância
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação a Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENEL	Ente nazionale per l'energia elettrica
ETICE	Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará
FJP	Fundação João Pinheiro
GINI	Instrumento para medir a desigualdade na concentração de renda
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDMH	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFCE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
IOEB	Índice de Oportunidades da Educação Brasileira
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPAE	Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação
IPES	Instituição Pública de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
MEB	Movimento de Educação de Base
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas

PIB	Produto Interno Bruto
PIBID	Programa de Bolsas de Iniciação à Docência
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PISA	Programme for International Student Assessment
PNAP	Programa Nacional de Administração Pública
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROUNI	Universidade para todos
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
REUNI	Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
REA	Recursos Educacionais Abertos
SECITECE	Secretaria da Ciência e Tecnologia
SEED	Secretaria de Educação a Distância
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SEMESP	Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SISUAB	Sistema interno da UAB
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UACE	Universidade Aberta do Ceará
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UnB	Universidade de Brasília
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFCA	Universidade Federal do Cariri
URCA	Universidade Regional do Cariri
UVA	Universidade Estadual Vale do Acaraú
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	14
1.1	Outros estudos relacionados à temática	18
1.2	Políticas Públicas e Educação	20
1.3	A interiorização do ensino superior e o sistema UAB	24
1.4	Apresentação dos capítulos da pesquisa	27
2	METODOLOGIA DE PESQUISA	29
2.1	Estudo de Caso	29
2.2	Procedimentos metodológicos	33
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	36
3.1	A Educação a Distância no Brasil- breve histórico	36
3.1.1	<i>Dados da modalidade EAD no Brasil</i>	39
3.2	O Campo de Estudos de Políticas Públicas: educação e Brasil	44
3.3	Sistema Universidade Aberta do Brasil	49
3.3.1	<i>Histórico e contextualização do Sistema UAB</i>	49
3.3.2	<i>Sistema UAB como Política pública</i>	55
3.3.3	<i>Sistema UAB no Ceará e atualidades</i>	57
4	RESULTADOS DA PESQUISA	67
4.1	Mauriti e a Educação Superior: índices e outros dados	67
4.1.1	<i>Educação Superior e Polo UAB</i>	76
4.1.2	<i>Processo histórico de implantação do Polo da UAB em Mauriti</i>	79
4.2	A importância da infraestrutura do Polo de Mauriti	81
4.3	Cursos ofertados no Polo de Mauriti/UAB	86
4.4	Percepção dos participantes sobre a modalidade EAD e a chegada do Polo UAB em Mauriti	92
4.5	A perspectiva dos participantes sobre o processo de inclusão gerada através do Polo da UAB	98
4.6	Percepções pessoais, acadêmicas e profissionais da modalidade EAD e do Polo de Apoio Presencial da UAB em Mauriti como política pública	103
4.7	Dados de desenvolvimento social, econômico e educacional apresentados pelo Município de Mauriti	109
4.7.1	<i>Resultados alcançados com a implantação do Polo Presencial UAB em Mauriti</i>	112

4.8	Novas perspectivas para as práticas da EAD através do Programa UAB em Mauriti	117
4.9	Implicações esperadas do Polo de Apoio Presencial da UAB em Mauriti como política pública.....	120
4.9.1	<i>Visão dos participantes do Polo Presencial como permanência da política pública UAB no município de Mauriti</i>	122
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
	REFERÊNCIAS	134
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA AO COORDENADOR E EX-COORDENADOR DO POLO PRESENCIAL/ UAB DE MAURITI.....	144
	APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA A TUTORES DO POLO PRESENCIAL DE MAURITI	145
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA A ALUNOS DO POLO PRESENCIAL/UAB DE MAURITI.....	146
	ANEXO A- FOTOS DO POLO DA UAB EM MAURITI.....	147
	ANEXO B - FOTOS DE PARTICIPANTES DOS CURSOS TÉCNICOS, GRADUAÇÕES E PÓS-GRADUAÇÕES NO POLO PRESENCIAL DE MAURITI.....	150
	ANEXO C – LISTAGEM DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO POLO UAB EM MAURITI	152
	ANEXO D – ESCOLAS MUNICIPAIS E POLO DE MAURITI/CEARÁ	153

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Educar é instruir, que significa dar polidez, moldar, e pode ser empregado com o sentido de disciplinar ou de preparar uma pessoa para o mundo, para viver em sociedade, ou seja, conduzir para fora da casa dos pais, para fora de si mesma, mostrando as diferenças que irá encontrar no mundo. A educação transforma e molda o indivíduo para dentro do seu contexto social.

Para René Hubert (1996), filósofo teórico da área da pedagogia, a educação seria um conjunto de ações e influências exercidas voluntariamente de um indivíduo sobre outro, normalmente, de um adulto sobre um jovem. Assim, a educação tornar-se-á contínua e cíclica, sendo necessária para o direcionamento do ser. Essas ações, que cita René Hubert pretendem alcançar um determinado propósito no indivíduo para que ele possa desempenhar alguma função nos contextos sociais, econômicos, culturais e políticos de uma sociedade. Assim, analisando por este ângulo, a educação influi e contribui de algum modo para a participação daquele indivíduo dentro do contexto econômico, político e social.

A educação, também, deve preparar o indivíduo para seu convívio em sociedade, tornando-o participante dos deveres e fazeres políticos, econômicos e sociais. Essa preparação deve ser democrática, sendo ofertada e acessível a todos.

Desde o ensino fundamental na década de 90, venho observando o quanto é importante ter um processo de formação educativo escolar. O processo educativo te situa dentro de seu contexto e te abastece de conhecimentos diversos.

Refletindo sobre o meu processo educativo escolar, estudei grande parte da educação básica em escola particular com ajuda de bolsas de estudo, e acabei por ter acesso a uma melhor qualidade de ensino e formação para a vida. Grande parte dos meus estudos foi realizado no Colégio Marista, fomentado por irmãos Maristas, que trazia um moderno conceito de ensino e infraestrutura para a época. Reflito, que nem todos tiveram a mesma oportunidade que a minha, estudar numa escola particular, tendo melhor infraestrutura e qualidade de ensino. Terminei o 2º grau, em 1999, e logo passei no vestibular para Administração de Empresas na Universidade Estadual do Ceará- UECE, nada fácil para mim. Ao iniciar meu Bacharelado em Administração de Empresas, observei que maior parte dos meus colegas da faculdade, eram advindos de escolas particulares e de famílias com certas condições financeiras.

Analiso a partir deste ponto a desigualdade de concorrência por uma vaga na universidade pública, pois normalmente desde os anos 1990 isso ocorre em demasia.

Segundo Anísio Teixeira (1957), a educação não deve ser vista como um privilégio, mas deve ser tratada da maneira que mais a dignifica do direito social e da democratização através de um ensino de qualidade, que sirva para a organização de homens e instituições a serviço da reinvenção da ciência, da cultura e da política, da própria sociedade brasileira.

Com o passar do tempo, e com o advento das tecnologias e na era da Globalização, parte do conhecimento veio empacotada na forma de informática. Isto significa dizer que, muitas formas de educação e de interação social passariam a sofrer mudanças. A força braçal deu lugar para a força cerebral, e as ideias tornaram-se meios poderosos. Assim, vivemos na sociedade aonde o primado da inteligência veio para ficar, e para as nações mais pobres só resta educar os seus povos de forma acelerada. A educação de boa qualidade passa a ser a tábua de salvação para essas nações (MORAES, 2006).

Na visão de Allen e Seaman (2010), um país só alcança patamares de desenvolvimento e competitividade quando é capaz de proporcionar educação de qualidade à sua população. Nesse sentido, afirma-se que o crescimento e desenvolvimento de um país, seja na esfera econômica, política ou social, são proporcionalmente dependentes do nível educacional proporcionado à sua população.

Tendo em vista o Brasil um país democrático de direito, entende-se que a educação é direito e dever do estado. No Brasil, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9.394 de 20/12/1996 é a localização e direcionamento da educação escolar. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases, a Educação divide-se em dois níveis, a educação básica e o ensino superior

De acordo com Moraes (2006), os avanços na educação no Brasil têm sido até expressivos, mas devido ao nosso atraso em investimentos na área, ainda é muito difícil competir num mundo altamente tecnificado, com uma força de trabalho que ainda rasteja em seus apenas 04 anos de escola, pois segundo relatório do Banco Internacional de Desenvolvimento, apenas 46% dos mais pobres chega a 5ª série. Sendo assim, é igualmente complicado para os brasileiros melhorarem sua renda com pouca educação.

No atual governo do Presidente Jair Bolsonaro é lamentável ver notícias que nos traz bloqueio de investimentos na área da educação brasileira¹, principalmente quando são verbas públicas destinadas ao ensino público.

A educação escolar deve ser pensada como fortalecedora de um país, pois através do acesso a ela, profissionais são formados e capacitados, mercados são incrementados e

¹ Fonte: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/03/29/decreto-bloqueia-r-58-bi-em-educacao-r-51-bi-na-defesa-e-r-29-bi-em-emendas.ghtml>. Acesso 20 maio 2019.

pessoas são formadas para diversos cargos e afazeres dentro do contexto social. Deixar de investir verbas públicas em educação é o mesmo que excluir muitos desse processo social.

Essa sociedade em transformação, principalmente devido ao crescimento tecnológico e a difusão em larga escala da informação, requer um preparo mais freqüente de um novo indivíduo, que seja mais consciente e altruísta, acompanhando a revolução da vida atual: intelectual, pelo incremento das ciências; industrial, pela tecnologia; e social, pela democracia.

Devido a isso, mudanças são necessárias na organização do trabalho, na produção, nos mecanismos de relacionamento social e no acesso à informação, portanto todas essas questões passam por decisões envolvendo as políticas públicas.

Todavia, esse novo cenário deve proporcionar a esse novo indivíduo uma educação mais abrangente, que chegue a lugares mais distantes, que inclua e que propicie valores e vantagens de forma equivalente para sua formação, seja no centro urbano ou rural, preparando-o para os desafios advindos desse novo cenário.

Percebo isso, ao longo da minha trajetória, pois conquistei oportunidades de crescimento profissional e pessoal, estudando e me qualificando, tanto por meio da educação presencial quanto da educação a distância (EAD). Participar do mercado de trabalho de forma atuante não é fácil, e são necessários conhecimentos diversos. Ainda no 2º Grau, em 1998, tive o primeiro contato com cursos na modalidade EAD, através do Curso Técnicas de Redação ofertada pelo SENAC. Ao terminar o 2º Grau, prestei vestibular e consegui entrar para o Curso de Administração de Empresas na UECE, onde tive minhas primeiras oportunidades de ingresso no mercado de trabalho, como estagiária em diversas empresas, nas áreas de Auditoria, Contabilidade, Financeira, Educação, Consultoria, entre outras. Nesse período, fiz vários outros cursos na modalidade EAD, visto que meu tempo passou a ser escasso, e esta foi a melhor opção para fazer cursos de extensão e me qualificar.

Moraes (2010) completa essa ideia, pois para ele a EAD é uma grande colaboradora para esse processo de transformação, pois além de aumentar oportunidades para indivíduos e grupos sociais mais carentes, também amplia o acesso à educação, em geral, como fator de desenvolvimento onde se estabelece.

A modalidade EAD tem como proposta a ampliação e a democratização da educação, ou seja, ela desempenha um importante papel para a redução das desigualdades sociais e melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral, mas que para ela se fortaleça em bases sólidas é necessário um aparato tecnológico e acesso disponível, que alcance lugares até então excluídos desse processo tecnossocial ou cibercultural (COSTA, 2016).

Após o processo de normatização da EAD no Brasil, que ocorreu a partir da publicação da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96, e que no artigo 80 menciona que “O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a vinculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”, ocorreu um crescimento mais acelerado no Brasil em torno da modalidade EAD, propagando-se em diversas regiões do país.

A partir de 2006, com a institucionalização do sistema UAB, através do Decreto Nº 5.800/2006, passou-se a ofertar cursos superiores na modalidade EAD, expandindo-se e interiorizando-se gradualmente por diversas regiões brasileiras, somando-se a isso, a possibilidade de acesso ao ensino superior público àqueles que não tinham nem tempo e nem condições físicas e financeiras de ingressar no ensino superior em determinadas localidades.

A modalidade EAD oportuniza aqueles que não dispõem de tempo e condições logísticas e financeiras. No meu caso, por exemplo, como não tinha tempo, preferi sempre cursos na modalidade EAD, pois tinha meus próprios horários, e podia conciliar faculdade, estágio e estudos. Formei em graduações presenciais, Administração de Empresas em 2004, e em 2004.2 passei em outro vestibular para o Curso de Letras - Alemão pela Universidade Federal do Ceará - UFC, concluindo em 2011, e entrei para a carreira policial em 2009, sempre buscando me qualificar e fazendo cursos na modalidade EAD, em sua maioria. Em 2012, resolvi me especializar em Educação a Distância, visto que, como já era aluna em diversos Ambiente Virtuais de Aprendizagem, tinha uma enorme curiosidade de entender como funcionava todo o processo de EAD, e como é fazer parte do processo didático-pedagógico na modalidade. Em 2013, iniciei como tutora EAD pela UAB na UECE no Curso de Administração Pública, na qual atuo até o momento.

Portanto, o interesse pela pesquisa surgiu a partir desse momento prático que venho participando como tutora EAD. Durante esse período que sou tutora, sempre observo o crescimento pessoal e profissional, que muitos alunos têm ao longo da caminhada, bem como percebo que o Polo UAB é um fator de desenvolvimento dentro do município de Mauriti, pois mesmo necessitando de algumas melhorias, o Polo UAB é importante para região onde se estabelece.

Além disso, é de relevante importância, o estudo e avaliação desses Polos de Apoio Presenciais da UAB, para que se permeie a EAD pública em nível superior, e que se institucionalize o sistema UAB no Brasil.

1.1 Outros estudos relacionados à temática

Com relação à temática em estudo, existem outras pesquisas relacionadas ao sistema UAB como política pública. Ferrugini, Souza e Siqueira (2013) desenvolveram estudo que teve como objetivo identificar os possíveis impactos que o acesso ao ensino superior pode gerar em municípios mineiros com baixos IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), considerando o sistema UAB como uma importante política de inclusão, principalmente em municípios menores.

Melo, Melo e Nunes (2009) publicaram um ensaio intitulado “A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil”, que teve como objetivo identificar o estado da arte da educação superior brasileira, presencial e a distância. Eles buscaram compreender o processo de expansão a partir da análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Nacional da Educação e do Plano de Desenvolvimento da Educação, apontando os principais responsáveis pela transformação ocorrida nos últimos anos: REUNI, PROUNI e UAB.

Hernandes (2017) analisou a UAB e a democratização do Ensino Superior Público e teve como objeto de estudo decretos-leis e documentos oficiais que regulamentam a EAD no Brasil, bem como a criação UAB como política pública de expansão, democratização e interiorização do Ensino Superior público em tempos de educação on-line.

Moreira, Ferraresi, Carvalho e Amaral (2017), pesquisaram a temática da inclusão em seu artigo, em que comentaram sobre as diversas formas de inclusão, entre elas a inclusão pelo acesso a educação, inclusive, a educação superior. Assim, eles propuseram no artigo rever alguns aspectos conceituais dos debates vigentes acerca da inclusão social na educação superior no Brasil, buscando o respeito à cidadania, essencial para a construção de uma sociedade justa e produtiva, que deve se acompanhar pela qualificação da formação superior.

Segenreich (2009), professora titular da Universidade Católica de Petrópolis, Rio de Janeiro, pesquisou o ProUni e a UAB como estratégias de EAD na expansão e democratização do ensino superior promovida pelo governo Lula.

Silva (2011), da Faculdade União das Américas, pesquisou a temática, “EAD e Inclusão Social: desafios e possibilidades no cenário brasileiro”, que visou contribuir para o debate em torno da possível relação dessa modalidade de ensino com políticas de inclusão social.

Furlan (2012) em seu artigo “História e políticas públicas para o ensino superior à distância no Brasil: o programa UAB em questão”, teve como objeto de análise a história e as políticas públicas para a educação superior, estudando a historicidade do processo de criação de cursos e programas ofertados na modalidade EAD pelo sistema UAB vinculado à Diretoria

de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES) considerando as primeiras manifestações que expressam o desejo do Ministério da Educação (MEC) em criar, no início da década de 70 do século XX, uma instituição para a oferta de cursos superiores na modalidade EAD.

Santos (2016) trouxe em seu artigo a temática: “Direito a Educação: A Universidade Aberta do Brasil, uma política pública de Acesso ao Ensino Superior”, e propôs apresentar a UAB como um política pública na área da educação, apresentando seu processo de implementação.

Mota, Sousa e Santos (2019) pesquisaram sobre a importância do Polo da Universidade Aberta do Brasil para a educação a distância no município de Itapipoca/CE, em que verificaram que o Polo UAB contribuiu para a formação superior dos indivíduos que o acessam no município, facilitando o tempo de estudo de quem trabalha, custo benefício e mobilidade.

Todavia, no que se refere aos municípios do Estado do Ceará que são sede de Polos da UAB, verifiquei que existem poucos estudos sobre a interiorização do ensino superior via modalidade EAD e os processos envolvidos após a implantação desses Polos.

Portanto, propus como questão norteadora da pesquisa a busca por investigar e compreender quais os impactos observados após a implantação do Polo UAB no município onde se instala.

Sendo assim, o presente estudo pretende melhor compreender como se deu a implantação e funcionamento do sistema UAB no município de Mauriti, interior do estado do Ceará - e o decorrente acesso ao ensino superior público nesse local. O estudo busca compreender, também, como isso impactou em processos de inserção social de alunos lá residentes. Para tanto, um estudo de caso foi realizado no Polo UAB em Mauriti, com a participação de atores envolvidos no processo de implantação e funcionamento do Polo.

Mais especificamente, o objetivo da pesquisa foi compreender melhor como esse processo de implantação do Polo Presencial da UAB em Mauriti ocorreu, e o que trouxe de resultados para os participantes do Polo e para aquele município onde está inserida. Pretendeu-se com isso, investigar ‘o quê’ a UAB pode trazer na oferta de cursos superiores e sua devida implantação através de seu Polo presencial, analisando através dos seus atores locais os possíveis resultados alcançados pelo município de Mauriti.

No entanto, para alcançar o principal objetivo foram traçados objetivos específicos, quais sejam: descrever o processo histórico de implantação do sistema UAB como política pública através do ensino superior no referido município do Ceará; quantificar

números de cursos, antes e após implantação do Polo da UAB no município de Mauriti, e identificar dados que possam existir sobre a influencia do Polo Presencial UAB em termos melhorias de desenvolvimento social e educacional; e, aplicar entrevista com alguns participantes (alunos, tutores e coordenadores) envolvidos no processo de implantação e funcionamento do Polo UAB em Mauriti, investigando através deles a percepção, implementação e resultados, da política pública do sistema UAB em Mauriti, enriquecendo o estudo de caso desenvolvido.

1.2 Políticas Públicas e Educação

Ao se falar em políticas públicas, pensa-se no Estado e no social, ou seja, a concepção de Estado e a(s) política(s) que este implementa em uma sociedade, em dado período histórico. Quando se analisam e avaliam políticas públicas implementadas por um governo, diversos fatores são importantes, especialmente, quando se enfocam políticas públicas ou sociais, tais como educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, entre outras.

Para Gobert e Muller (1987 *apud* Höfling, 2001) políticas públicas são aqui entendidas como “Estado em ação”, ou seja, é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

De acordo com Höfling (2001) as políticas públicas são entendidas como responsabilidade do Estado, tanto quanto à implementação e à manutenção, a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais, e não podem ser realizadas ao acaso.

Dentro desse contexto, temos diversas ações no campo da educação que se constituem como uma política pública social, de responsabilidade do Estado. São formas de interferência do Estado, visando à manutenção das relações sociais de determinada formação social ou a sua transformação. A educação escolar, da pré-escola à Universidade, enquadra-se como sendo o principal mecanismo impulsionador do desenvolvimento social e intelectual do indivíduo.

Entende-se que, em todos os países desenvolvidos, o ensino superior tem assumido um destacado papel, seja por seu impacto no desenvolvimento econômico, seja no desenvolvimento cultural da sociedade e, mais do que tudo isso, por seu papel no desenvolvimento do ser humano. A Universidade, neste caso, tem como atividade fundamental, educar, em todos os sentidos, pois a educação é a base de uma sociedade

pluralista, democrática, em que a cidadania deixa de ser apenas um conceito formalizado em lei e passa a ser exercida plena e conscientemente por todos os seus membros (BRITO CRUZ, 2009).

Para Arieira *et al* (2009 *apud* Bertolin, 2011) a educação escolar tornou-se principal fonte de informação e geração de conhecimento, em nível mundial como um instrumento de desenvolvimento socioeconômico, pois através dela é possível promover o crescimento pessoal e social de indivíduos/grupos sociais mais carentes, além de reduzir desigualdades no mundo contemporâneo.

A educação escolar passa a ser “um elemento de dinamicidade na sociedade, a forma mais rápida de um país diminuir suas desigualdades sociais internas e a distância econômica e tecnológica que o separa dos países mais ricos e desenvolvidos mundialmente” (ARIEIRA *et al.*, 2009, p. 318).

Segundo Verza (2000), cabe a escola um papel primordial de inserir o aluno dentro de seu contexto social:

A escola, como instituição, incumbe a socialização do saber, da ciência, da técnica e das formas culturais e artísticas produzidas socialmente. Importa seja politicamente comprometida e capaz de interpretar as carências e anseios e perspectivas reveladas pela sociedade, desenvolvendo atividades educativas eficazes para o atendimento às demandas sociais. (...) A democratização e gestão democrática da escola servem enquanto mediações que asseguram os processos pedagógicos eficazes à construção dos saberes indispensáveis para a vida numa sociedade complexa, dinâmica e atravessada por mudanças incessantes (VERZA, 2000, p. 180-181).

A educação escolar já se encontra como função permanente do Estado, como um caminho para o desenvolvimento humano e como direito inalienável das pessoas. No Brasil, ela deve transcender os limites políticos e governamentais, para que os cidadãos possam alcançar seus objetivos pessoais e sociais.

Percebe-se assim, que a importância da educação escolar na sociedade tem despertado a atenção de políticas públicas educacionais, com vistas à expansão e democratização do acesso a educação superior no país, além de promover melhorias no desempenho brasileiro em indicadores internacionais como: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH²), Índice de GINI³ (Instrumento para medir a desigualdade na concentração de

² IDH significa Índice de Desenvolvimento Humano, uma medida importante concebida pela ONU (Organização das Nações Unidas) para avaliar a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico de uma população. Fonte dos dados: <https://pais.ibge.gov.br/>. Acesso 20 set. 2019.

³ O Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade desenvolvida pelo estatístico italiano Corrado Gini, para medir a desigualdade de distribuição de renda. Fonte dos dados: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/fields/2172.html>. Acesso 20 set. 2019.

renda), *Programme for International Student Assessment* (PISA⁴), Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita⁵) e Taxas de atendimento da educação, dentre outros (BERTOLIN, 2011). Na Tabela 1, situa o Brasil através desses índices, que são também relacionados, direta ou indiretamente na educação.

Tabela 1 - Comparação de indicadores entre Brasil e países desenvolvidos

Países	PIB percapta (2017)	IDH (2017)	GINI	PISA (2015)
EUA	60.055 US\$	0,924	0,463 (2007)	496
Japão	38.220 US\$	0,909	0,376 (2008)	538
Alemanha	44.976 US\$	0,936	0,270 (2006)	509
França	38.415 US\$	0,901	0,327 (2008)	495
Reino Unido	39.758 US\$	0,922	0,410 (2008)	509
Brasil	9.821 US\$	0,759	0,519 (2012)	401

Fonte: Elaborada pela autora, 2019.

Tanto o IDH quanto o PISA demonstram que o Brasil está aquém de outros, que se elevam, também, na educação. Esses índices quando comparados com os de países desenvolvidos demonstram a ineficiência do setor educacional no Brasil, gerando reflexões preocupantes, pois para um país crescer e desenvolver, seja na esfera econômica ou social, precisa melhorar o nível educacional da população (ALLEN & SEAMAN, 2010).

Através desses índices podemos constatar que o Brasil detém um alto grau de desigualdade sócio econômica, quando comparado aos países de primeiro mundo. Todavia, uma melhoria pode ser possível, através de ações do governo, que visem o progresso nas condições de vida da classe de baixa renda, no sentido de incluir essas pessoas no processo produtivo da sociedade.

Então, vemos através das ações de políticas públicas educacionais o compromisso do Estado de oferecer ensino gratuito em todos os níveis, incluindo o ensino superior. A educação superior em cada país foi e será chamada a exercer determinados papéis, de acordo

⁴ O Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), ou Programme for International Student Assessment, é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 7º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Pisa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) com o apoio de uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep. Fonte dos dados: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/acoes-internacionais/pisa/resultados>. Acesso 20 set.2019..

⁵ O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender um país, mas não expressa importantes fatores como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. Fonte dos dados: <https://pais.es.ibge.gov.br/>. Acesso 20 set.2019.

com a própria história e avanços sócio-democráticos desses países e de seu sistema educacional (SGUISSARDI, 2000, p.12).

De acordo como o Plano Nacional de Educação (2001), o processo de universalização e democratização do ensino no Brasil apresenta déficits educativos e desigualdades sociais elevados. Sguissardi (2000) fala do mau desempenho do Brasil na educação.

[...] o nosso país está entre os de pior desempenho educacional no terceiro grau entre os países deste continente. É imperativo reafirmar sempre que isto reflete a realidade de um país cuja população em geral sobrevive em situação sócio-econômica das mais desiguais e injustas do planeta, e no qual, mercê dos modelos de desenvolvimento e décadas de políticas educacionais conservadoras adotados pelas elites dominantes, o saber e a educação foram via de regra entendidos muito mais como mercadoria de interesse privado ou dádivas para semicidadãos, do que como bens públicos universais coletivos da cidadania (SGUISSARDI, 2000, p. 13).

O atual Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024, meta nº12, BRASIL, 2014) prevê elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Assim, temos o sistema UAB, modalidade EAD, como uma ação das políticas públicas implementadas pelos governos (Federal, Estadual, Municipal) que busca o atendimento de uma educação crescente, inclusiva, como um meio auxiliar de eficácia e de atendimento as demandas regionais.

A modalidade de ensino EAD é uma das opções para melhorar o nível de escolaridade da população, além, é claro, de ser uma forma para promover a inclusão em todos os sentidos: geográficos, psicossociais, econômicos e culturais, caracterizando uma nova revolução na democratização do conhecimento (HICKEL, 2011). Reis (2015) complementa esse raciocínio da seguinte forma:

Apesar de diversas controvérsias sobre a efetividade do EAD, percebe-se uma vertente muito forte que defende o EAD como uma forma de inclusão social. Esta modalidade de ensino tem sido apontada como favorável por criar possibilidades para amenizar a desigualdade social e oportunizar a atualização profissional de muitas pessoas, permitindo que estas tenham acesso a diferentes tipos de conhecimento (REIS, 2015 p.02)

Mesmo sabendo que o Brasil ainda possui elevados índices de exclusão digital, é possível adotar formas de levar a EAD para comunidades distantes, fazendo a EAD como instrumento de inclusão social.

Atualmente, percebe-se uma preocupação governamental em aumentar a inclusão digital, como uma forma de permitir que mais pessoas tenham acesso ao conhecimento.

Dentre as ações do Ministério do Planejamento, Gestão e Orçamento (2012) destacam-se: Banda Larga nas Escolas, Casa Brasil, Centros de Recondicionamento de Computadores (CRCs), Cidades Digitais, Computadores para Inclusão, Inclusão digital da juventude rural, Oficina para a Inclusão Digital, Projeto Cidadão Conectado - Computador para Todos, Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, Programa de Inclusão Social e Digital, ProInfo Integrado, Redes Digitais da Cidadania, Telecentros, Territórios Digitais, Um Computador por Aluno e Programa UAB.

1.3 A interiorização do ensino superior e o Sistema UAB

Temos que nos preocupar com maiores investimento em políticas públicas voltadas para a educação em geral, e mais precisamente à EAD, que chega às regiões interioranas onde outras não podem se estruturar, visto que a educação pública e privada não alcança a todos, devido ao seu custo físico (em termos estruturais) e até mesmo logístico.

A educação sempre foi um importante fator de desenvolvimento. Na atualidade, percebe-se que a EAD assume um papel ainda mais importante no desenvolvimento econômico e social, tornando-se um fator de desenvolvimento da própria educação (MORAES, 2010).

A EAD no Brasil é marcada por uma trajetória de sucessos e alguns momentos de estagnação provocados pela ausência de investimento de políticas públicas na modalidade (LITTO e FORMIGA, 2009), mas continua expandindo-se. De acordo com CENSO EAD BR 2018, com a nova regulamentação da EAD no país, por meio do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dentre outras determinações, permitiu-se que as instituições de ensino superior ampliassem a oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação à distância, pois a oferta de Polos de apoio presencial deixou de ser obrigatória, e as instituições já regulamentadas puderam ampliar bastante a oferta de Polos sem a necessidade da aprovação *in loco* pelo Ministério da Educação (MEC), que resultou na oferta de diversos tipos de cursos sem a devida fiscalização e qualidade.

Além de importante para desenvolvimento da cultura tecnológica, a EAD contribui com as políticas públicas de interiorização e promoção de melhores condições de acesso às novas tecnologias de informação e comunicação. Esse tipo de formação, ao criar

oportunidades para se vencer as dificuldades de acesso à educação formal, contribui para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos territórios de interioranos mais distantes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 determinou em seu artigo 80 que o Poder Público incentivará o desenvolvimento e veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

A EAD tem uma longa história no Brasil, desde 1960 com a difusão do rádio a pilha, a igreja difundiu a Educação através do Movimento de Educação de Base (MEB), o Programa de Educação de Adultos com foco em alfabetização e tele aulas, até os dias atuais, onde o governo criou através do Decreto nº 5.800/2006 o sistema UAB, que funciona articulada com Polos nos estados, DF e municípios, direcionada para a formação inicial e continuada de professores, e na oferta de cursos de formação e qualificação profissional diverso (CARNEIRO, 2015).

É incontestável que, o acesso à educação é uma das poucas saídas para o Brasil se tornar um país indiscutivelmente democrático e igualitário. Na modalidade EAD, a intenção do governo federal é utilizar essa modalidade para expandir, objetivando atingir a meta de interiorização e democratização do acesso à educação prevista no Plano Nacional de Educação (PNE), e aumentar a oferta de ensino público e gratuito no país (MELO, BIANCHINI de MELO, NUNES, 2009).

Entende-se que, foi fundamental a expansão do ensino superior público no Brasil, empregando a modalidade EAD. Mas, para que essa se concretizasse, precisou ser elaborada com estratégias, projetos pedagógicos e metodologias apropriadas para se aproveitar os recursos e as inovações proporcionadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação (OLIVEIRA, 2010).

A expansão dos cursos em EAD foi possível através de um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do sistema UAB, que possibilitou dar a partida na interiorização da EAD.

O sistema UAB foi criado pelo Ministério da Educação no ano de 2005, em parceria com a Associação Nacional dos Dirigentes Federais do Ensino Superior (ANDIFES) e Empresas Estatais, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação com foco nas Políticas e a Gestão da Educação Superior. Trata-se de uma política pública de articulação entre a Secretaria de Educação a Distância - SEED/MEC e a Diretoria de Educação a Distância - DED/CAPES com vistas à expansão da educação superior, no âmbito do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).

A primeira ação voltada para a oferta educacional no âmbito da UAB foi à implantação do projeto-piloto do curso de graduação em Administração, em parceria com o Banco do Brasil e demais bancos estatais. Esse projeto contou com a participação de dezoito universidades federais e sete estaduais que iniciaram, no segundo semestre de 2006, o trabalho pedagógico com os alunos selecionados em um processo seletivo próprio, com abertura de 10.000 vagas distribuídas para as mais diversas regiões do país. Desse processo seletivo somente puderam participar funcionários do Banco do Brasil e funcionários públicos da esfera federal, estadual ou municipal.

Em cada unidade da federação, as universidades definiram previamente os locais dos Polos regionais e sua infraestrutura para atendimento aos estudantes nos momentos presenciais. Desse modo, o estudante era acompanhado por um processo de tutoria que permitia o monitoramento direto do desempenho e do fluxo de atividades, facilitando a interatividade e a identificação de possíveis dificuldades de aprendizagem.

Para dar prosseguimento à consecução do sistema UAB, o Ministério da Educação, por meio da Secretaria de Educação a Distância (SEED) do Ministério da Educação (MEC), lançou o Edital nº 1/2005 (BRASIL, 2005) e o Edital nº 1/2006 (BRASIL, 2006), com chamada pública para seleção de Polos municipais de apoio presencial e de cursos superiores à distância.

A diferença fundamental entre os dois editais está na chamada de cada um, porque o primeiro abre possibilidade para inscrição de proposta de cursos somente pelas Instituições Federais de Ensino Superior, e o segundo se remete às Instituições Públicas de Ensino Superior (federais, estaduais e municipais).

Os dois editais estavam divididos em duas partes, sendo que a primeira destinava-se aos municípios que se colocavam como proponentes de Polos de apoio presencial, comprometendo-se com a organização e sustentabilidade da estrutura necessária para a oferta de cursos superiores à distância. A segunda parte do edital era dirigida às instituições interessadas em apresentar projetos de cursos que deveriam ser avaliados por especialistas indicados pelo MEC.

Os editais elencavam, ainda, os itens e as exigências que deveriam ser observados para a elaboração do projeto, salientando que as propostas seriam analisadas em duas etapas: fase documental (eliminatória) e fase de mérito da proposta (classificatória/seletiva). Quanto à fase documental, esta ficaria restrita à verificação da documentação solicitada. No tocante à análise do mérito, o edital detalha os critérios que seriam considerados, quais sejam: a) consistência do projeto pedagógico e relevância do curso proposto; b) competência e

experiência acadêmica da equipe docente responsável; c) coerência com a demanda na área geográfica de abrangência, consideradas as necessidades sociais e demandas para o desenvolvimento local; d) atendimento da demanda do curso no Polo municipal de apoio presencial, nos termos da Parte A deste edital; e) proposição de contrapartida; f) adequação da proposta orçamentária.

Em ambos os editais, muitas instituições interessaram-se pela modalidade EAD de ensino, especialmente no quesito incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação ao processo de ensino aprendizagem.

Dentro desse contexto, o sistema UAB, integrado por universidades públicas que buscam ofertar o ensino superior para camadas da população com difícil acesso à educação, veio como forma de garantir educação pública, gratuita e de qualidade a população, por meio do uso da modalidade EAD, sediada em Polos, distribuída em diversos municípios pelo Brasil inteiro. Atualmente, a partir de 2018, o sistema UAB, tem oferecido além da graduação, cursos de extensão e pós-graduação. A UAB no de 2020 completa 14 anos com mais de 271 mil alunos formados e 116 mil matriculados. Programa forma e prepara professores em todas as regiões do País. Para Benedito Aguiar, presidente da CAPES, a abrangência do Sistema como ponto fundamental para ajudar no desenvolvimento é importante: “A Universidade Aberta do Brasil tem um papel de vanguarda na implantação da Educação a Distância no país, sendo fundamental na formação de professores, sobretudo em virtude da sua grande capilaridade” (CAPES, 2020).

De acordo com Costa (2007) apoiado pelas suas pesquisas na CAPES, a UAB gerou a interiorização do ensino superior pela modalidade EAD, tanto pelas parcerias com as universidades localizadas nos diversos estados, quanto pela criação de Polos presenciais em centenas de cidades do interior do país, em parceria com as prefeituras, onde seriam criadas turmas dos cursos de licenciatura oferecidos nacionalmente pelo novo sistema. Assim, toda a infra-estrutura física e de pessoal do Polo de apoio presencial ficava a cargo da prefeitura sede ou do governo do estado, enquanto que, para o MEC, ficava a responsabilidade pelas despesas de infra-estrutura física nas instituições e o custeio total dos cursos, envolvendo o pagamento de bolsas para docentes e tutores.

1.4 Apresentação dos capítulos da pesquisa

No capítulo 2 será apresentado e justificado as escolhas realizadas em termos de procedimento metodológicos adotados para a pesquisa de campo.

No capítulo 3 será apresentado o referencial teórico em que constam formulações teóricas e autores, que envolveram um breve histórico da educação a distância no Brasil, em que se fez um recorte sobre os principais momentos da evolução da modalidade EAD no país. Também, serão apresentados neste capítulo, dados da modalidade EAD no Brasil, mostrando quantitativamente números de alunos matriculados e inseridos nessa modalidade; estudos no campo de políticas públicas, envolvendo a educação superior e o Brasil; o sistema UAB dentro de sua contextualização histórica, situando-o como política pública; e a devida explanação sobre o sistema UAB no Ceará e suas atualidades, em termos de funcionamento e investimentos.

No capítulo 4 teremos a apresentação dos resultados levantados na pesquisa de campo, os quais serão apresentados em tópicos e subtópicos, de acordo com as variáveis estabelecidas na pesquisa. Será descrito os impactos ocorridos após a implantação do sistema UAB para o município de Mauriti, e nos eixos das análises, que versam sobre as perguntas da pesquisa, em que serão expostas diversas respostas de egressos e gestores participantes do Polo UAB em Mauriti.

E, por fim, nas considerações finais retomo os objetivos do trabalho, apresentando algumas conclusões a partir dos dados analisados, apontando contribuições da pesquisa para outros estudos da política pública sistema UAB.

2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Para esta pesquisa, além de pesquisas bibliográficas (produções teóricas acerca de políticas públicas educacionais no setor público do Brasil) que compôs o corpo teórico, analisando-se documentos, leis e decretos de criação da política pública sistema UAB, sites da CAPES, e outros sistemas foi realizado, também um estudo de caso para a pesquisa de campo, onde foram realizadas, entrevistas e observações diretas por parte da pesquisadora e tutora EAD no Polo Presencial UAB em Mauriti.

Em termos, epistemológicos foram levados em consideração os estudos de Bourdieu, que fizeram observar a educação e os agentes participantes dentro do campo de estudo:

O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constringe os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura (BOURDIEU, 1999, p.50).

Esse conceito possibilitou ver o sistema UAB como uma política local, buscando significados sociais e econômicos construídos por pessoas participantes do sistema, e que vivem distante dos grandes centros urbanos, mas que vêm na modalidade EAD a possibilidade de acesso a educação superior e a outros campos sociais.

Assim, foi realizado um estudo de caso no Polo Presencial UAB de Mauriti, entrevistando atores participantes do sistema UAB, a fim de investigar os impactos causados após implantação do Polo no município. Bem como, foi realizada a coleta de outros dados e índices para compor e traçar uma relação com os dados aferidos nas entrevistas.

2.1 Estudo de Caso

Segundo Yin (2001), os estudos de caso continuam a ser utilizados de forma extensiva em pesquisa nas ciências sociais - incluindo as disciplinas tradicionais (psicologia, sociologia, ciência política, antropologia, história e economia) e as áreas voltadas à prática, como planejamento urbano, administração pública, política pública, ciência da administração, trabalho social e educação. O método também é o modelo frequente para a pesquisa de teses e dissertações em todas essas disciplinas e áreas.

Yin (2001) comenta que, questões do tipo "como" e "por que" são mais explanatórias, assim são prováveis que levem ao uso de estudos de casos, pesquisas históricas e experimentos como estratégias de pesquisa escolhidas.

No caso desta pesquisa, analisou-se como a presença e o funcionamento do sistema UAB no município de Mauriti no estado do Ceará, podem impactar, em particular, no acesso à educação pública superior e à inclusão social dos alunos. Para Yin:

[...] se você quisesse saber "o que" o governo realmente fez após anunciar um novo programa, poderia responder a essa questão tão frequente realizando um levantamento ou examinando dados econômicos, dependendo do tipo de programa envolvido. Considere as seguintes questões: quantos clientes o programa beneficiou? Que tipos de benefícios foram concedidos? Qual a frequência com quem se produziram benefícios diferentes? Poder-se-ia responder a todas essas perguntas sem se fazer um estudo de caso. Mas se você precisasse saber "como" ou "por que" o programa funcionou (ou não), teria que dirigir-se ou para o estudo de caso ou para um experimento de campo (YIN, 2001, p.16-17).

Além disso, acrescente que “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2001).

Assim, o estudo de caso foi a metodologia escolhida para este estudo, pois se examinará acontecimentos contemporâneos, em que não se podem manipular comportamentos relevantes. O estudo de caso conta com o levantamento, muito utilizado pelas pesquisas históricas, mas acrescenta duas fontes de evidências que usualmente não são incluídas no repertório de um historiador: observação direta e série sistemática de entrevistas.

Stoecker (1991, *apud* Yin 2001) compreende o estudo de caso como estratégia de pesquisa que abrange abordagens específicas à coleta de dados e à análise de dados. Nesse sentido, o estudo de caso não é nem uma tática para a coleta de dados nem meramente uma característica do planejamento em si, mas uma estratégia de pesquisa abrangente.

Segundo Gil (2002), com relação à coleta de dados, o método de “estudo de caso” pode ser considerado o mais completo dentre todos os outros, pois, este se vale tanto de dados de pessoas quanto de dados documentais. Com a utilização de instrumentos padronizados de coleta de dados:

– Observação direta: utilizada para coleta de dados subjetivos, sendo considerada uma das melhores técnicas para entender o comportamento humano. Nela o investigador tem que imergir como sujeito na pesquisa;

– Entrevistas em profundidade: uma das mais importantes fontes de informação em um estudo de caso, ou seja, uma conversa entre duas ou mais pessoas com um propósito específico em mente.

Para esta pesquisa empírica, foi utilizada a entrevista semiestruturada que combina perguntas abertas e fechadas, onde os participantes têm a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto. Assim, a pesquisadora seguiu um conjunto de questões previamente definidas, semelhante ao de uma conversa informal. A entrevistadora ficou atenta para dirigir, no momento que achasse oportuno, a discussão para o assunto que a interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista. Em outras pesquisas, observa-se esse tipo de entrevista sendo muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A principal vantagem da entrevista aberta e também da semi-estruturada é que essas duas técnicas quase sempre produzem uma melhor amostra da população de interesse, e tem um índice de respostas bem mais abrangente, uma vez que é mais comum as pessoas aceitarem falar sobre determinados assuntos (SELLTIZ *et al*, 1987).

Yin (2001) afirma que os estudos de caso podem incluir as evidências quantitativas, mas o contraste entre evidências quantitativas e qualitativas não diferenciará as várias estratégias de pesquisa.

Para essa pesquisa, tivemos o uso de evidências quantitativas, no que se refere à quantidade histórica de alunos inserido no ensino superior público do município pesquisado ao longo dos anos, após a implantação do Polo UAB; e a verificação de índices sócio-econômicos do município, identificando possíveis evidências entre os níveis de acesso à educação e desenvolvimento social e econômico naquela região.

Dentre as ações de coleta de dados direta, foram realizadas entrevistas semiestruturada com coordenadores e ex-coordenadores, responsáveis pela implantação do Polo Presencial, como também, com tutores e alunos, para aprofundamento do histórico daquele Polo da UAB, bem como para documentar e analisar a visão, as vivências e as experiências tidas e percebidas por eles e suas perspectiva a respeito dos possíveis impactos causados pela implantação daquele Polo no município (ver Roteiros de Entrevistas nos Apêndices).

Em complemento à pesquisa de dados nos municípios, foram consultados índices e pesquisas realizadas pela CAPES, CENSO INEP⁶, CENSO EAD⁷, entre outros (tais como IDHM⁸) que buscou prover, quantitativamente, dados sobre o número de indivíduos que se incluíram no ensino superior naquele município em estudo, identificando prováveis benefícios que o sistema UAB pôde gerar ou não no município de Mauriti, no que se refere à educação superior pública e o desenvolvimento socioeconômico local.

Buscou-se, para isso, triangular os dados gerados pelo estudo de caso com dados quantitativos obtidos por meio da pesquisa documental em fontes como UAB/CAPES, INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), índices do IBGE, índices do PNUD⁹, pesquisas da Abed, entre outros. Para isso, os procedimentos abordaram as seguintes variáveis:

(1) Distribuição de IES pública nos municípios do Ceará, mais especificamente no município de Mauriti, buscando conhecer o processo de implantação do Polo da UAB nessa região, ou seja, ‘como’ se deu esse processo;

(2) Analisar os resultados após implantação do Polo da UAB em Mauriti, buscando relações entre o acesso à educação superior e possíveis resultados obtidos através dela. Para isso, foi, também, aplicado entrevista semiestruturada com coordenadores, ex-coordenadores, tutores, alunos e ex-alunos;

(3) Buscar relações entre a implantação do Polo UAB em Mauriti e os resultados esperados e alcançados do sistema UAB como política pública para aquele município.

Vale salientar que, vários pesquisadores se utilizam do estudo de caso para análise de políticas públicas, por ser uma metodologia aplicada a diversas áreas do conhecimento, como educação, direito, administração, economia, serviço social, psicologia, medicina, entre outras, além de ter sua utilização tanto em programas de pós-graduação acadêmicos como

⁶ O Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), constitui-se importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, além de ser elemento importante para elaboração de estudos e pesquisas sobre o setor. O Censo coleta informações sobre as instituições de educação superior, os cursos de graduação e sequenciais de formação específica e sobre os discentes e docentes vinculados a esses cursos.

⁷ O Censo EAD.BR, relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil, é uma publicação anual, que tem por objetivo mapear a abrangência da EAD no Brasil, em termos de distribuição geográfica e número de alunos atendidos em tipos de cursos e de instituições.

⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

⁹ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento é o órgão da Organização das Nações Unidas que tem por mandato promover o desenvolvimento e erradicar a pobreza no mundo.

profissionais; e, também por ser uma metodologia que permite a realização de pesquisas aplicadas a casos concretos, problemas sociais e políticas públicas.

Segundo Bassey (2003) um estudo de caso educacional é uma investigação empírica que é conduzida dentro dos limites localizados no tempo e no espaço, que trata sobre aspectos de uma atividade educacional, programa, instituição ou sistema para subsidiar julgamentos e decisões de práticos ou de gestores de políticas.

A metodologia estudo de caso fornece meios para a compreensão de um complexo fenômeno e das relações que se manifestam dentro de um contexto a ser pesquisado. “Os estudos de casos podem abranger de modo singular a gama de questões relacionadas a políticas públicas e gestão” (GRAHAM, 2010, p.16).

2.2 Procedimentos metodológicos

De acordo com referidos procedimentos abordados para elaboração da pesquisa de campo, aplicaram-se as entrevistas semiestruturadas com 26 participantes, entre eles: 01 Coordenador, 01 Ex-Coordenador, 05 Tutores e 19 alunos (as) do Polo de Mauriti, de cursos diversos. Diante do momento pandêmico, COVID-19, que estamos vivenciando as entrevistas ocorreram na maior parte com o uso de ferramentas digitais: vídeos, áudios, aplicativos e e-mails.

Após término das entrevistas, houve o momento de transcrevê-las, em forma de planilha. De acordo com Bourdieu (1999) a transcrição da entrevista é parte integrante da metodologia do trabalho de pesquisa. Uma transcrição de entrevista não é só aquele ato mecânico de passar para o papel o discurso gravado do informante, pois, de alguma forma o pesquisador tem que apresentar os sentimentos e os movimentos que não passam pela fita do gravador, que são muito importantes na hora da análise e mostram muita coisa do informante.

Bourdieu (1999) afirma que o pesquisador tem o dever de ser fiel quando transcrever tudo o que o pesquisado falou e sentiu durante a entrevista. O autor, também, considera como dever do pesquisador a legibilidade, ou seja, aliviar o texto de certas frases confusas, de redundâncias verbais ou tiques de linguagem. Ele, também, considera como um dever do pesquisador tomar o cuidado de nunca trocar uma palavra por outra, nem mesmo

¹⁰A COVID-19 é uma doença causada pelo coronavírus, denominado SARS-CoV-2, que apresenta um espectro clínico variando de infecções assintomáticas a quadros graves. Recentemente, em dezembro de 2019, houve a transmissão de um novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual foi identificado em Wuhan na China e causou a COVID-19, sendo em seguida disseminada e transmitida pessoa a pessoa. Fonte: Ministério da Saúde, disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em 18 jun.2020.

mudar a ordem das perguntas. Portanto, considera-se ideal que o próprio pesquisador faça a transcrição da entrevista.

Para complementação da pesquisa, foram apresentados dados coletados dos Polos e cursos existentes no Ceará, através da Coordenação da UECE em Fortaleza, com ajuda do Coordenador Geral, que autorizou que os dados e pesquisa fossem realizados, com apoio dos demais envolvidos, Coordenadores de Cursos e da EAD, juntamente com o apoio da Secretaria. Também, foram colhidos junto a esses, dados do SisUAB¹¹ (Sistema interno UAB), que apuram e controla dados da UAB, pelo portal CAPES.

Analisaram-se, também, dados colhidos sobre a educação superior de Mauriti a partir da Secretaria de Educação do Polo de Mauriti, com apoio da Secretária de Educação, bem como outros índices coletados em sites da CAPES, INEP, IBGE e CENSO EAD e PNUD, que serão utilizados para cruzar dados com os coletados, tendo em vista a importância deles para apoio e complementação da pesquisa.

Durante a exposição dos resultados não foram citados nomes dos participantes, apenas terão codinomes, tipo: Coordenador Atual e Coordenador Antigo, Tutor 1, 2, 3, 4 e 5, e Alunos com nomes fictícios, a fim de preservar a imagem e o termo por eles concordado.

Para o estudo de caso explanatório, os padrões de análises podem se relacionar às variáveis dependentes ou independentes do estudo (ou a ambas) (YIN, 2001). Dessa forma, o objetivo foi organizar todas essas informações de maneira ordenada e sistematizada para a elaboração do estudo do caso sobre o sistema UAB em Mauriti, seguindo os procedimentos desse tipo de estudo, que incluiu análises a partir das variáveis de estudo. Depois de aplicada a entrevista, foi feito tabelamento dos quesitos dos questionários, identificando cada um dos públicos específicos (coordenadores, tutores e alunos) para o relatório. No caso de resposta semelhante se filtrou a mais completa para ser citada no relatório.

O capítulo 4 da pesquisa envolve os resultados das entrevistas e observações diretas da pesquisadora e tutora, bem como contém várias narrativas, apresentadas em tópicos e subtópicos, separados, voltadas para as variáveis de estudo. Também, constarão dados quantitativos e qualitativos sendo analisados com as variáveis e objetivos da pesquisa.

No próximo capítulo 3 a pesquisa terá seu respaldo teórico, advindo de pesquisas realizadas pela pesquisadora em sites, livros, artigos, dissertações e teses. Contemplar-se-á

¹¹O SisUAB criado em 2010 é uma plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos da Universidade Aberta do Brasil. Está preparado para o cadastramento e consulta de informações sobre instituições, Polos, cursos, material didático, articulações, colaboradores e mantenedores. O acesso ao SisUAB é permitido apenas aos usuários previamente autorizados (coordenadores UAB e coordenadores de curso, coordenadores de Polos de apoio presencial e colaboradores da CAPES). Fonte: <https://www.capes.gov.br/editais-ded/3526-sisuab>. Acesso em 15 mai.2020.

EAD no Brasil, mostrando sua visão histórica, o campo das políticas públicas na educação brasileira, o Sistema UAB, bem como seu histórico e contextualização, e o Sistema UAB como política pública no Brasil, Ceará e algumas atualidades.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Organizada em tópicos, a seção apresentará, de início, conceituações sobre a modalidade EAD no Brasil, o sistema UAB (histórico, contextualização e sistema UAB como política pública e no Ceará), buscando referências de autores reconhecidos, tais como: Litto e Formiga (2009), Carneiro (2015), Lévy (2000), Moraes (2010), Libâneo *et al* (2012), entre outros. O tópico, também, apresenta conceitos e problemática do campo de estudos da análise das políticas públicas.

3.1 A Educação a Distância no Brasil- breve histórico

A trajetória da EAD no Brasil desenvolve-se em meio às políticas e às dinâmicas adotadas no contexto da reforma do Estado e da reforma do sistema educativo, em articulação com organismos multilaterais, como a UNESCO¹², que a recomendam como modalidade educativa a ser expandida e institucionalizada (DOURADO, 2002).

A EAD no Brasil é marcada por altos e baixos. Até os anos 70, há registros históricos que consideraram o Brasil dentre os principais no desenvolvimento da EAD. Alves (2007 *in* Litto e Formiga, 2009) divide a EAD em gerações: a primeira geração da EAD considera-se até os anos 70.

No Brasil, pouco antes de 1900 já havia anúncios em jornais circulando pelo Rio de Janeiro ofertando cursos de profissionalização por correspondência para datilógrafo, quando foram instaladas as chamadas escolas internacionais, instituições privadas que ofereciam cursos por correspondência

Em 1923, foi criada a Radio Sociedade do Rio de Janeiro, de iniciativa privada, que oferecia cursos de Português, Frances, Silvicultura, Literatura francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Em 1934, foi criada a Radio Escola Municipal do Rio, e neste projeto os estudantes recebiam folhetos e esquemas de aulas por correspondência e ouviam as aulas pela estação de radio. Em 1937, criaram-se inúmeros programas via rádio, a partir da criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação. Em 1939, surge em São Paulo o instituto Monitor, precursor dos cursos profissionalizantes por correspondência.

¹²A Representação da UNESCO no Brasil, localizada em Brasília, é um escritório nacional da região da América Latina, que, oficialmente, iniciou seu trabalho no país em 19 de junho de 1964. Seu principal objetivo é auxiliar a formulação e a operacionalização de políticas públicas que estejam em sintonia com as estratégias acordadas entre os Estados-membros da UNESCO. Disponível em: <https://pt.unesco.org/fieldoffice/brasilia> Acesso em: 12 out.2020.

Em 1941, surge o Instituto Universal Brasileiro fundado por um ex-sócio do Instituto Monitor, que também oferecia cursos profissionalizantes, desde mecânica de automóveis aos técnicos em geral. Tinha até em seu emblema: “Instituto Universal vai até você, com o Universal você pode chegar lá...”

Em 1946, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) iniciou suas atividades, no Rio de Janeiro e em São Paulo na Universidade do Ar, em 1950, que já atingia 315 localidades. Em 1956, a Igreja Católica no Rio Grande do Norte criou escolas radiofônicas, dando início ao Movimento de Educação de Base. Em 1969, a censura abortou a rádio educativa brasileira, que foi uma das causadoras de nossa queda no ranking da EAD. Em 1970, passamos à segunda geração com cursos utilizando vídeo aulas (fitas cassetes gravadas) e programas de televisão, o famoso Telecurso (ALVES, 2007 *in* LITTO e FORMIGA, 2009).

Na década de 70 chegam os computadores, por meio das universidades no Brasil. Em 1971, a Associação Brasileira de Teleducação (ABT) é criada. Em 1973, o Instituto de Pesquisas Avançadas em Educação (IPAE) é fundado, e em 1995, a Associação Brasileira de Educação a distância (Abed) é criada. Todas eram de suma importância para a história da EAD. Em 1974, surge a Universidade Aberta, com o ensino ministrado através do processo de comunicação a distância. (ALVES, 2007 *in* LITTO e FORMIGA, 2009).

A ideia de Universidade Aberta nasceu na ditadura militar, no governo de Garrastazu Médici, com vista ao desenvolvimento econômico via orientação da Organização das Nações Unidas (ONU), visando à ampliação das vagas na educação superior com o mínimo de investimento. Assim, a ideia de Universidade Aberta foi concebida para ser um monopólio das instituições públicas.

A partir da criação da ABT muitas políticas públicas foram debatidas e definidas, sendo esta também a pioneira nos programas de pós-graduação. Já, o IPAE, até os dias atuais, tem o maior acervo sobre EAD no país. O IPAE criou a Abed e também realizou grandes congressos sobre EAD. E, a Abed é que vem colaborando com o desenvolvimento da EAD no país, promovendo a articulação de instituições e profissionais no país e no exterior.

Na década de 1990, a tecnologia digital avançou com inovação fantástica da interatividade e trouxe o email, fórum, chat, videoconferência, ensejando um aprendizado ativo, cooperativo e reativo *on line*. Em 1996, com a segunda lei de Diretrizes e Base nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e base da educação nacional, a EAD deixa de ser clandestina ou excepcional para ser legalizada: “§11. Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer

competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento, mediante as seguintes formas de comprovação”.

No mesmo período o governo Federal de Fernando Henrique Cardoso incentivava a criação de faculdades particulares em todo o Brasil, tendo percebido que a oferta de cursos superiores no país estava estagnada, nas mãos de universidades públicas que não aumentavam o número de vagas a décadas, pois a redução de investimentos em infraestrutura e capital realizado pela União na área da educação superior estavam acentuadas. Nesta fase o governo decidiu facilitar processos de abertura para instituições privadas e incentivar também a educação superior a distância, porém ainda sem um entendimento do que era este novo “ser”.

Assim, conforme previsto no Art. 80 da Lei 9.394/96 (LDB), temos que o “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. No § 1º do artigo 80, diz que EAD deverá ser organizada com abertura e regime especiais, e oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União. No § 2º, ressalta que a União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativo a cursos de educação a distância, que realmente precisa ser fiscalizado e continuamente avaliado. No § 3º, ressalta que para implementar a EAD pode haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas. No § 4º, diz que a EAD gozará de tratamento diferenciado: custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais. Notadamente, de início a EAD ficou nas mãos de entidades privadas, visto que, não havia um planejamento dentro do setor público.

Temos que lembrar aqui, que esse incentivo para a EAD se fez por necessidade de expansão da educação e pela falta de uma política pública na modalidade EAD.

No início dos anos 2000, passamos para a terceira geração, com aulas ao vivo via satélite, e neste período começam as novas regulamentações desta modalidade de ensino a distância (ALVES, 2007 *in* LITTO e FORMIGA, 2009).

Na Resolução nº 004/2010- Seção VI a legislação brasileira inclui a EAD como modalidade educativa na educação básica:

Art. 39. A modalidade Educação a Distância caracteriza-se pela mediação didático pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem que ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

Art. 40. O credenciamento para a oferta de cursos e programas de Educação de Jovens e Adultos, de Educação Especial e de Educação Profissional Técnica de nível médio e Tecnológica, na modalidade a distância, compete aos sistemas estaduais de

ensino, atendidas a regulamentação federal e as normas complementares desses sistemas (Resolução nº04/2010, Seção VI).

Hoje, a modalidade EAD evoluiu, não apenas no ensino superior, mas em diversas áreas e de várias formas. O crescimento da tecnologia digital e a necessidade de projetos educacionais voltados para as pessoas, que não possuem tempo ou condições financeiras para uma graduação nos moldes tradicionais, fomentaram de alguma forma essa procura pela EAD.

Logo, fica claro que, a tecnologia e o avanço das telecomunicações foram peças-chave para a mudança e adaptação da EAD no país. Assim, a modalidade EAD busca atender os anseios de muitos que não dispõem de tempo e dinheiro para custear uma faculdade presencial.

A EAD tem vantagens como: praticidade, horários flexíveis e liberdade para desenvolver atividades *off line*, porém exige do estudante uma dedicação muito maior do que o do ensino tradicional. A EAD, também, remete a velocidade, acessibilidade, praticidade, e a inclusão social. Além disso, podemos também citar a facilidade de acesso em diversas regiões, pois são inúmeros lugares e pessoas com acesso a internet hoje em dia.

3.1.1 Dados da modalidade EAD no Brasil

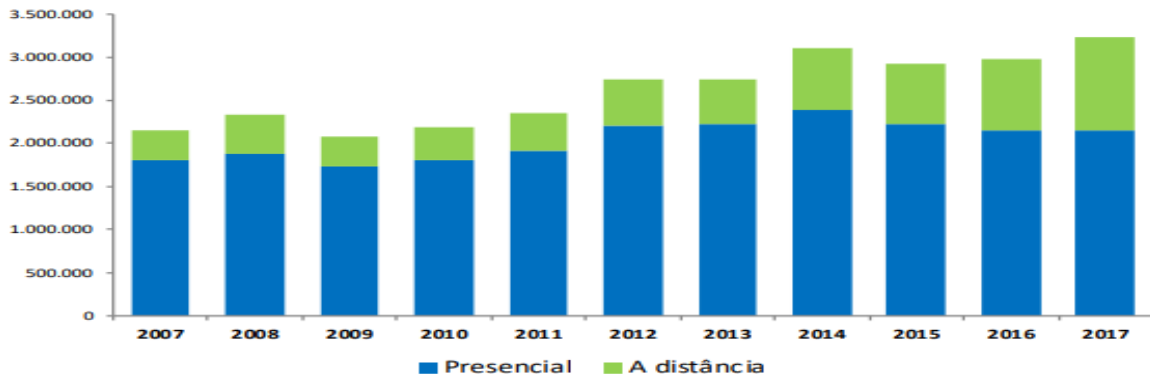
Segundo dados do IBGE (2018), mais da metade dos brasileiros já acessa a internet. São mais 135,6 milhões de pessoas conectadas, e isso representa pouco mais de 79,1% de toda a população do país.

Em geral, o público de um curso EAD é bastante diverso, são pessoas que buscam se capacitar sem ter altos dispêndios.

De acordo com o CENSO da Educação Superior (2018) o número de vagas na modalidade EAD superou as presenciais. Em 2018, foram 7.170.567 vagas de EAD, contra 6.358.534 presenciais.

O número de ingressos em cursos de graduação a distância tem crescido substancialmente nos últimos anos, aumentando sua participação no total de ingressantes de 15,4%, em 2007, para 33,3%, em 2017, conforme nos mostra o Gráfico 1, página seguinte.

Gráfico 1 - Número de Ingressos em Cursos de Graduação (2007 a 2017)

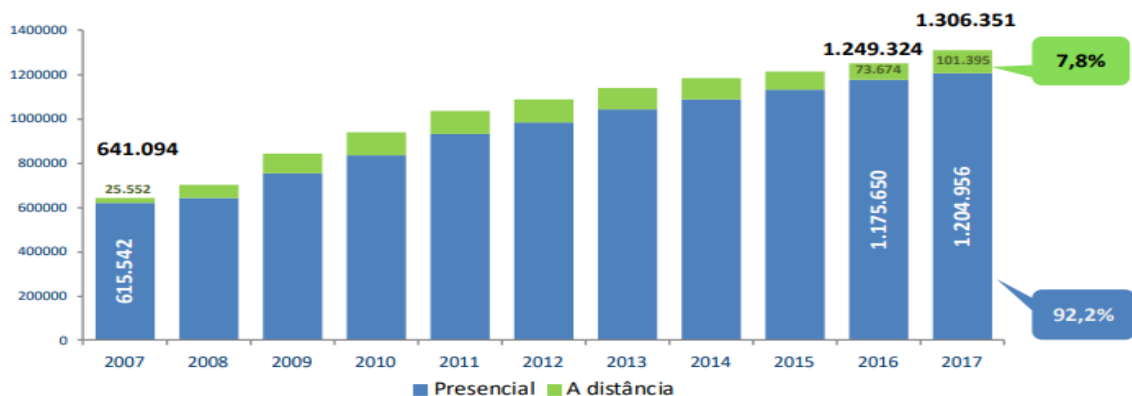


Fonte: Censo da Educação Superior, INEP, 2018.

Os dados do gráfico 1 são do Censo da Educação Superior, divulgado pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), nos mostra o avanço de vagas a distância, no período compreendido entre 2007 e 2017.

De 2016 para 2017, por exemplo, houve um crescimento de 18%. Nesta edição, o número de vagas saltou de 4,7 para 7,1 milhões. A quantidade de cursos ofertados cresceu 50%. Por outro lado, apesar da maior oferta de vagas, a matrícula nos presenciais ainda lidera, com 1,2 milhões de alunos matriculados — número bem maior que as matrículas em EAD, conforme se vê no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de Matrículas em Cursos de Graduação, por Modalidade de Ensino (2007 a 2017)



Fonte: Censo da Educação Superior, INEP, 2018.

De acordo com Carneiro (2015), esse crescimento extraordinário da EAD decorre de vários fatores e mudanças advindas da sociedade, em destaque: flutuações no mercado de

trabalho e qualificação rápida, conforto para o aluno estudar onde estiver, inclusão qualificada no mercado de trabalho, custos financeiros menores, acessibilidade, entre outros. Assim, esses e outros fatores colaboram para o aumento de cursos e Polos de EAD em várias regiões, capitais e municípios, e, conseqüentemente, contribuição para o processo de inclusão no ensino superior público.

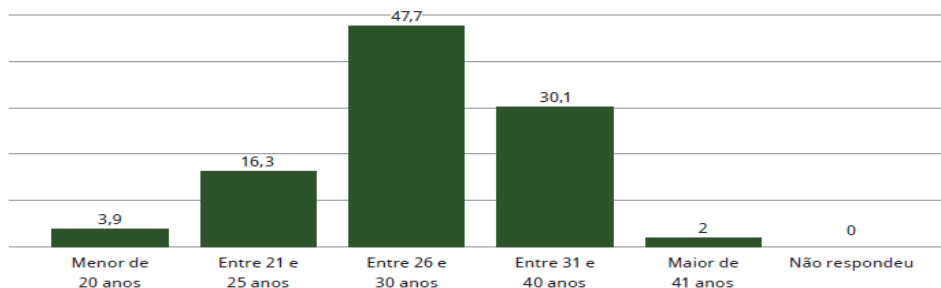
Para isso, a EAD tem como proposta a ampliação e a democratização da educação, ou seja, ela desempenha um importante papel para a redução das desigualdades sociais e melhoria na qualidade de vida da sociedade em geral. Drucker (2002) remete-se a isso como ‘Sociedade do Conhecimento’, que tem a propriedade do conhecimento como principal recurso de fator de produção, contribuindo para as transformações sociais, econômicas e tecnológicas ocorridas no cenário educacional.

Com a implantação dos Polos de apoio presencial pelo sistema UAB, a EAD apresenta um meio de abrangência social, que passa a ser considerada como forma de contribuir com a melhoria social (VIEIRA, 2006), somando-se a isso, a possibilidade de acesso ao ensino superior público àqueles que não tinham nem tempo e nem condições físicas e financeiras de ingressar no ensino superior. Conforme ressalta o MEC:

O sistema UAB não propõe a criação de uma nova instituição de ensino, mas sim, a articulação das já existentes, possibilitando levar ensino superior público de qualidade aos municípios brasileiros que não possuem cursos de formação superior ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos (MEC, 2019).

Segundo dados do CENSO EAD/ABED (2017), a maior parte dos estudantes abrange as faixas etárias entre 26 e 30 anos e entre 31 e 40 anos. Para os cursos totalmente à distância, 37% dos alunos têm entre 31 e 40 anos, para os semipresenciais, esse número é de 16%, conforme Gráfico 3. Esses dados mostram que, em geral, alunos de EAD são um pouco mais velhos que alunos de cursos presenciais.

Gráfico 3 - Média de idade dos alunos de cursos regulamentados totalmente à distância - em percentual

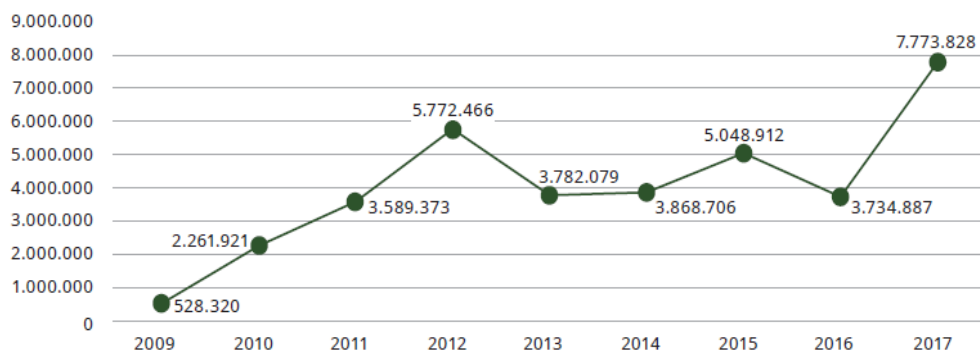


Fonte: CENSO EAD/ABED, 2017.

Nota-se que a média de idade dos alunos que buscam a modalidade EAD está na faixa de 26 a 40 anos, justificando que a demanda para a EAD são de pessoas com mais idade, que buscam graduarem-se, muitos por motivo de falta de tempo, outros por questões logísticas e/ou até financeiras.

O total de matrículas, junto com o aumento de Polos e a definição mais ampla de cursos semipresenciais, apresentou um crescimento muito significativo no Censo EAD/ABED (2017). Do total de 11.008 Polos contabilizados pelo Censo EAD/ABED (2017) 3.137 foram criados em 2017 e somente 137 foram fechados. No que diz respeito às matrículas chegaram-se a 7.773.828 alunos contabilizados na modalidade EAD/ABED no Censo, um aumento bem significativo a contar de 2009, conforme Gráfico 4.

Gráfico 4 - Evolução do total de matrículas contabilizadas pelo Censo EAD/ABED

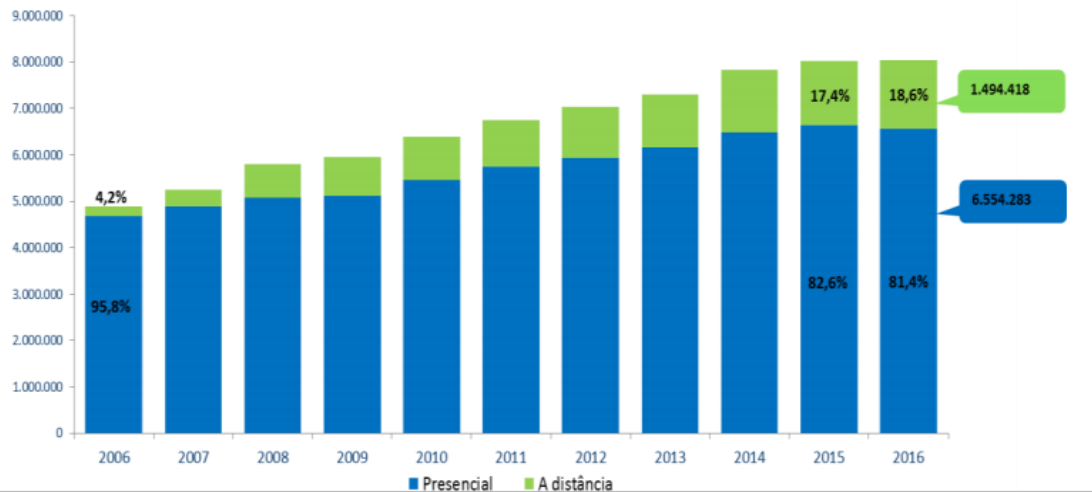


Fonte: CENSO EAD/ABED, 2017.

Nesse período o governo viabilizou o processo de outras instituições a ofertarem cursos na modalidade EAD, sem a necessidade de Polos presenciais na região, colaborando para essa crescente evolução nas matrículas na modalidade EAD.

O Censo da Educação Superior realizado pelo Ministério da Educação em 2016 revelou que o número de matrículas em graduações a distância vem crescendo, e nessa época era de aproximadamente 1,5 milhão de matriculados no Brasil. Isso significa que, dos 8,04 milhões de estudante universitários do país, 18,6% deles se matricularam em um curso a distância, conforme nos mostra o Gráfico 5, página seguinte.

Gráfico 5 - Número de matrículas em cursos de graduação, por organização acadêmica Brasil (2006-2016)



Fonte: Censo INEP, 2016.

Esses números de matrículas foram maiores em instituições privadas, pois estas têm maior oferta de vagas, maiores condições financeiras para ofertar um curso de graduação, e, também, são pagas.

De acordo com o CENSO/INEP, observa-se que o aumento do número de ingressantes entre 2016 e 2017 é ocasionado, principalmente, pela modalidade a distância, que teve uma variação positiva de 27,3% entre esses anos, enquanto nos cursos presenciais houve um acréscimo de 0,5%.

Carneiro (2015) confirma que essa tendência de crescimento decorre de uma série de mudanças profundas na sociedade, dentre elas, temos as novas práticas de trabalho, de estudo e de desenvolvimento pessoal, com destaque para:

- 1- Multiplicação de cursos regulares e de cursos livres: se ofertam desde cursos de extensão até pós-graduações;
- 2- Flutuações no mercado de trabalho e rápida qualificação: muitos cursos podem ser concluídos mais rapidamente, dependendo do aluno;
- 3- Conforto e flexibilidade do aluno poder estudar dentro de cronograma de estudo e trabalho e onde estiver atualizando-se em cursos de formação inicial e continuada;
- 4- Reposicionamento do Projeto de Vida coma necessidade de acessar a educação superior: possibilidade de poder fazer um curso superior, que muitas vezes o custo é menor;
- 5- Mudanças no mercado de trabalho: empresas recrutam profissionais mais qualificados, e o mercado requer pessoas com competências laborais específicas;

6- Custos financeiros menores;

7- Possibilidade de uma formação com qualidade e consistência;

8- Facilidade de associação entre necessidades laborais pessoais e profissionais: existem muitas opções de cursos, dando possibilidades de escolha e especialização;

10-Equivalência legal de diploma entre cursos presenciais e cursos a distância: cabe aqui uma atenção, pois nem todo curso EAD ou semipresencial está legalizado unto ao MEC e suas exigências.

Além dessas tendências sociais, temos que lembrar o cumprimento de metas educacionais que o país deve atingir. E, para isso o empenho do governo nas políticas públicas educacionais deve consolidar e regulamentar com efetividade o funcionamento da modalidade EAD.

Lembrando que, nesse quesito, a legislação que disciplina a oferta de cursos na modalidade EAD é específica, seja para a implantação de cursos e seja para balizar seu funcionamento. Sendo assim, convém lembrar que, os mesmos princípios legais para ministrar o ensino presencial ‘garantia do padrão de qualidade’ aplicam-se também a EAD.

Ainda, é importante lembrar que a modalidade EAD no Brasil é regida pelo Decreto nº 9.057/ 2017, que regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Pela Portaria nº 4.361/2004, revogado pela Portaria 3.160/2005 e pelo Decreto nº 5.773/2006, revogado pelo Decreto 9.235/2017, que prescrevem exigências para as várias etapas do processo de credenciamento institucional voltado para a oferta de cursos EAD, além de definir outros procedimentos como mantenedor, aumento e remanejamento de vagas, desativação de cursos e descredenciamento de instituições, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Observando todos esses aspectos, acredita-se que a EAD é uma modalidade em busca da democratização do ensino, sendo flexível e econômica, e chegando a lugares mais distantes, onde já se tem acesso a internet.

3.2 O Campo de Estudos de Políticas Públicas: educação e Brasil

Do ponto de vista etimológico, política pública se refere à participação do povo nas decisões da cidade. Sendo que, historicamente essa participação assumiu feições distintas, no tempo e no lugar, podendo ter acontecido de forma direta ou indireta. Contudo, um agente sempre foi fundamental no acontecimento da política pública: o Estado (OLIVEIRA, 2010).

O termo “políticas públicas” deve ser entendido como um conjunto de programas ou ações governamentais necessárias e suficientes, integradas e articuladas para a provisão de bens ou serviços à sociedade, financiadas por recursos orçamentários ou por benefícios de natureza tributária, creditícia e financeira (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2018).

A autora Celina Souza (2006), comenta que política pública é a soma das atividades dos governos, agindo diretamente ou através de delegação, que influenciam a vida dos cidadãos, colocando o governo em ação em benefício de muitos ou de grupos. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Assim, de forma ampla, a autora faz ênfase às diversas definições e modelos sobre políticas públicas, sendo que os elementos principais que devem ser considerados são: a política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz; e, a política pública envolve vários atores e níveis de decisão.

Segundo Rua (2009), as políticas públicas ocorrem em um ambiente tenso e de alta densidade política, marcado por relações de poder, extremamente problemáticas, entre atores do Estado e da sociedade, dentre os quais se destacam:

✓ Atores estatais: são aqueles que exercem funções públicas no Estado, eleitos pela sociedade para um cargo por tempo determinado (políticos), ou atuando de forma permanente, como os servidores públicos.

✓ Atores privados: são aqueles que não possuem vínculo direto com a estrutura administrativa do Estado. E fazem parte deste grupo, as instituições, sindicatos, partidos políticos, imprensa, igrejas, associações da sociedade civil organizada.

Assim, cada autor tem seu papel, que se torna fundamental para o incremento da política pública a ser estabelecida. Dentro dessa perspectiva dos autores envolvidos é importante saber desde o porquê da criação de uma determinada política até o momento de sua avaliação e *feedback*. Assim, para se elaborar uma política pública deve-se definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem, pois são definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, como grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente, que irão nortear seu planejamento e resultados. Políticas públicas são mediações entre atores da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2002).

De acordo com Teixeira (2002), as políticas públicas podem ser classificadas quanto à natureza ou grau de intervenção: políticas estruturais, que buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego e propriedade, entre outros; e políticas conjunturais

ou emergenciais, que objetivam atenuar uma situação temporária (TEIXEIRA, 2002). Quanto à abrangência dos benefícios: políticas universais quando visam todos os cidadãos, segmentais, quando buscam atingir determinado segmento da população e fragmentadas quando destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento. E, por fim, quanto aos impactos: políticas distributivas, quando visam distribuir benefícios individuais, redistributivas, quando visam redistribuir recursos entre os grupos sociais, retirando de certos grupos para benefício de outros, e regulatórias, quando visam definir normas que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade sem, necessariamente, beneficiar grupos ou indivíduos (TEIXEIRA, 2002).

Souza (2006) afirma que as políticas públicas ligam-se fortemente ao Estado, e que este determina como os recursos serão utilizados para o benefício de seus cidadãos, de como o dinheiro, sob a forma de impostos deve ser acumulado e de como este deve ser investido, e no final dá a prestação de conta pública do dinheiro gasto em favor da sociedade.

Nas sociedades modernas, uma das principais características das políticas públicas é o seu caráter redistributivo, ou seja, produzir oportunidades iguais para atores sociais desiguais. Neste sentido, surgiram conceitos como o de igualdade de oportunidades, elaborado por Norberto Bobbio, que tenta explicar que a igualdade de oportunidades é a aplicação da regra de justiça em situações nas quais dois indivíduos estão em disputa por um mesmo objetivo. Assim, o princípio da igualdade de oportunidades parte do pressuposto de que todos os indivíduos de uma determinada sociedade encontram-se nas mesmas condições para competir pelos recursos escassos que esta sociedade produz (BOBBIO, 1993).

A partir da perspectiva de Bobbio (1993), pode-se supor que o processo de formulação das políticas públicas estatais tem que considerar as desigualdades estruturais presentes na sociedade, de modo a garantir a igualdade aos indivíduos que se apropriam de forma desigual dos recursos socialmente produzidos.

No âmbito das políticas educacionais, Höfling (2001) considera que o Estado deve priorizar políticas públicas universalizantes, ou seja, que acatem um bom número de pessoas de classes populares ao conhecimento, visando à redução das desigualdades sociais.

No Brasil, somente no início do século XX que a educação pública se consolidou como uma prioridade do Estado. Em 1932, por exemplo, foi publicado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, no qual membros da elite intelectual defendiam a escola pública, gratuita, laica e obrigatória.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945) buscou-se a implantação de um sistema público de educação que suprisse, principalmente, a formação de mão de obra

especializada para o mercado de trabalho emergente. Assim, a Constituição de 1934 declarou a educação pública como um direito de todos.

Em 1946, com o fim do Estado Novo, inicia-se um período mais democrático no país, com a promulgação da Constituição Federal de 1946, em que a educação primária permanece proclamada como um direito de todos e assegurada sua gratuidade, cabendo à União estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional.

A partir da década de 1950, a vinculação entre educação, produtividade e crescimento econômico, ganha destaque internacional, com a divulgação das teorias do capital humano. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), o objetivo da educação pública era formar mão de obra qualificada para a implantação e ampliação das indústrias de base (SAVIANI, 2008).

Durante o governo de João Goulart (1961-1964), foi sancionada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4.024/1961, que instituiu o ensino primário com quatro anos de duração, obrigatório, bem como a educação de nível médio, em prosseguimento à educação primária, destinada à formação dos adolescentes (RIBEIRO, 2003). Com a Ditadura Militar (1964-1985), o sistema de ensino foi novamente reorganizado, sendo promulgada a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 5.692/1971. As políticas educacionais permaneceram vinculadas aos interesses e necessidades do mercado, enfatizando-se os argumentos das teorias do capital humano. O regime militar focou na institucionalização da visão produtivista da educação (SAVIANI, 2008).

A partir de 1984, pressões sociais culminaram no movimento civil conhecido como 'Diretas Já', depois em 1988 foi promulgada a Constituição Federal destaca-se a redemocratização do país e um período de estagnação econômica (FONSECA, 2009).

A partir dos anos 1990, as políticas educacionais brasileiras são ajustadas de acordo com os postulados das agências multilaterais de financiamento, como a Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), o Banco Mundial (BM), a Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), dentre outras. Na década de 1990, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), houve a promulgação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/1996, onde foram implementadas e ampliadas diversas políticas educacionais, como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF), que apresentaram evoluções positivas

(TAVARES e CASTRO, 2017). De acordo com Silva (2003), no final do século XX houve uma variação positiva em termos de expansão na educação brasileira.

No início do século XXI, Luiz Inácio Lula da Silva (2003- 2010), defendeu como uma de suas metas a ampliação das oportunidades de acesso e permanência dos mais pobres no sistema de ensino (TAVARES e CASTRO, 2017).

No governo Lula presenciou-se o forte investimento em políticas públicas no âmbito educacional, destacando o ProUni¹³, o sistema UAB e o Reuni¹⁴, que procuraram delimitar a intervenção pública na democratização do acesso ao ensino superior.

Nesse sentido, o sistema UAB configura-se, desde 2005, como uma política pública que busca expandir o acesso ao ensino superior. Desde o primeiro ano do Governo Lula, a expansão da educação superior foi uma das políticas públicas mais visíveis da área educacional, inclusive, com forte apelo publicitário. Nesse cenário, a análise das políticas públicas para o ensino superior no Governo Lula, permite afirmar que o crescimento do acesso que ocorreu, impõe desafios qualitativos aos gestores e demais profissionais das instituições de ensino superior.

De acordo com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entidade ligada ao Ministério da Educação e responsável pelo Sistema UAB, diz que o sistema UAB conta atualmente com 166.755 alunos matriculados, sendo 80.396 em cursos de licenciatura.

O presidente da CAPES, Benedito Aguiar, comentou que as universidades que integram o sistema UAB, também foram favorecidas com a parceria. Em tempos de pandemia, essa cooperação fez com que instituições tradicionais já contassem com um sistema de educação à distância consolidado. Para ele, as universidades que já estavam envolvidas na educação à distância, como as que integram a UAB tiveram menos dificuldade em atravessar esse período, pois já estavam em andamento com aulas on-line e cursos na modalidade EAD (CAPES, 2020). Isso favoreceu dar continuidade nas atividades do curso, com apenas alguns ajustes realizados.

¹³ProUni – Universidade para todos. Introduzida no governo de Lula, em 2005, consiste em permutar com as instituições privadas de ensino superior vantagens fiscais em troca de um percentual de vagas gratuitas para estudantes oriundos do ensino público, de baixa renda e, em alguns casos, pertencentes a determinadas etnias. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/>. Acesso em: 12 out.2020.

¹⁴Reuni- Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - é um programa instituído pelo Governo Federal do Brasil através do Decreto nº 6.096/2007. Apresenta-se como uma das ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), do Ministério da Educação (MEC), lançado no mesmo período, com o objetivo de duplicar a oferta de vagas no ensino superior no Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/reuni-sp-93318841>. Acesso em: 12 out.2020.

3.3 Sistema Universidade Aberta do Brasil

Neste subitem, dar-se-á enfoque ao processo histórico e contextualização do sistema UAB, ao sistema UAB como política pública e sua implantação nos municípios, especificamente no Ceará, através do vínculo com as Instituições de Ensino Superior (IES) e Polos Presenciais, enfatizando-se que, para a criação dos Polos, o Governo Federal, em nível de políticas públicas, criou o sistema UAB, que passou a contribuir com a disseminação da EAD e, conseqüentemente, com o acesso ao ensino superior.

3.3.1 Histórico e contextualização do Sistema UAB

Em sintonia com as mudanças tecnológicas que vem acontecendo a nível mundial e com os grandes desafios brasileiros na área de formação de professores para educação básica, e em harmonia com a tendência mundial de expansão e interiorização da educação pública de nível superior, o governo brasileiro criou e implantou o sistema UAB.

De acordo com Peters (2003) no Brasil, foram implementadas políticas e estratégias que culminaram na adoção de um sistema que busca integrar as instituições de ensino superior públicas, com larga experiência no ensino presencial, para a oferta de cursos na modalidade à distância.

Chaves (2007, p.87) ao apresentar as bases de criação do Projeto Universidade Abertas do Brasil, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, afirma que um dos importantes desafios da UAB é sua consolidação como um sistema nacional. A seu ver, não se trata de mais um projeto de governo, “... mas de uma oportunidade para as instituições de ensino superior de o país criar, democraticamente, as condições para implantação e permanência da modalidade de educação a distância no Brasil”.

De acordo com Carneiro (2015) a iniciativa deu-se juntamente com as orientações da Unesco¹⁵ que, em documento sobre Política de Mudança e Desenvolvimento no Ensino Superior, recomendou aos países membros e aos seus sistemas educacionais:

- 1- Diversificar as estruturas institucionais, programas e formas de estudo;

¹⁵ Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura tem por objetivo de garantir a paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-Membros – hoje são 193 países – na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/encceja-2/480-gabinete-do-ministro-1578890832/assessoria-internacional-1377578466/20747-unesco>. Acesso em: 12 out.2020.

2- Implantar programas de informação e comunicação por via do estabelecimento de redes e outros mecanismos de cooperação interuniversitárias;

3- Promover a integração regional nos campos da educação, da cultura e da economia;

4- Estabelecer parceiros com base em interesses comuns para renovação da educação superior.

Sendo assim, o sistema UAB, inicialmente, centralizou seu foco na formação inicial e continuada de professores para a educação básica. Sua meta prioritária é contribuir para a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação¹⁶, por isso, as ofertas de vagas são prioritariamente voltadas para a formação inicial de professores da educação básica. Conforme o Sistema UAB:

[...] é um sistema integrado por universidades públicas que oferece cursos de nível superior para camadas da população que têm dificuldade de acesso à formação universitária, por meio do uso da metodologia da educação a distância. O público em geral é atendido, mas os professores que atuam na educação básica têm prioridade de formação, seguidos dos dirigentes, gestores e trabalhadores em educação básica dos estados, municípios e do Distrito Federal (UAB, 2010).

Em 2009, por meio do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, foi instituída a Política Nacional de Formação de Professores do Magistério da Educação Básica. Em seu art. 4º afirma que, a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica cumprirá seus objetivos por meio da criação dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente, em regime de colaboração entre União, Estados, DF e municípios.

Ainda em 2009, é lançada pelo MEC a Plataforma Freire, enquanto instrumento de gestão da oferta de cursos de formação inicial e continuada de professores da Educação Básica. E no final do segundo semestre de 2009 a UAB criada no contexto dos Fóruns das Estatais em Defesa da Educação, com foco na oferta de cursos a distância para as estatais, converte-se à formação de professores da Educação Básica, momento em que a SEED/MEC também é transferida para a CAPES, onde até o momento é responsável pelo gerenciamento da UAB.

¹⁶A Lei nº 11.502, de julho de 2007, atribui à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) a responsabilidade pela formação de professores da educação básica – uma prioridade do Ministério da Educação. O objetivo é assegurar a qualidade da formação dos professores que atuarão ou que já estejam em exercício nas escolas públicas, além de integrar a educação básica e superior visando à qualidade do ensino público. A Política Nacional de Formação de Professores tem como objetivo expandir a oferta e melhorar a qualidade nos cursos de formação dos docentes. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32079-politica-nacional-de-formacao-de-professores>. Acesso em: 20 out.2020.

E, para que isso ocorresse, estabeleceram-se rotas de articulação com os governos estaduais, municipais e IES públicas para a oferta dos cursos e programas. O sistema UAB, em integração com o que regulamentou o artigo 80 da LDB, “ênfatiza a articulação das instituições públicas de ensino superior com os Polos de apoio presencial, destinados a apoiar de modo descentralizado as atividades pedagógicas e administrativas relativas aos cursos e programas” (GOMES, 1994 *apud* LITTO e FORMIGA, 2009, p.23).

Estados e Municípios garantem o funcionamento de seus Polos¹⁷ onde se realizam as programações presenciais. O Polo UAB é uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo para as atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas de Educação a Distância - EAD, de responsabilidade das Instituições de Ensino Superior - IES. O Polo UAB é localizado, preferencialmente, em municípios de porte médio, que apresentam um total de habitantes entre 20 e 50 mil, e que não possuam instalações acadêmicas públicas de nível superior (CAPES, 2019).

Os Polos UAB são mantidos em regime de colaboração por estados e, especialmente municípios, visando garantir o apoio acadêmico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino-aprendizagem. Há Polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física.

Carneiro (2015) complementa ainda que, o Polo presencial é flexível, podendo se relacionar com mais de uma IES, e ainda assume a responsabilidade de toda a agenda acadêmica. Entende-se assim, que o Polo de Apoio Presencial é um local estruturado onde atenda adequadamente estudantes de cursos à distância. Nesse espaço, o estudante deva ter acesso local a biblioteca, laboratórios acadêmicos, laboratório de informática (com disponibilidade de rede de Internet), tendo atendimento de orientadores acadêmicos, assistindo às aulas presenciais, etc. Resumindo, o Polo presencial é o ‘braço operacional’ das IES na cidade do estudante ou na mais próxima dele (MOTA, 2005 *in* LITTO e FORMIGA, 2009).

Os Polos de Apoio Presencial são importantes no funcionamento da EAD através das IES, pois eles criam as condições para a permanência do aluno no curso e estabelece vínculo com a Universidade, valorizando a expansão, a interiorização e a regionalização da oferta de educação superior pública e gratuita (MOTA, 2005 *in* LITTO e FORMIGA, 2009). Ainda de acordo com o autor, “o Polo de apoio presencial ainda poderá constituir-se, em curto

¹⁷ Dias e Leite (2012) definem Polo de apoio presencial como um espaço físico para a execução descentralizada de algumas das funções didático-administrativas de cursos a distância.

prazo, um centro de integração e desenvolvimento regional e de geração de empregos” (MOTA, 2005 *in* LITTO e FORMIGA, 2009, p.301).

O sistema UAB prevê a criação de consórcios públicos, embasados pela Lei 11.107/2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências. De fato, o Ministério da Educação (MEC) não cria uma nova instituição de ensino, mas articula, congrega e mobiliza as já existentes (CARNEIRO, 2015).

O sistema UAB deve ser entendido, também, como fator de desenvolvimento da modalidade de EAD, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País, em decorrência do déficit de oferta de vagas no Sistema Público de Ensino Superior. Conforme se vê na Tabela 2, a rede privada ofertou 92,4% do total de vagas em cursos de graduação em 2017 e a rede pública correspondeu a 7,6% das vagas ofertadas pelas instituições de educação superior, conforme ver na Tabela 2.

Tabela 2 - Número de Vagas de Cursos de Graduação, por Tipo de Vaga e Categoria Administrativa (2017)

Categoria Administrativa	Vagas de Cursos de Graduação			
	Total Geral de Vagas	Vagas Novas Oferecidas	Vagas de Programas Especiais	Vagas Remanescentes
Total Geral	10.779.086	7.900.060	9.429	2.869.597
Pública	823.843	655.033	3.953	164.857
Federal	483.137	380.618	2.857	99.662
Estadual	238.629	194.428	787	43.414
Municipal	102.077	79.987	309	21.781
Privada	9.955.243	7.245.027	5.476	2.704.740

Fonte: Censo INEP, 2017.

Na Tabela 2, observa-se maior oferta de vagas em instituições privadas, e ainda temos uma divergência bastante grande na oferta de vagas para instituições públicas, requerendo maior atenção para investimentos e planejamentos em políticas públicas educacionais superiores.

O sistema UAB fomenta a modalidade de EAD nas instituições públicas de ensino superior, bem como apóia pesquisas em metodologias inovadoras de ensino superior respaldadas em tecnologias de informação e comunicação. Além disso, incentiva a colaboração entre a União e os entes federativos e estimula a criação de centros de formação

permanentes por meio dos Polos de educação a distância em localidades estratégicas (CAPES, 2016).

Assim, o sistema UAB propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas que estimulam a parceria dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal) com as instituições públicas de ensino superior. Ao plantar a semente da universidade pública de qualidade em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Desse modo, o sistema UAB funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades (CAPES, 2016).

O sistema UAB visa atender demandas locais na preparação e capacitação de indivíduos, em especial, nas regiões mais carentes da sociedade, democratizando o acesso inclusivo à educação superior, a fim de atuarem no mercado de trabalho de forma mais justa e competitiva (MORÉ *et al.*, 2011).

O sistema UAB busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da EAD. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do sistema UAB é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior à distância (MEC, 2020).

Uma das propostas do sistema UAB é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, com o objetivo de disseminar e desenvolver metodologias educacionais de inserção nos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil (MEC, 2020).

Mota, Chaves Filho e Cassiano (2006) enunciam que a UAB prevê a oferta de educação superior com base na adoção e fomento da modalidade de educação à distância, o que confere férteis potencialidades para esse projeto do Ministério da Educação, tendo em vista que este objetiva atender às demandas reprimidas por educação superior no país, contribuindo para o enfrentamento de um cenário nacional de assimetrias educacionais, seja

em cursos superiores, seja em relação às possibilidades de oferta de educação continuada ao longo da vida.

No sistema UAB as responsabilidades estão divididas em três principais esferas: o Estado, responsável pela gestão e financiamento do sistema; as Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES), responsáveis pela parte acadêmica; e os municípios, com a responsabilidade pela infraestrutura e pessoal para os Polos de apoio (COSTA, 2007).

De acordo com SisUAB, DED/CAPES (2014) em 2007, o sistema UAB repassou recursos às instituições de ensino superior para a ampliação do acervo bibliográfico dos Polos de apoio presencial.

Em 2008, merece destaque da atuação do sistema UAB que fomentou a criação de cursos na área de Administração, de Gestão Pública e outras áreas técnicas, por meio do Programa Nacional de Administração Pública (PNAP).

A UAB, em agosto de 2009, selecionou mais 163 novos Polos em condições de receber o sistema UAB, no âmbito do Plano de Ações Articuladas, para equacionar a demanda e a oferta de formação de professores na rede pública da educação básica, ampliando a rede para um total de 720 Polos (SisUAB, DED/CAPES, 2014).

Em 2014, o sistema UAB contou com 09 Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) no Centro-Oeste, 11 IPES no Norte, 29 IPES no Nordeste, 28 IPES no Sudeste e 14 IPES no Sul. Ainda em 2014, a UAB ofertou 761 cursos em 693 Polos de Apoio Presencial em todo o território nacional (SisUAB, DED/CAPES, 2014).

Em sua forma inicial, o sistema UAB tinha como enfoque preencher a lacuna na formação inicial e continuada de professores, mas se expandiu sensivelmente para outras áreas de atuação. De acordo com dados de julho de 2015, a UAB já teve 736.351 vagas ofertadas, 120 mil alunos formados e conta com 652 Polos municipais ativos (MUTZIG, 2015).

De acordo com censo de 2018 da CAPES, o sistema UAB conta com 133 IPES, ofertando 800 cursos em 777 Polos (CAPES, 2018). Desde o seu surgimento, 271.720 alunos se formaram pela UAB, de acordo com a Capes. Cabe a cada Polo definir a forma de seleção dos alunos. Além disso, o sistema UAB começou disponibilizar cursos de pós-graduação *stricto sensu* e regulá-los pela Portaria nº70/2020 (CAPES, 2020).

O sistema UAB passou a ter um sistema SisUAB¹⁸, onde se encontram dados informativos sobre os entes que compõe a UAB (núcleos, Polos, sujeitos) bem como dados

¹⁸O SisUAB é a «plataforma de suporte para a execução, acompanhamento e gestão de processos» da UAB
Fonte: <http://sisuab.capes.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2019.

específicos dos cursos, ofertas e número de alunos, dentre outros. O sistema inclui todas as informações necessárias para que o gestor de um Polo ou de um Núcleo possa reportar suas atividades a CAPES. Esse sistema serve como um espaço para trocas de recursos didáticos produzidos no âmbito do Sistema UAB.

Conforme o diretor de educação a distância da CAPES, Carlos Lenuzza, “a UAB, por sua capilaridade, chega onde a universidade tradicional não consegue chegar, em parceria com instituições públicas, de formação inicial, continuada e de aperfeiçoamento em exercício da profissão” (CAPES, 2019).

O Programa de Formação em Administração Pública (PNAP¹⁹), lançado em 2009, inaugurou uma nova ação no âmbito do Sistema UAB, reunindo especialistas de diversas instituições, com vistas à elaboração de Projetos Pedagógicos Nacionais e materiais didáticos de referência, para serem adotados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES) integrantes do Sistema UAB.

A principal inovação diz respeito à forma de elaboração do Projeto Pedagógico de Curso e ao modo de produção do material didático das disciplinas que integram a matriz curricular, que prevê espaços para a inserção de temas e conteúdos que reflitam os contextos e as realidades vivenciadas nas esferas, local e regional, buscando atender as diversidades socioeconômicas e culturais.

3.3.2 Sistema UAB como Política Pública

A modalidade EAD vem agregando em décadas experiências que resultaram em sucesso no mundo inteiro. No Brasil, ela é marcada por uma trajetória de sucessos, como política de Estado, e uma modalidade educacional crescente no país. Como fator de expansão da educação superior no Brasil, a EAD está embutida no artigo 80 da LDB. No entanto, o poder público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino.

¹⁹O Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) é um programa do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), lançado em 2009, que tem como área de atuação a formação, capacitação dos quadros de gestores para atuarem na administração de macro (governo), micro (unidades organizacionais) e sistemas públicos. Os cursos foram projetados com o objetivo principal de formar e qualificar pessoal de nível superior visando ao exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal. Há no Sistema UAB a oferta de cursos na área da Administração Pública, compreendidos em: bacharelado em Administração Pública, especialização em Gestão Pública, especialização em Gestão Pública Municipal e especialização em Gestão em Saúde. Fonte: <http://uab.capes.gov.br/uab/cursos-nacionais/pnap>. Acesso em: 15 jun.2019.

O PNE²⁰ diz que num país como o Brasil com déficits educativos e desigualdades regionais tão elevados, a modalidade EAD é um meio auxiliar de indiscutível eficácia, pois serve aos propósitos, como um mecanismo facilitador no processo de universalização e democratização do ensino (PNE, 2001).

O sistema UAB, via modalidade EAD, ocupa um lugar de destaque especial no atual contexto da educação superior brasileira, tendo em vista que se apresenta como uma das principais ferramentas governamentais para incrementar a expansão da educação superior, tendo em vista que essa modalidade escolar facilita o acesso à interiorização e contempla a inclusão social em curtos e médios prazos (UAB, 2009).

O sistema UAB pretende por meio da modalidade EAD, permitir o acesso à educação superior àquelas populações normalmente excluídas do processo educacional.

Entende-se, como políticas públicas de um “Estado em ação”, um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade (HÖFLING, 2001). Assim, o sistema UAB deve ser vista como uma política pública educacional e social de responsabilidade do Estado.

Com o objetivo de proporcionar maior acesso à educação superior, autoridades brasileiras têm desenvolvido mecanismos, a partir de propostas que unem instituições em prol da melhoria do acesso à educação no país, como é o caso do sistema UAB voltado para o crescimento da oferta pública de cursos superiores a distância, por meio da ampliação do número de vagas nas mais diversas regiões do país.

O sistema UAB leva o ensino superior público aos municípios brasileiros que não têm oferta ou cujos cursos ofertados não são suficientes para atender a todos os cidadãos. De acordo com o MEC (2014), o sistema UAB sustenta-se em cinco eixos fundamentais:

1- Expansão pública da educação superior, considerando o processo de democratização e acesso, primeiramente capacitando professores;

2- Aperfeiçoamento dos processos de gestão das instituições de ensino superior, possibilitando sua expansão em consonância com as propostas educacionais dos estados e municípios, pois dentro dessa expansão existe a capacitação voltado para os déficits de capacitação no município;

3- Avaliação da educação superior à distância, tendo por base os processos de flexibilização e regulação implantados pelo MEC, isso se faz nos processos avaliativos unto com as IES e os Polos Presenciais, que ofertam os cursos do sistema UAB;

²⁰Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Fonte: pne.mec.gov.br. Acesso em: 18 jul. 2019.

4- Estímulo à investigação em educação superior à distância no país;

5- Financiamento dos processos de implantação, execução e formação de recursos humanos em educação superior à distância.

O sistema UAB é um componente essencial muito importante para enfrentar novos padrões de produtividade e competitividade, impostos pelo avanço tecnológico, abrangendo a educação como uma estratégia de desenvolvimento social, político e econômico.

Para Rua (1998), políticas públicas é um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política, com procedimentos formais e informais, que expressam relações de poder, e que se destinam à resolução pacífica de conflitos quanto a bens públicos.

Dentro desse contexto, o sistema UAB é essencial na oferta de cursos através das IPES, e difunde-se através de vários Polos presenciais como uma política pública, atendendo a municípios distantes, em busca de melhorias nas condições de vida da população local em diversos aspectos.

3.3.3 Sistema UAB no Ceará e atualidades

O Ceará possui lacunas geográficas (dificuldades regionais e municípios distantes de grandes centros) que dificultam desenvolver socioeconomicamente o estado. Entre eles, temos: acesso a internet em municípios distantes, faculdades públicas que não tem em diversos municípios, logística para ir e vir para estudos, entre outros. Assim, alguns desafios persistem na inclusão digital, democratização do ensino e melhorias em investimentos em políticas públicas.

Apesar de as instituições privadas serem as pioneiras da educação superior à distância e concentrarem a maior parte das matrículas na modalidade, o foco desta pesquisa é nas IES Pública, ofertada pela modalidade EAD, e na importância de uma educação gratuita e de qualidade para quem precisa.

No Ceará, esse acesso foi proporcionado a partir da criação do sistema pelo MEC, em 2005, com o intuito de expandir a oferta de cursos superiores em instituições públicas. De lá para cá, a educação à distância chega a mais pessoas e instiga mudanças de paradigmas nos tradicionais modelos de ensino.

Os cursos ofertados em cada Polo são determinados pela necessidade da região por profissionais de áreas específicas. Há um enfoque maior nas licenciaturas, ou seja, na capacitação de professores.

O Polo UAB em Itapipoca, cidade conhecida por se dividir entre serra, mar e sertão, é um dos mais antigos do Ceará. Em 2018, completou a primeira década e recebe cursos de três das quatro instituições de ensino superior pública que oferecem o modelo no Estado: Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Federal do Ceará (UFC) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab).

Além do desafio de formar professores, faz-se necessário garantir a presença desses profissionais em municípios carentes. O Polo de Mauriti foi inaugurado em 2009, e uma das conquistas mais comemoradas na região foi a chegada do curso de Educação Física, pois necessitava capacitar profissionais na área. O Polo de Brejo Santo foi inaugurado em 2008, com a chegada do curso de Pedagogia, e, atualmente, conta com 04 cursos ofertados pela UAB/UECE.

Com pouco mais de 9 milhões de habitantes, o Ceará é um dos estados brasileiros que possui taxa de escolarização líquida abaixo da média nacional (17,8%): 14,5% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados no ensino superior nas 72 instituições de ensino superior que ofertam cursos presenciais e nas 44 que possuem cursos na modalidade EAD (SEMESP, 2017).

Na modalidade EAD, as matrículas cresceram em 2017 em relação a 2016 em IES: de 31,4 mil subiram para 37,6 mil, um acréscimo de 19,4%. Com o crescimento da modalidade, um dos desafios é evitar a evasão dos universitários (SEMESP, 2017) com estratégias que motivem os alunos a estarem nos cursos e tenham um pré-conhecimento de como funciona a modalidade EAD.

O desenvolvimento da modalidade EAD no Ceará está diretamente ligado ao crescimento do acesso à internet no Estado, propiciado pela expansão do Cinturão Digital, projeto do governo Federal. Além do investimento em Banda Larga, o Governo do Ceará avalia o projeto da Secretaria da Ciência e Tecnologia (Secitece) que cria a Universidade Aberta do Ceará (Uace). O desenvolvimento de uma política pública para a modalidade, em âmbito estadual, é uma das demandas do ensino superior no Estado.

O Ceará é o segundo estado com mais acessos à internet banda larga do Nordeste. São mais de 740 mil casas conectadas, segundo a Agência Nacional de Telecomunicações

(Anatel). O resultado é oriundo do investimento no Cinturão Digital (CDC) há mais de uma década.

O CDC levou, a partir de 2010, internet em alta velocidade a mais de 100 municípios. A meta da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (Etice) é alcançar todo o Estado até 2019. O sistema funciona a partir de conexão através de fibra óptica com a fixação em postes da rede de transmissão de energia elétrica de alta-tensão da *Ente nazionale per l'energia elettrica* (Enel).

O projeto, também, é determinante na melhoria da educação em salas de aula com a elaboração dos Centros de Educação à Distância, instituição destinada a geração de conteúdo digital para o ensino.

De acordo com a Secitece, o sistema será integrado pelas universidades públicas estaduais e federais, ofertando cursos de nível superior à distância para população que tem dificuldades de acesso à formação universitária, principalmente nas cidades do interior cearense. Desde 2007, a Secitece mantém Polos da UAB em 12 municípios sede.

Porém, só uma década depois, o Poder Executivo aprovou a Lei nº 16.316/2017 que dispõe sobre a implantação do sistema UAB, no âmbito do estado do Ceará, voltado à oferta de cursos e programas na modalidade a distância, mediante a criação e manutenção de Polos de apoio presencial, nos termos e condições que especifica. Os cursos, até então ministrados pela UFC, UECE, IFCE e UNILAB, serão expandidos para Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), Universidade Regional do Cariri (URCA) e Universidade Federal do Cariri (UFCA).

De acordo com Art. 02 da Lei nº16.316/2017 os objetivos dos Polos da UAB no Ceará são:

I – oferecer prioritariamente cursos de licenciatura e de formação inicial e continuada para professores da Educação Básica; II – oferecer cursos superiores para capacitação de dirigentes, gestores e trabalhadores em Educação Básica; III – oferecer cursos superiores nas diferentes áreas do conhecimento; IV – ampliar o acesso à Educação Superior Pública; V – fomentar o desenvolvimento institucional para a modalidade de educação a distância, bem como, a pesquisa em metodologias inovadoras de Ensino Superior apoiados em tecnologia de informação e comunicação; VI – ampliar projetos, pesquisa e extensão que visem ao desenvolvimento socioeducacional em regime de colaboração com instituições públicas, privadas, estatais e organizações não governamentais; VII – preparar os profissionais para utilizar as inovações pedagógicas; VIII – organizar e reforçar o acervo existente no âmbito da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior, incrementando-o com dados, informações, periódicos etc., constituindo, para tanto, parcerias com as universidades, portais educacionais, bibliotecas virtuais, editoras e instituições governamentais e não governamentais; IX – considerar as unidades escolares estaduais como lócus da formação também em serviço; X – promover a formação permanente no local de trabalho e reconhecer a importância da interação com a comunidade para a formação profissional; XI – reduzir as

desigualdades na oferta de Ensino Superior entre as diferentes Macrorregiões do Estado (Lei nº 16.316/2017, Art.02).

Ainda em complemento ao Art.02 hoje o sistema UAB oferta cursos técnicos nos Polos Presenciais, em diversas áreas: comércio, apicultura, contabilidade, enfermagem, entre outros. Temos, também, que no artigo 04, da referida lei, aborda-se a responsabilidade administrativa dos Polos da UAB no Ceará:

Art. 4º O Estado do Ceará, através da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Ceará – SECITECE será responsável por: I – implantar e manter os Polos de Apoio Presencial da UAB/CE, com dotação orçamentária própria, podendo, para tanto, firmar acordos de cooperação técnica ou convênios com instituições governamentais, nas esferas municipal, estadual ou federal, ou com instituições não governamentais observadas a legislação em vigor; II – fiscalizar a aplicação dos recursos aplicados aos Polos de Apoio Presencial da UAB/CE (Lei nº 16.316/2017, Art.04)

O artigo 06 fala da responsabilidade da infraestrutura dos Polos, os quais devem ser mantidos pelo Estado e contar com uma mínima infraestrutura física de funcionamento e de Recursos Humanos.

Os cursos do sistema UAB no Ceará são abertos a todo estudante que concluiu o nível médio, com prioridade para professores que atuam na educação básica, dirigentes, gestores, trabalhadores em educação e órgãos públicos do Estado e dos municípios.

De acordo com o reitor da UECE, Jackson Sampaio num seminário apresentado “A interiorização do ensino superior no Ceará passou por três fases distintas”, afirmou que o processo de interiorização dos cursos de ensino superior público no Ceará teve na década de 70, por iniciativa de algumas dioceses e prefeituras, a criação de faculdades, como foi o caso de Sobral, Limoeiro do Norte e Crato. Nos anos 80, teve continuidade com a criação dos campi da UECE em Quixadá, Iguatu, Crateús e Itapipoca. Na década de 90, foi fundado o campus de Tauá, e por aí parou a interiorização (UECE, 2014).

Somente a partir de 2008, no segundo mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, é que o processo de descentralização do ensino superior público voltaria a acontecer, com a adesão das universidades federais, estaduais e institutos, com a implantação da modalidade EAD e o Sistema UAB (UECE, 2014).

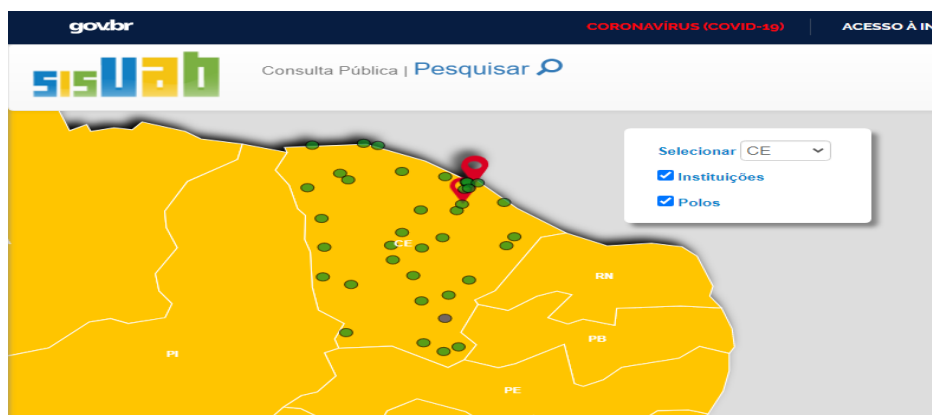
Para Jackson Sampaio, “a chegada dos cursos de ensino superior no interior causou um grande impacto, mudando o cenário intelectual, social e econômico das regiões”. Ainda, segundo ele, o exemplo maior é o de Crateús, cujo plano diretor dividiu o município

em um vértice que permitiu o desenvolvimento da vocação de cidade universitária²¹ (UECE, 2014).

Carlo Lenuzza, diretor de Educação Básica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), atualmente o sistema UAB tem mais de 700 Polos ativos e que 70% desses Polos estão distribuídos em cidades com menos de 100 mil habitantes. Ele ainda relata, que em muitos casos, o sistema UAB é a única oportunidade que a população tem para ter acesso a uma oferta pública de qualidade na área de formação de professores (CCS/CAPES, 2020).

Atualmente, 34 municípios cearenses têm Polos da UAB, vinculados as IES de EAD, conforme Figura 1.

Figura 1 – Distribuição geográfica dos Polos da UAB ativos no Ceará



Fonte: SisUAB/CAPES, 2020.

Dados colhidos pelo INEP (2018) através da cartilha Sinopse da Educação Superior 2017 nos mostram os números de Polos, Ingressos Totais, Ingressos por Processos Seletivos, Matrículas e Concluintes, nos Cursos de Graduação a Distância, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES, 2018, conforme Tabela 3, página seguinte.

²¹O Campus de Crateús foi criado na Universidade Federal do Ceará pela Resolução N° 26/CONSUNI, de 14 de dezembro de 2012. A criação dessa unidade acadêmica se deu no contexto de expansão e interiorização do acesso ao ensino superior implementada no período de 2003 e 2014. A interiorização proporcionou o aumento de vagas públicas que se diferenciou do tradicional modelo de oferta de vagas nas capitais. Essa expansão, que é absolutamente indispensável para o desenvolvimento socioeconômico do Estado, é o instrumento que permite que seja suprida a carência de profissionais qualificados em áreas estratégicas, não apenas na região em que se situa, mas em todo o país. Neste contexto, é que no Campus de Crateús foram implantados cursos voltados para as engenharias e computação, que são áreas estratégicas para o desenvolvimento. Disponível em: <http://crateus.ufc.br/campus-da-universidade-federal-ceara-em-crateus/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

Tabela 3 - Número de Polos, Ingressos Totais, Ingressos por Processos Seletivos, Matrículas e Concluintes, nos Cursos de Graduação a Distância ²²- 2018

Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Total							
	Número de Polo	Ingressos					Matrículas	Concluintes
		Totais	Seleção para Vagas Novas	Seleção para vagas de programas especiais	Seleção para Vagas Remanescent es	Ingressos por Outras Formas		
Ceará	371	38.215	35.679	26	2.445	65	52.154	4.941
Pública	69	769	756	-	13	-	7.415	881
Federal	46	1	-	-	1	-	3.082	484
Estadual	23	768	756	-	12	-	4.333	397
Municipal	-	-	-	-	-	-	-	-
Privada	302	37.446	34.923	26	2.432	65	44.739	4.060

Fonte: MEC/INEP/DEED, 2018.

Como se vê na Tabela 3, existe mais Polo Presenciais Privados do que Públicos, bem como número maior de concludente nas entidades privadas.

Dados conseguidos através da Secretaria da UECE, coletados do SisUAB, com o apoio da secretária Milena Fernandes, nos mostram como se encontravam anteriormente (dados históricos de cursos, desde 2006) e atualmente (dados ativos de cursos) os Cursos existentes no Ceará, bem como IES responsáveis pela gestão desses Polos, conforme Tabela 4, página seguinte.

²²Notas: 1- As Regiões e Unidades da Federação correspondem ao local de oferta do Curso. 2 - Ingressos Totais = Ingressos por Processos Seletivos (Vestibular, Enem, Avaliação Seriada e Seleção Simplificada) + Ingressos por Seleção para Vagas de Programas Especiais + Ingressos por Seleção para vagas remanescentes + Ingressos Por Outras Formas. 3 - Outras Formas de Ingresso: Englobam processos distintos, não seletivos, que asseguram o ingresso de alunos no ensino superior, tais como Transferência Ex-Officio, Convênio PEC-G e Decisão Judicial

Tabela 4 – Dados das IES/UAB no Ceará

Situação	IES	Tipo de Curso	Qtd Ofertas	Qtd Matriculados	Qtd Cursando	% de Formados	% Não Formados
Ativos	UFC	Bacharelado	1	507	274	0	45
Ativos	UFC	Licenciatura	7	1949	1012	0	48
Histórico	UFC	Bacharelado	9	1557	0	39	59
Histórico	UFC	Licenciatura	49	7971	0	31	67
Histórico	UFC	Aperfeiçoamento	6	4964	0	24	75
Formação de Professores	UFC	Licenciatura	62	9920	1012	25	63
Formação de Professores	UFC	Aperfeiçoamento	6	4964	0	24	75
Ativos	IFCE	Licenciatura	2	467	340	0	26
Ativos	IFCE	Tecnológico	2	465	319	10	19
Histórico	IFCE	Licenciatura	11	1739	0	37	62
Histórico	IFCE	Tecnológico	8	1054	0	40	59
Histórico	IFCE	Aperfeiçoamento	2	416	0	69	30
Histórico	IFCE	Especialização	3	375	0	68	29
Formação de Professores	IFCE	Licenciatura	14	2206	340	29	54
Formação de Professores	IFCE	Aperfeiçoamento	2	416	0	69	30
Formação de Professores	IFCE	Especialização	5	375	0	68	29
Ativos	UECE	Bacharelado	1	378	219	2	31
Ativos	UECE	Licenciatura	17	2634	1974	0	22
Histórico	UECE	Bacharelado	3	648	0	47	40
Histórico	UECE	Licenciatura	22	2481	0	44	49
Histórico	UECE	Especialização	23	3838	0	58	37
Formação de Professores	UECE	Licenciatura	47	5115	1974	21	35
Formação de Professores	UECE	Especialização	12	1782	0	61	36
Ativos	UNILAB	Bacharelado	3	583	329	2	39
Ativos	UNILAB	Especialização	1	151	150	0	0
Histórico	UNILAB	Bacharelado	4	499	0	42	56
Histórico	UNILAB	Especialização	28	3540	0	41	52
Formação de Professores	UNILAB	Especialização	4	151	150	0	0

Fonte: SisUAB, 2020.

Observa-se que houve uma queda na quantidade de cursos ofertada pelas IES. Isso se deve a vários motivos: falta de estrutura, corte de verbas, evasão de alunos, entre outros.

A modalidade EAD é importante e vem apresentando progressos, mas temos ainda as taxas de evasão alta, chegando a 75% em cursos técnicos e em torno de 40% no Ensino Superior (Censo EaD da ABED, 2018). Esses resultados são influenciados por diversas variáveis e fatores sociais, institucionais e pessoais.

De acordo com Oliveira e Bittencourt (2017), há necessidade de estudos e pesquisas, tornando-se relevante estudar as causas dessa evasão (que varia: não adaptação a modalidade EAD, falta de interesse pelo curso, escolha de outros cursos, dificuldade de acesso a internet em sítios, entre outras) com a finalidade de identificar situações e propor estratégias que visem à redução de tais índices ou uma equiparação com o ensino presencial.

Assim, para Oliveira e Bittencourt (2017), a permanência do aluno no curso traz benefícios tanto para a sociedade quanto para o mercado de trabalho, que terão profissionais mais qualificados e com melhor renda. Já o insucesso, ou seja, a evasão trará prejuízos

financeiros para a instituição e para o governo, que não consegue implantar políticas sociais que atinjam o seu objetivo almejado.

Esse problema da evasão é observado em todo o mundo, presente em praticamente todas as instituições, públicas ou privadas, e em todos os níveis (OLIVEIRA e BITTENCOURT, 2017).

Nas instituições públicas são recursos públicos investidos sem o devido retorno. A evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico. Em 2010, a Abed apontou aspectos cruciais para o bom desempenho de cursos a distância: lidar com o atendimento de alunos e professores, capacitar docentes para o uso dos recursos tecnológicos e o suporte tecnológico para todos os envolvidos (CENSO EAD, 2010).

Devemos levar em consideração que o Brasil passou por trocas de governos e Planos Plurianuais (2004 a 2007, 2008 a 2011 e 2012 a 2015), havendo alterações de metas de planejamento e políticas públicas. Com isso, pode-se dizer que o sistema UAB ao longo destes governos sofreu modificações em termos de financiamento em relação ao MEC, uma vez que a participação do sistema UAB em relação ao MEC atingiu seu pico em 2011, 2,51% dos recursos do MEC, e daí passa a ter uma tendência de queda encerrando o ano de 2015 com a menor participação, 1,02% dos recursos do MEC (ONODY, ALBUQUERQUE e LIZARELLI, 2017).

Em 2017, o SEMESP publicou um documento intitulado “Diretrizes de Política Pública para o Ensino Superior Brasileiro”, que traz diversas temáticas: Governança, Regulação e Supervisão, Avaliação e Qualidade, Financiamento, Pós-Graduação e Pesquisa, Inovação Acadêmica, Tecnologia e Educação Digital (EAD), Formação de Professores, Relação com outros setores, Internacionalização e Formação de Redes de Cooperação. Esse documento foi apresentado para as IES brasileiras e no Congresso Nacional, tornando-se referência para a colaboração de construção de políticas públicas eficazes e de qualidade no país. Essas diretrizes, combinadas com o cenário eleitoral no país, servirão de subsídios democráticos para diálogo com o governo e a sociedade, no que diz em respeito às expectativas e avaliações dos segmentos representativos na educação superior brasileira (SEMESP, 2018).

Para Onody, Albuquerque e Lizarelli (2017) o sistema UAB sofreu queda em alocação de recursos a partir do ano de 2012, não acompanhando à alocação do MEC em investimentos para nível superior. Para os autores, houve uma alteração de perspectiva governamental a respeito deste programa, e isso se torna relevante para observação de atuais e novas políticas públicas adotadas, pois os profissionais envolvidos passam a atuar em um

novo ambiente de financiamento de operações, e, conseqüentemente reagem redirecionando verbas para finalizações de cursos, reofertamento de disciplinas, e pagamento de bolsas, tendo que cortar ao máximo gasto com demandas de pessoal.

Carlos Lenuzza, diretor da educação básica na CAPES, afirma que a evasão é o “calcanhar de Aquiles” da modalidade EAD, mas o sistema UAB está se empenhando juntamente com as instituições públicas parceiras e tomando iniciativas próprias da CAPES, com planejamento, ou seja, a existência de um módulo de acolhimento, que o aluno egresso na faculdade deve primeiro nivelar seus conhecimentos a modalidade EAD, para que ele tenha um bom desenvolvimento escolar na etapa seguinte, e evite maiores índices de evasão no primeiro e o no segundo semestres do curso; e a reoferta deve ser bem elaborada, de disciplinas difíceis, no final do curso, para que os alunos reprovados não se desmotivem e evadam o curso, por reprovarem em determinadas disciplinas (CCS/CAPES, 2020).

A CAPES publicou em Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 232 de 2019, que regulamenta as funções e o processo seletivo de coordenadores para os Polos do sistema UAB. Para a seleção de novos coordenadores, as instituições com Polos UAB devem se atentar aos critérios exigidos pela portaria, como perfil acadêmico e profissional do candidato, pois a verificação dos nomes indicados e o cumprimento das normativas ficaram a cargo da diretoria de educação básica da CAPES (CAPES, 2019).

Outra Portaria nº 220, de 16 de setembro de 2019, publicada em DOU, oficializou o ingresso de mais 28 instituições de ensino superior (IES) à Universidade Aberta do Brasil (UAB), que já atuam desde 2018. Desse modo, 133 instituições passam a compor o sistema UAB em todos os estados do País, com 777 Polos de apoio presencial ativos, dos 928 que integram o sistema (CAPES, 2019).

Outras medidas, tomadas pela CAPES, frente ao período pandêmico, de acordo com a fala de Benedito Aguiar, presidente da CAPES, foi que eles tiveram que reorganizar a forma de trabalho, e para ele, a produtividade até aumentou, sem qualquer interrupção ou descontinuidade do trabalho. A CAPES, também, está lançando e executando uma série de programas que apóia o desenvolvimento de pós-graduação do país, para dar continuidade a capacitação dos profissionais na educação superior. Outro ponto de atuação da CAPES, a formação de professores, não ficou de fora das ações na pandemia, pois o sistema UAB com 116 mil alunos, que forma, principalmente, professores da educação básica a distância, manteve seu funcionamento normalmente. Já os programas Residência Pedagógica e de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) tiveram os cronogramas prorrogados, juntos, totalizam 60 mil futuros professores, hoje em formação (CAPES, 2020).

A CAPES tem, também, o Programa de Aperfeiçoamento on-line, que recebeu 70.119 inscrições, ao todo, 75 mil vagas foi ofertado para três cursos gratuitos de capacitação: Português, Matemática e Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), sendo 25 mil para cada modalidade. Para Carlos Lenuzza, diretor de educação básica da CAPES, um dos objetivos foi capacitar estudantes de graduação, concluintes do Ensino Médio e alunos matriculados no sistema UAB, com conhecimentos complementares aos da formação básica (CAPES, 2020).

Para Benedito Aguiar, diretor da CAPES, desde a criação do sistema UAB, em 08 de junho de 2006, já foram formados pelo Sistema 271.720 alunos em 118 instituições participantes. Atualmente, 116 mil estudantes estão matriculados na UAB. Para o diretor, o período pandêmico, que estamos vivenciando, foi fundamental a cultura de ensino na modalidade EAD implantada em muitas IES do país, que contribuiu para superar os desafios atuais de mudança considerável do ensino presencial para o ensino remoto (CAPES, 2020).

Outra oferta foi que mais de mil novos alunos do sistema UAB se capacitaram durante a pandemia da COVID-19. A CAPES em parceria com a Universidade de Brasília (UnB) ofereceu curso sobre Recursos Educacionais Abertos (REA), para os alunos de licenciatura, com aulas à distância, os alunos fizeram cursos extras para complementar a formação, que englobam materiais de ensino, aprendizado e pesquisa que estão sob domínio público ou licenciados de maneira aberta, permitindo que sejam utilizados ou adaptados por terceiros (CAPES, 2020).

Neste capítulo, findamos deixando alguns esclarecimentos sobre a modalidade EAD no Brasil, mostrando sua visão histórica entre décadas, o campo das políticas públicas na educação brasileira com o advento de diversos governos, o sistema UAB e sua contextualização histórica e legal, bem como o sistema UAB como política pública no Brasil e no Ceará, bem como pontuamos atualidades trazidas pela CAPES, com suas novas Resoluções e Portaria, e novos cursos de capacitação com parcerias com outras universidades.

No próximo capítulo 04, analisaremos alguns dados colhidos sobre o ensino superior em Mauriti, bem como os resultados das entrevistas aplicadas aos atores participantes, no total de 26 pessoas, do Polo Presencial de Mauriti (aluno, ex-aluno, coordenadores e ex-coordenadores e tutores) trazendo percepções sobre o antes e depois da implementação do Polo de Apoio Presencial em Mauriti/Ceará, bem como resultados percebidos por estes sobre a situação dos cursos ofertados, do Polo, da equipe formadora, e de seus olhares sobre modalidade EAD e os cursos, nos quais escolheram para egresso.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

A pesquisa em questão teve como objeto de estudo o sistema UAB, uma política pública que se utiliza da modalidade EAD como propagação do ensino superior público pelo país. De início, esse sistema foi pensado para capacitar professores, a fim de cumprir um plano de metas Plano Nacional de Educação (PNE) brasileira, que destaca a capacitação de professores como prioridade, mas com o tempo o sistema UAB passou-se a ofertar cursos desde técnicos até pós-graduações.

Diante disso, o presente estudo pretendeu melhor compreender como se deram a implantação e o funcionamento do sistema UAB no município de Mauriti, interior do estado do Ceará – o decorrente acesso ao ensino superior público nesse local – e como foi percebido por atores participantes do Polo de Apoio Presencial de Mauriti.

O objetivo da pesquisa foi então, compreender melhor como esse processo de implantação do Polo UAB ocorreu no município de Mauriti/CE, e o que trouxe de resultados para os participantes do Polo e para aquele município onde está inserida.

Para investigar ‘o quê’ a UAB pode trazer na oferta de cursos superiores e sua devida implantação através do Polo, fez-se um estudo de caso, onde se procurou: descrever o processo histórico de implantação da UAB como política pública através do ensino superior em Mauriti; quantificar números de indivíduos com acesso ao ensino superior e resultados percebidos pelos entrevistados e a própria pesquisadora, após a implantação do Polo da UAB no município; além de se entrevistar 26 participantes (19 alunos, 05 tutores e 02 coordenadores) do Polo envolvidos no processo de implantação e funcionamento do Polo, investigando possíveis avanços para esse atores participantes do Polo de Apoio Presencial no município, através da política pública sistema UAB.

4.1 Mauriti e a Educação Superior: índices e outros dados

Antes de falar do Polo de Mauriti, faremos um breve histórico do município. Mauriti situa-se na mesoregião ou região do Cariri, Sul do Ceará a 491 km da capital, e fronteira com a Paraíba, com clima tropical quente semi-árido, e população estimada pelo Censo 2018 em 46.854 pessoas (IBGE, 2018). O município é formado por 09 distritos: Anauá, Buritizinho, Coité, Nova Santa Cruz, Olho D'água, São Félix, São Miguel, Palestina e Umburanas. Ver Figuras 2 e 3, página seguinte.

Figura 2- Localização de Mauriti/Ceará



Fonte: Wikipedia, 2020.

Conforme se observa na Figura 1 Mauriti está localizada na fronteira com Paraíba, recebendo alunos de municípios desse estado, de regiões próximas.

Figura 3 – Distritos formadores do município de Mauriti



Fonte: Wikipedia, 2020.

Na Figura 2 podemos observar que Mauriti tem diversos distritos formadores, também chamados sítios, locais onde não há, às vezes, acesso a internet.

Na Tabela 5, página seguinte, pode-se notar que a população do município de Mauriti 47,4 %, quase metade, vive em distritos rurais, ou seja, longe da sede principal e central do município, tornando ainda mais complicado o acesso logístico à educação básica, fundamental e superior, e principalmente o acesso as redes de internet.

Tabela 5 - População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e sexo, e razão de sexo, segundo os municípios e as classes de tamanho da população no município de Mauriti/ Ceará (2010)

Código do município	Municípios e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	População residente					Razão de sexo (%)
		Total	Distribuição percentual (%)				
			Situação do		Sexo		
			Urbana	Rural	Homem	Mulher	
	Ceará	8 452 381	75,1	24,9	48,7	51,3	95,1
	De 20.001 a 50.000	1 846 572	57,8	42,2	49,8	50,2	99,1
2308104	Mauriti	44 240	52,6	47,4	49,9	50,1	99,7

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Ainda de acordo com a Tabela 6, temos um universo 21,8% de pessoas novas entre 24 a 39 anos, que pode ser fonte promissora de inclusão no ensino superior, e temos uma população mauritiense quase 47,4% residentes em distritos rurais, que tende a dificultar tal acesso.

Tabela 6 -População residente, total e respectiva distribuição percentual, por situação do domicílio e grupos de idade, segundo os municípios e as classes de tamanho da população no município de Mauriti/ Ceará (2010)

Código do Município	Municípios e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	População residente						
		Total	Distribuição percentual, por grupos de idade (%)					
			0 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos ou mais
	Ceará	8 452 381	9,2	16,7	19,8	23,4	20,2	10,8
	De 20.001 a 50.000	1 846 572	9,6	18,1	19,6	21,5	19,1	12,0
2308104	Mauriti	44 240	10,1	18,4	20,4	21,8	18,3	11,1

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Outro fato observado na Tabela 7, página seguinte, é que Mauriti tem uma taxa percentual de pessoas que não sabem nem ler e nem escrever, ou porque não tiveram acesso logístico à educação ou porque não puderam ter direito ao acesso a educação. Taxa essa ainda elevada, visto uma população de menos de 50 mil habitantes.

Tabela 7 - Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, totais e respectivas, taxas de analfabetismo, por cor ou raça e grupos de idade, segundo os municípios e as classes de tamanho da população no município de Mauriti/ Ceará (2010)

Código do município	Municípios e classes de tamanho da população dos municípios (habitantes)	Pessoas de 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever, total e respectivas taxas de analfabetismo, por grupos de idade (%)									
		15 anos ou mais		15 a 24 anos		25 a 39 anos		40 a 59 anos		60 anos ou mais	
		Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa	Total	Taxa
	Total										
	Ceará	1 176 582	18,8	73 774	4,4	249 673	12,6	436 031	25,5	417 104	45,9
	De 20.001 a 50.000	360 637	27,0	22 020	6,1	77 270	19,4	131 997	37,4	129 350	58,3
2308104	Mauriti	9 328	29,5	585	6,5	2 209	22,9	3 451	42,7	3 083	62,9

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010.

Pelo fato de Mauriti ser um município de apenas 50 mil habitantes, e a presença de um Polo da UAB ter sido implantado a partir de 2009, a formação superior de seus habitantes era realizado em outras localidades, portanto temos que Mauriti necessitava desse Polo de Apoio Presencial UAB, por motivos de capacitação de seus professores e profissionais, bem como melhorar os índices de pessoas inseridas na educação, visto que os índices de pessoas não alfabetizadas representam 18,7% do total da população.

De acordo com o IBGE (2006), Mauriti é rico por sua agricultura, e produziu 41.429 toneladas de milho e 9.455 toneladas de feijão, o que o torna o 5º maior produtor de grãos do Estado.

Foi observado que em Mauriti, o comércio é diversificado: vários mercantis, farmácias, revenda de motos, diversas lojas de móveis, padarias, entre outras. A construção civil, também, é um ramo que emprega muita gente, já que inúmeras construções se iniciam todos os dias. Dispõe ainda de uma fábrica de móveis tubulares, uma fábrica de acessórios para motos, e uma renovadora de pneus de motos.

Existem no município três agências bancárias: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Bradesco, além de contar com casa lotérica e diversos pontos de recebimentos.

Mauriti, também, sedia o canteiro de obras do lote 06 da transposição do Rio São Francisco para a construção de mais de 44 km de canal, e do lote 14, onde serão construídos 13 km de túnel do mesmo projeto, que está em andamento desde 2014. Será o maior túnel para transporte de água da América latina. Essas atividades de engenharia geram emprego e renda para os moradores da região.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 49,17% trabalhavam no setor agropecuário, 0,23% na indústria extrativa, 2,27% na indústria de transformação, 8,02% no setor de construção, 0,72% nos setores de utilidade pública, 9,37% no comércio e 28,15% no setor de serviços (PNUD, Ipea e FJP, 2010).

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) ²³de Mauriti é 0,605, ou seja, enquadra-se na 120ª colocação dentro do estado do Ceará, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), conforme Quadro 1.

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é longevidade, com índice de 0,772, seguida de renda, com índice de 0,544, e depois a educação, com índice de 0,526.

Quadro 1 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes – Município de Mauriti/CE

IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,089	0,245	0,526
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	9,31	17,03	36,40
% de 5 a 6 anos na escola	26,45	78,80	94,31
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	5,02	23,67	87,79
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	2,40	9,25	48,58
% de 18 a 20 anos com médio completo	1,06	5,81	22,29
IDHM Longevidade	0,629	0,727	0,772
Esperança de vida ao nascer	62,73	68,60	71,32
IDHM Renda	0,383	0,495	0,544
Renda per capita	86,68	173,73	236,11

Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

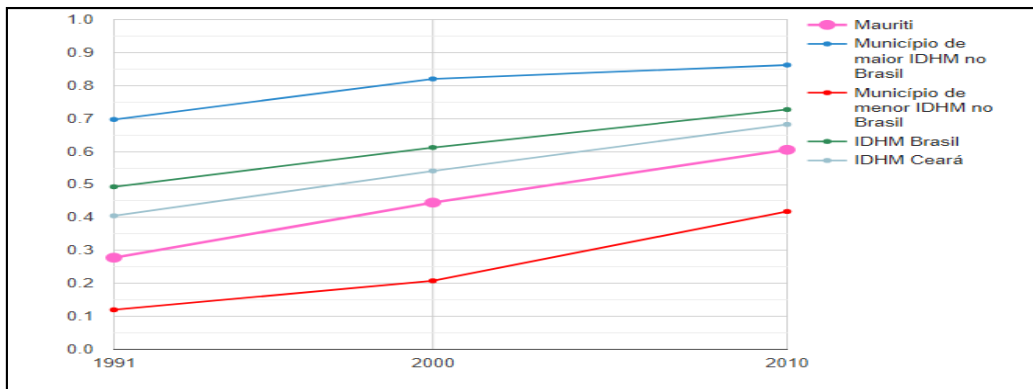
No que se refere à educação observa-se que no Censo de 2010, não se inclui a educação superior, sendo esta afetada no IDHM, por não ter até aquele momento ensino superior no município, apenas tendo sido implantado o Polo UAB em 2009.

Entre 1991 e 2010, o IDHM do município passou de 0,278, em 1991, para 0,605, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,405 para 0,682. Isso implica em uma taxa de crescimento de 117,63% para o município e 68% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 54,71% para o município e 53,85% para a UF.

²³IDH-M é uma média geométrica entre o IDH da renda (IDH-R), IDH da longevidade (IDH-L) e IDH educacional (IDH-E). Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Cear%C3%A1_por_IDH-M. Acesso em: 10 jun. 2018.

No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,437), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice que mais cresceu em termos absolutos foi educação (com crescimento de 0,358), seguida por longevidade e por renda, conforme Gráfico 6. A educação aqui apontada é anos iniciais e finais.

Gráfico 6 – Evolução do IDHM de Mauriti/CE



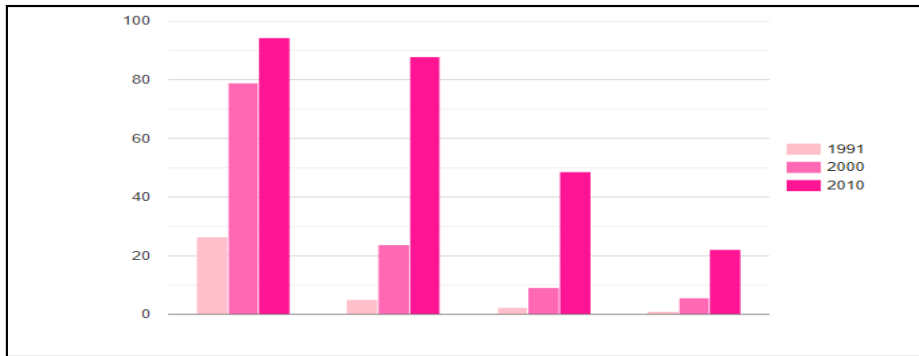
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

Em relação aos dados da educação no município, temos proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos iniciais e finais, que indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado é o que compõe o IDHM Educação.

No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 94,31%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 87,79%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 48,58%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 22,29%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 67,86 pontos percentuais, 82,77 pontos percentuais, 46,18 pontos percentuais e 21,23 pontos percentuais (CENSO, PNUD, 2010).

Em 2010, conforme Gráfico 7, página seguinte, 79,56% da população de 6 a 17 anos do município estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. Em 2000 eram 52,46% e, em 1991, 66,59%. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 5,48% estavam cursando o ensino superior em 2010. Em 2000 eram 1,54% e, em 1991, 0,72%. (CENSO, PNUD, 2010). Dentro desse percentual de 2010, não se sabe ao certo se foram enquadrados os matriculados no nível superior do Polo UAB de Mauriti, visto que o curso foi implantado em 2009.

Gráfico 7- Fluxo Escolar por Faixa Etária – Mauriti/CE (1991/2000/2010)



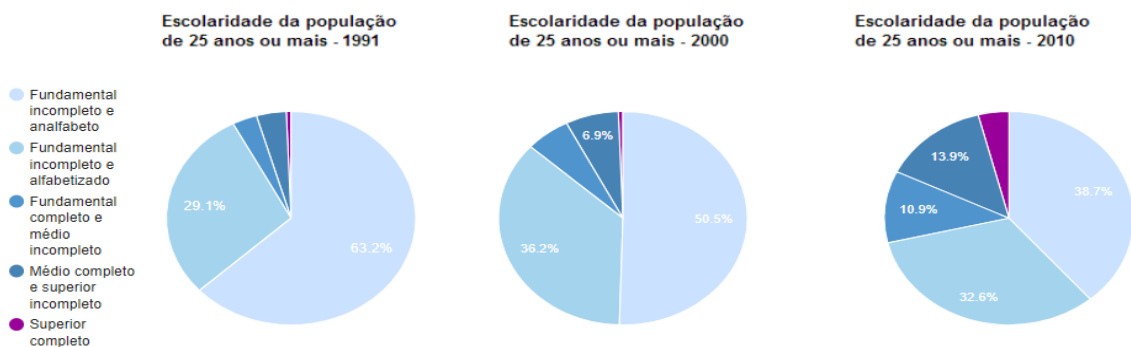
Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

Também, compõe esse IDHM/Educação um indicador de escolaridade da população adulta, ou seja, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função pessoas de menor escolaridade.

Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 17,03% para 36,40%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 9,31%, no município, e 30,09%, na UF. Ainda segundo o CENSO/PNUD em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 38,71% eram analfabetos, 28,73% tinham o ensino fundamental completo, 17,85% possuíam o ensino médio completo e 4,00%, o superior completo.

No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%, conforme Gráfico 8. Observa-se, claramente um percentual muito baixo de pessoas com índices de escolaridade superior até 2010.

Gráfico 8 – Escolaridade da população 1991, 2000 e 2010 em Mauriti



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

Atualmente, em Mauriti existem²⁴52 Escolas que variam do ensino iniciais e finais, com pré-matrículas contabilizadas, em 2017, em 7.181 alunos, ver Anexo D.

O Polo Educacional de Mauriti, onde é sediado o Polo de Apoio Presencial da UAB, também tem vínculos com mais três IES, na modalidade EAD: com cursos técnicos ofertados pela ²⁵Escola Técnica do Brasil (e-Tec)/IFCE e cursos técnicos ofertados através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC/MEDIOTECH/UECE, a partir de 2018.

Do e-Tec/IFCE, de 2009 a 2014, foram sete cursos técnicos ofertados: informática, eletrotécnica, segurança do trabalho e edificações, meio ambiente, enfermagem e rede de computadores (CCA/IFCE, 2014). Pelo Programa PRONATEC/MEDIOTECH/UECE são dois cursos técnicos atualmente ofertados de acordo com *Coordenador Quim*: Apicultura e Agronegócios.

Além desses cursos técnicos, o Polo ofertou em sua sede cursos de graduação e pós-graduação pela UAB/UECE, a partir de 2009, curso de pós-graduação ofertado pela IEAD/UNILAB ²⁶, a partir de 2019, e cursos de pós-graduação ofertados pelo IFCE. Todos em consonância com o sistema UAB. E, no momento, está ofertando oito cursos de graduação pela UAB/UECE e uma pós-graduação pelo IFCE/UAB.

O Polo está situado a Rua Padre Argemiro Rolim, 630 - Bairro Serrinha (área bem central), conforme Figura 4, página seguinte. O Polo onde é sediado Polo da UAB em Mauriti fica dentro do espaço da Escola. No Anexo B estão algumas imagens de formaturas, da infraestrutura do Polo, entre outras, dos participantes de cursos pela modalidade EAD no Polo de Mauriti.

²⁴ Disponível em Prefeitura de Mauriti. <https://www.mauriti.ce.gov.br/secretaria.php?sec=4> Acesso em: 20 mai. 2020.

²⁵ O programa: Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) foi criada em 2007 com o objetivo de ofertar educação profissional e tecnológica a distância, com a ampliação e democratização do acesso a cursos técnicos de nível médio, públicos e gratuitos, em regime de colaboração entre União, estados, Distrito Federal e municípios. Os cursos são ministrados por instituições públicas. Em 2011 através do Decreto nº 7.589 ocorreu a mudança de Sistema e-Tec para Rede e-Tec Brasil. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32757>. Acesso em: 12 jun.2020.

²⁶ IEAD - Instituto de Educação a Distância/ Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Figura 4- Polo da UAB/Mauriti



Fonte: Polo UAB/Mauriti, 2020.

De acordo com o Índice de Oportunidades da Educação Brasileira ²⁷(IOEB, 2019), uma espécie de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Mauriti apareceu no ranking de cidades brasileiras que possuem a "Melhor Educação do País", ou seja, o município recebeu nota de 5.1, a maior que a cidade já obteve no ranking desde a criação da pesquisa, ficando acima da média estadual que foi 4.1 e a nacional que foi 4.7. A educação que se fala aqui é a que envolve a educação básica de toda a rede pública do município.

Em busca de coletas de dados atuais, através de institutos responsáveis por esse tipo de pesquisa quantitativa no município, pouco se fala de dados que envolvam a educação superior, pois não se quantificava até a chegada do Polo de Apoio Presencial da UAB nenhum dado sobre a educação superior. Nem no próprio site da Prefeitura e nem da Secretaria de Educação do Município de Mauriti não se encontrou dados sobre o ensino superior.

A educação superior de certa forma impactua no desenvolvimento do local, capacitando pessoas para que possam colaborar mais efetivamente com o desenvolvimento educacional, social e econômico em seu município.

Para Mota, Sousa e Santos (2019) o Polo UAB em Itapipoca/CE, apresentou-se como um ambiente contribuinte para o município e para seu entorno, que também se utilizam do local. Dentro desse aspecto, para eles é relevante um investimento que propiciem melhorias na estrutura e ampliação do Polo, de maneira a expandir sua oferta e atender um

²⁷O Índice de Oportunidades da Educação Brasileira, o IOEB, mede diferentes aspectos que envolvem a educação básica de toda a rede pública de ensino, a partir de indicadores como Ideb, escolaridade de professores e número médio de horas-aula. Disponível em: https://fundacaoemann.org.br/materiais/indice-de-oportunidades-da-educacao-brasileira?gclid=CjwKCAjw9vn4BRBaEiwAh0muDCVfe1IIXkKh6_zJwZJxUQLVY65DzwN8kpdsSf-DIN7d2LXYCVus0BoCZQUQAvD_BwE. Acesso em: 12 jun.2020.

maior contingente de pessoas, que por fins diversos, não tem a oportunidade de frequentar um curso na modalidade presencial.

De acordo com a Associação Brasileira Mantenedora do Ensino Superior ABMES (2019), no Brasil, um país de dimensões continentais, que tem um dos menores índices globais de escolarização superior, é fundamental a existência de um sistema educacional híbrido, combinando atividades e cursos presenciais e à distância, que assegure o acesso e permanência do maior número possível de estudantes ao ensino superior.

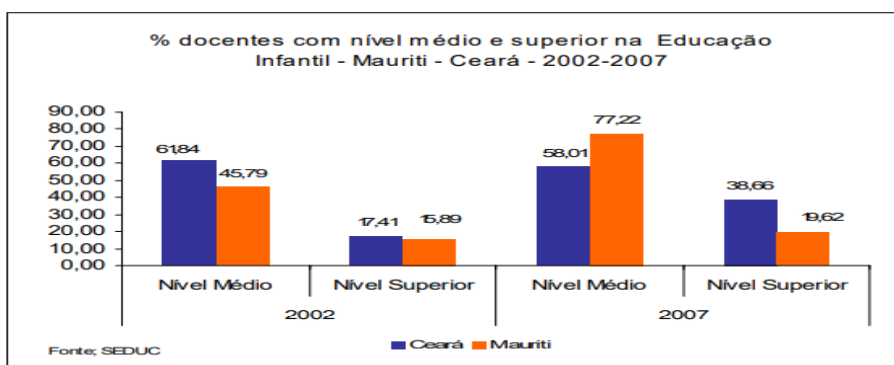
Carlos Lenuzza, diretor da educação básica da CAPES, afirma que a UAB é o maior programa público de educação a distância, destinado quase que exclusivamente à formação de professores, e, também, a outras formações, além disso, tem também os programas de mestrados profissionais, ofertado aos professores que estão em sala de aula, prática desenvolvida para melhorar a condição de atuação do professor junto aos alunos da comunidade onde ele atua (CCS/CAPES,2020).

4.1.1 Educação Superior e o Polo UAB

A educação superior em Mauriti se concretiza após o processo de implantação do Polo de Apoio Presencial da UAB em 2009. Assim, os dados que se referem ao ensino superior são quantificados como: número de inscritos, matriculados ou formados após 2014 em cursos de graduação no Polo do município, através de sistemas internos das instituições responsáveis, como SisUAB.

No que se refere ao percentual de docentes com formação superior, comparando no crescimento a nível estadual, pode-se observar um aumento significativo depois da implantação do Polo UAB no município, conforme os Gráficos 9,10, 11 e 12.

Gráfico 9 -% docentes com nível médio e superior na Educação Infantil (2002 a 2007)

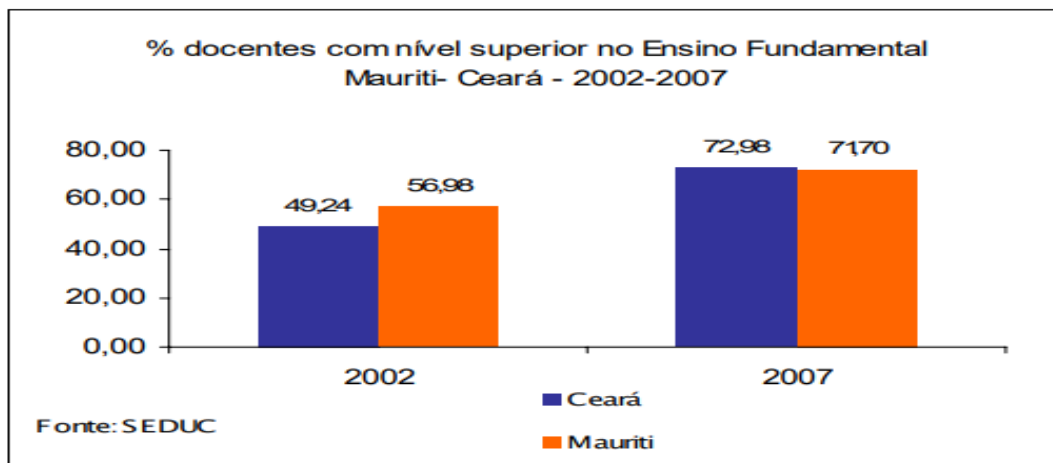


Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC/IPECE), 2009.

Vemos no Gráfico 9 um percentual de 19,62% de professores com nível superior no ensino infantil. Estes devem ter sido formados em outras regiões próximas, ou até em outras localidades, pois não havia curso superior dentro desse período de 2002-2007 em Mauriti.

No Gráfico 10, observa-se um percentual de 71,70% de professores com nível superior no ensino fundamental, ainda abaixo do índice percentual do estado. E, estes, também, devem ter sido formados em outras regiões próximas, ou até em outras localidades, pois não havia curso superior dentro desse período de 2002-2007 em Mauriti.

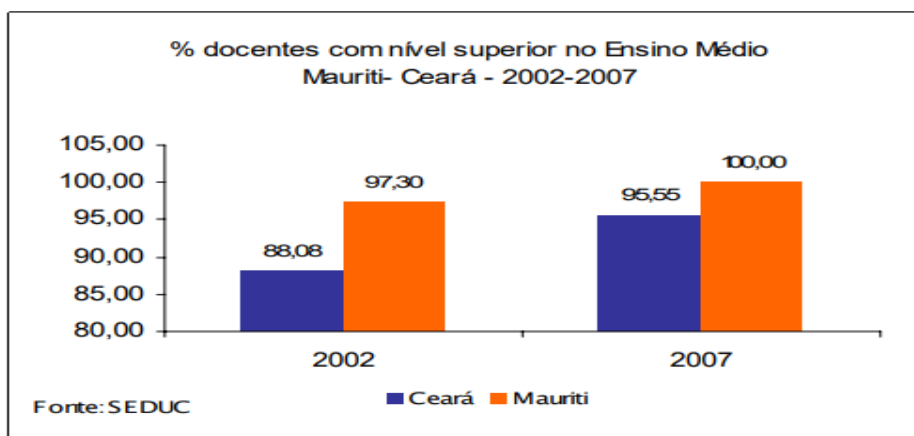
Gráfico 10 -% docentes com nível médio e superior no Ensino Fundamental (2002 a 2007)



Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC/IPECE), 2009.

Conforme Gráfico 11, temos um percentual de 100% de professores com nível superior no ensino médio, acima do índice percentual do estado.

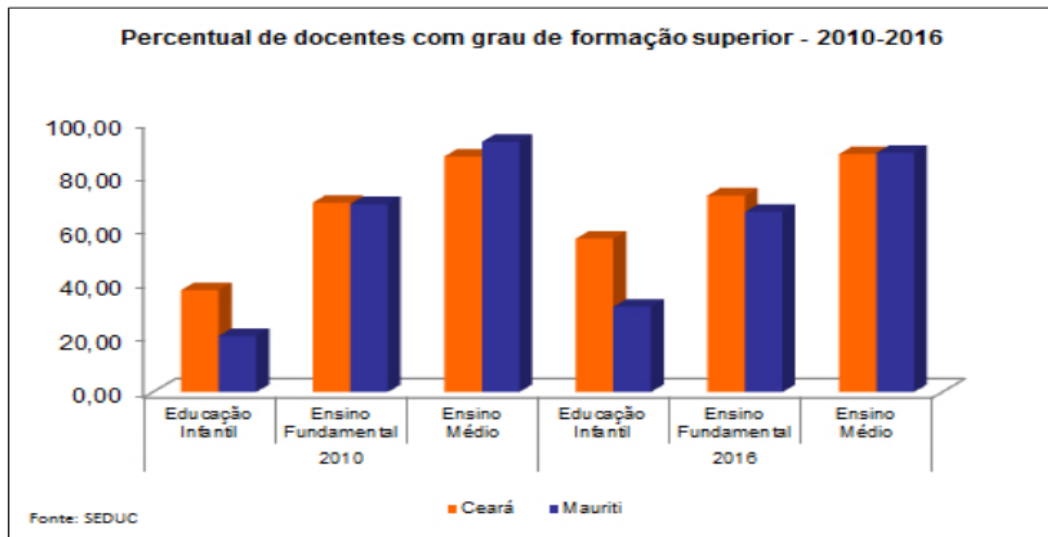
Gráfico 11 -% docentes com nível médio e superior no Ensino Médio (2002 a 2007)



Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC/IPECE), 2009.

No Gráfico 12, observa-se um percentual, em todos os níveis de ensino, de professores com nível superior, que se mostra entre os anos de 2010-2016, onde já podendo se contabilizar a capacitação e formação de professores pelo Polo de Apoio Presencial de Mauriti.

Gráfico 12 -% docentes com nível superior na Educação (2010 a 2016)



Fonte: Secretaria da Educação Básica (SEDUC/IPECE), 2017.

Os gráficos 9, 10 e 11 apontam um percentual relativamente baixo de professores com ensino superior lecionando no ensino infantil ao médio até 2007. Após 2010, vemos no Gráfico 12, uma melhoria no percentual de professores com ensino superior, principalmente de professores que lecionam no ensino infantil, sugerindo que, após implantação do Pólo UAB em Mauriti em 2009, onde se ofertou cursos de formação superior em licenciaturas, esse percentual teve melhoria significativa, capacitando e qualificando profissionais para atuarem na educação no município.

A pesquisadora Rosângela Alves (2017) estudou as transformações educacionais e sociais em contextos amazônicos, tendo como foco o sistema UAB em dois municípios da região Amazônica, e mostrou que no Pará havia um déficit de professores com qualificação adequada em sala de aula, e que os dados do relatório do Parfor (2009- 2013) apontaram que em 2014 a região Norte tinha mais de 29 mil alunos matriculados em licenciaturas, e que Amazonas e Pará lideram esse número de matrículas. E, dentro desses números a UAB teve um importante papel, pois se nota o reconhecimento nos depoimentos, mostrando que tanto

professores quanto alunos tiveram chance de obter uma qualificação, até então de difícil acesso.

Temos como outro exemplo, como os estudos de Mota, Sousa e Santos (2019) em que aponta a implantação do Polo UAB em Itapipoca/CE, que representou um avanço na construção de uma educação, preparando profissionais para atuarem em suas localidades de moradia, contribuindo para o desenvolvimento local, no sentido da ampliação da qualificação de profissionais de nível superior.

Na fala de Carlos Lenuzza, diretor da educação básica da CAPES, a UAB tem priorizado a capacitação e a formação de professores. Segundo ele, a formação de professores ainda não está muito bem no país, pois não se tem como alcançar a todos, e estudos relacionados ao último censo do INEP mostram que não só há falta de professores, mas também há necessidade de melhorar a formação inicial e continuada.

Ainda, segundo Carlos Lenuzza existe situações alarmantes no segundo ciclo do ensino fundamental, que vai do sexto ao nono ano, tem 50% dos professores, por exemplo, de matemática, sem licenciatura em Matemática; 40% dos professores que lecionam língua portuguesa não têm licenciatura em Língua Portuguesa, e quando se fala nas Ciências Naturais, Química, Física e Biologia, esse número chega perto de 70%, por isso, o compromisso da UAB na formação e capacitação de professores. Além disso, a CAPES estará lançando o “Forma Brasil” um programa de formação continuada para professores em serviço da rede pública brasileira, (CCS/CAPES, 2020).

4.1.2 Processo histórico de implantação do Polo da UAB em Mauriti

De acordo com o *Coordenador Quim*, Francisco José Martins Dantas, o Polo de Apoio Presencial da UAB – Universidade Aberta do Brasil, sediado no Município de Mauriti, foi implantado no ano de 2009 com a Lei Municipal 898/2009 e alterado com as Leis 973/2010 e 1106/2012.

Além das citadas leis, também, têm a Lei de Criação do Conselho do Polo 925/2010, apoiando-se no Plano de Gestão do Polo, autarquia esta exigida pela CAPES. O tipo do Polo UAB Mauriti é definido como “EFETIVO”, pois, o mantenedor (responsável pela infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos) é o município.

O processo de implantação do Polo se deu através da articulação do mantenedor (município) com a Universidade Estadual do Ceará - UECE, partícipe do Sistema UAB na

época, pode-se ver no Anexo C a listagem de documentação necessária para a institucionalização do Polo UAB.

Antes da implantação do Polo UAB em Mauriti, a formação superior acontecia em outros municípios mais próximos de Juazeiro do Norte, pois não havia oferta de cursos de graduação no município.

Durante a entrevista com a aluna do Curso de Administração Pública e Secretária de Educação do município, *Maria 1* (aluna do Curso de Administração Pública) percebeu-se a ausência de cursos superiores antes da implantação do Polo no município.

Antes de o Polo UAB ser implantado em Mauriti, havia os cursos da Universidade do Vale do Acaraú – UVA, sediada no Crato há 73 km de Mauriti, sendo 93 km de estrada para se chegar lá. O curso era nos finais de semana, de 15 em 15 dias, e geralmente no mês de julho, eram todos os dias. De certa forma, oportunizou para quem não tinha condições de morar fora ou pagar pelo transporte para poder cursar a faculdade, pois de Mauriti saía um ônibus todos os dias para a URCA em Crato. Outro ponto importante é que os cursos de graduação eram pagos, embora não tão caro, mas não chegava a possibilitar aos menos favorecidos, o que gerava exclusão de classe. Com a chegada do Polo UAB em Mauriti em 2009, muito mudou para os que sonhavam em cursar uma faculdade e não tinha condições até o momento. Os cursos ofertados pela UAB/UECE foram de encontro com a vontade de muitos alunos que desejam fazer aquela graduação. Enfim, tornou-se um sonho para muitos concretizados, e ainda elevou o município para um novo patamar educacional. Existe um Mauriti antes e depois da implantação do Polo UAB, e isso se percebe dentro do município. Outro fator importante, é que a UAB/UECE proporcionou o acesso ao ensino público superior, sem gastos relevantes para aquele aluno que até então não podia cursar uma faculdade. Bom lembrar, também, que hoje temos muitos professores da rede municipal que passaram pelas graduações no Polo e são excelentes profissionais, além do que muitos se envolveram como tutores, coordenadores, supervisores, secretárias do próprio Polo. Eu sou um exemplo, sendo aluna do Curso de Bacharelado em Administração Pública pela UAB, finalizando neste ano de 2020, e fui escolhida de forma unânime para ser Secretária de Educação do município, e, em minha gestão tenho colocado muito em prática do que aprendi no curso (Maria 1, aluna do Curso de Administração Pública).

Notou-se, claramente, na fala da aluna que não existia a oferta de cursos superiores em Mauriti. No entanto, para poder cursar uma graduação superior, pública ou privada, o aluno tinha que se deslocar para outro município. Com a implantação do Polo UAB em Mauriti, muitos que não podiam se deslocar e custear um curso superior teve a oportunidade de cursar uma graduação. Outro ponto importante que *Maria 1* destacou, foi à capacitação de professores e a licenciatura se tornar mais viável, pois era tão necessária para qualificação na educação em Mauriti.

O relato do Coordenador Quim corrobora com o relato de *Maria 1*, pois afirmou que não existiam cursos superiores no município, e os alunos graduavam-se na Universidade Regional do Cariri - URCA, em regime especial devido à logística e distância entre os municípios, ou em faculdades privadas nas cidades de Juazeiro do Norte e Crato.

O aluno atual *José 4(aluno do Curso de Administração Pública)* comentou durante sua entrevista que, para cursar uma graduação, o mauritiense teria que se deslocar pelo menos 70km ou mais para outro município, e, ainda tinha que dispor de tempo e dinheiro, pois mesmo sendo cursos públicos, havia necessidade de gasto para logística, estadia e alimentação, pois muitos cursos eram de 15 em 15 dias, e outros no final de semana. Para ele, com a implantação do Polo UAB em Mauriti, em diversidade de cursos ofertados, alunos não precisariam mais se deslocar para outro local, contribuindo também para a economia do município, em que os profissionais formados pela UAB passam a trabalhar e contribuir com a formação adquirida.

A implantação do Polo UAB em Mauriti se fortificou com esses alunos, pois houve uma demanda na oferta dos cursos superiores EAD pela UAB, incluindo o aluno que não tinha tempo e dinheiro para cursar uma graduação em outro município. Além do que, o município tinha uma carência de professores licenciados em Pedagogia, Química, Matemática e Computação.

Sendo assim, compreendeu-se que a implantação do Polo UAB foi realizada com base nas necessidades educacionais, e, também, de melhorias no deficitário IDHM do município, que é bastante influenciado pela educação. A implantação do Polo UAB é considerada pelos entrevistados como bastante promissora para o município, pois passou a formar seus professores e capacitá-los.

A importância da implantação do Polo UAB em municípios remotos para a formação superior é vista também em outras localidades do país. Nos estudos de Mota, Sousa e Santos (2019) verificou-se que a chegada do Polo UAB no município de Itapipoca no Ceará, foi importante, visto que existia apenas uma universidade pública no município, e que a implantação do Polo UAB em Itapipoca apresentou possibilidades formativas para os habitantes da cidade e regiões circunvizinhas, mediante cursos vinculados a instituições públicas reconhecidas.

4.2 A importância da infraestrutura do Polo de Mauriti

De acordo com *Coordenador Quim* do Polo, o Centro Educacional de Mauriti, que é uma escola do município, cedeu uma parte de sua estrutura para a instalação do Polo Presencial UAB em Mauriti. O Polo utiliza seu espaço para o e-Tec Brasil/IFCE, para pós-graduação pela IEAD/UNILAB, para pós-graduação pelo UAB/IFCE, e para graduações e pós-graduações UAB/UECE. O Polo, também, está ofertando cursos técnicos pelo

²⁸Pronatec/MedioTec através da UECE: Curso Técnico em Apicultura e Técnico em Agronegócio, para alunos que estão no 2º do ano do ensino médio.

Durante a pesquisa, quando se indagou sobre a infraestrutura do Polo da UAB/Mauriti, 74% dos alunos entrevistados responderam ser boa, mas poderia ser melhor, e 26% consideraram que o Polo precisa de melhorias para seu excelente funcionamento, principalmente no que tange ao bom funcionamento da internet (indispensável para um curso EAD) e salas climatizadas realmente.

A aluna *Maria 1*, fez o seguinte relato sobre a infraestrutura do Polo: “Possui boa estrutura, porém seria interessante que houvesse um prédio maior e específico para acomodar melhor toda a estrutura do Polo da UAB”. Outro, *Francisco 1* (aluno do Curso de Administração Pública), teve um ponto de vista parecido, mas com boas perspectivas em maiores investimentos públicos para o Polo: “...A estrutura do Polo é razoável, pois tem aulas que dão para o ambiente de estudo, e atende ao município de Mauriti. Não é uma estrutura de excelência, mas creio que com o tempo terá mais investimentos para o Polo, através de verbas do município ou do Estado”. A aluna, *Antonia 2* (aluna do Curso de Administração Pública), falou que “Não é muito agradável. Precisa de novas carteiras, ar-condicionado funcionando, computadores com melhor acesso a internet para os alunos, dentre outros”. O ex-aluno, *José 1* (ex-aluno do Curso de Licenciatura em Química), comentou o seguinte: “Por mais que o Polo não tenha sido projetado para atender exclusivamente a demanda dos seus universitários, sua estrutura é muito boa, pois a maioria das salas oferecidas é cedida pelo município, e já a parte da coordenação e laboratórios são de uso exclusivo do Polo”. O ex-aluno, *José 3* (ex-aluno do curso de Computação), que também foi tutor presencial no Polo, relatou: “Sou ex-aluno e também já trabalhei no Polo UAB de Mauriti, e sempre achei um ambiente favorável e muito bem estruturado para receber alunos e professores, com salas climatizadas e equipamento como projetores e laboratórios muito bem equipados”.

No depoimento da aluna *Antonia 3* (aluna do Curso de Administração Pública), relatou-se sobre o material didático e apoio dos recursos tecnológicos.

O Polo da UAB em Mauriti tem uma estrutura e um bom funcionamento, possui biblioteca, laboratórios de informática, uma boa gestão, uma coisa que poderia mudar era justamente a inserção de novos recursos tecnológicos, como quadros interativos e etc, já em relação à biblioteca era interessante que UECE disponibilizasse todo material acadêmico produzido pelos alunos na própria biblioteca do Polo,

²⁸A pactuação 2020 do Pronatec/MedioTec oferecerá 550 vagas em cinco cursos técnicos, distribuídas em 22 turmas, contemplado 20 municípios cearenses. O MedioTec tem como finalidade a oferta de cursos técnicos, com carga horária mínima de 800 horas, concomitantes ao Ensino Médio para alunos regularmente matriculados nas redes públicas de educação. Disponível em: <http://www.uece.br/pronatec/2020/02/10/pronatec-funece-abre-chamada-publica-para-selecao-de-professores-2/>. Acesso em: 12 jun.2020.

pois assim eles poderiam contribuir com a produção de novos materiais feitos pelos alunos, tipo disponibilizar os TCC's na própria biblioteca para consulta de professores e alunos (fala de Antonia 3, aluna do Curso de Administração Pública).

Outro aluno *José 4*, complementou o pensamento de *Antonia 3* relatando sobre a internet e a biblioteca.

A estrutura poderia ser melhor, pois a mesma necessita passar por alguns ajustes, tais como: melhorias na internet, que é péssima, quase não dá para assistir as *Websconferências*, e disponibilização de *wi-fi* de acesso aos alunos como nos campos das universidades; consertar os banheiros; disponibilizar um bibliotecário ou funcionário para a biblioteca e fazer uma divulgação deste espaço, pois tem muitos alunos que nem sabe que existe e a mesma possui um acervo muito bom, mas quase sempre esta fechada; construir laboratório de suporte a aprendizagem para os diversos cursos (fala de José 4, aluno do Curso de Administração Pública).

A importância de infraestrutura do Polo Presencial reflete no interesse e motivação do aluno, principalmente, para aqueles que não têm acesso a tecnologias digitais e internet em suas casas. E isso, influencia de certa forma o aluno permanecer no curso. Além disso, a infraestrutura deve ser mantida dentro do padrão exigido na implantação do Polo naquele município, pois passa por avaliação da CAPES e do MEC, e o que se observa é que a estrutura do Polo e o acesso a internet fica na responsabilidade pela Prefeitura, sendo tudo muito demorado com relação a verbas.

Os Polos de Apoio Presencial mantém estruturas físicas com salas de aula, de reunião e de atendimento, escritórios, salas de mídias e de informática, equipadas de rede e acesso a internet, telefones e outros equipamentos exigidos pelo MEC, que dão apoio ao aluno. Cabe ao município ou Estado fornecer e arcar com o custo de manutenção desta estrutura física, bem como com despesas operacionais do Polo e o pessoal de apoio não previsto no sistema de bolsas, que são secretárias do Polo, Coordenadores e zeladores.

Num primeiro momento, como forma de estímulo, o Governo Federal financiou uma série de obras e aquisição de equipamentos para a montagem de Polos em diversos municípios pelo país, criando uma rede consistente capaz de dar suporte ao Sistema, mas depois essa manutenção ficou por conta de cada município. Em Mauriti, o município recebeu esses equipamentos, ficando a prefeitura responsável pela a manutenção da infraestrutura e funcionamento do Polo, que demora no repasse de verbas necessárias para que isso ocorra.

Sendo assim, constatou-se que o funcionamento da UAB, e, por conseguinte do Polo Presencial, se baseia numa relação de parceria (divisão e descentralização de responsabilidades) entre seus entes componentes (CAPES/MEC, IFES e Municípios ou Estados), aonde a União vem mantendo financeiramente o sistema, através da

descentralização de recursos federais e do pagamento de bolsas aos seus participantes: alunos, tutores, coordenadores e professores (CAPES,2018).

O que se observa, também, é que no Polo de Apoio Presencial a equipe mantenedora depende muito da prefeitura, e que os demais componentes dos cursos, tutores e professores, dependem da verba federal, através do pagamento de bolsas e custeio logístico da IES.

De acordo com a CAPES (2018), para ser implantar e manter um Polo UAB, a instituição interessada deverá dispor de espaços com mobiliário correspondente as suas finalidades, além de condições adequadas de conforto ambiental, iluminação, acústica e ventilação. Além do que, os espaços disponíveis devem garantir o pleno desenvolvimento das atividades previstas, em regime de compartilhamento por todas as IES nele atuantes. As exigências são as seguintes:

Infraestrutura necessária: a) Espaços gerais do Polo UAB: Sala para coordenação do Polo UAB (obrigatório); Sala para secretaria do Polo UAB (obrigatório); Sala de reunião (opcional); Banheiros (ao menos um feminino e outro masculino) com acessibilidade, conforme o que demanda as Leis 10 908, de 19 de dezembro de 2000 e 11 982, de 2009; b) Espaços de apoio do Polo UAB (obrigatório): Laboratório de informática com instalações elétricas adequadas (rede estabilizada); Biblioteca física, com espaço para estudos; c) Espaços acadêmicos: Sala multiuso - para realização de aula(s), tutoria, prova(s), vídeo/*webconferência*(s) etc.; Laboratório pedagógico (quando couber), (CAPES, 2018).

No Anexo A, segue algumas imagens cedidas pelo Coordenador Atual do Polo UAB/Mauriti, onde pode ser visto todo o aparato físico de que necessitou para que o Polo fosse implementado e funcionasse no município, imagens que condizem com o exigido pela CAPES.

Além disso, o Polo de Mauriti dispõe de uma equipe constituída por: 01 Coordenador de Polo (indicação do mantenedor do Polo); 01 Assistente à Docência; 01 Secretária de Apoio Administrativo; 01 Técnico de informática; 01 auxiliar de biblioteca; 01 Técnico para laboratórios de química (química); Pessoal de segurança, opcional no caso de existirem equipamentos e segurança; Pessoal de manutenção e limpeza.

Durante a entrevista a ex-*Tutora 5* relatou sobre a infraestrutura do Polo.

Quando entrei em 2010, o Polo estava iniciando suas atividades, e a Coordenadora Antiga, uma mulher que deu duro, com uma equipe maravilhosa, e administração dava todo um suporte ao Polo, inclusive a equipe da UECE em Fortaleza, que também dava um bom *feedback*. Tudo transcorria com tranquilidade, tinha o laboratório de informática, que se mantinha sempre atualizado e tinha gestão excelente. A atual gestão do Polo, também, tem dado bastante suporte ao Polo e aos alunos. Mas teve um período da troca de gestão que o Polo teve dificuldades financeiras, por isso acho que a UAB deveria destinar valores, e não ficar só a cargo dos municípios. É tanto que os coordenadores e funcionários são do quadro do município. Acredito que precisa de um investimento externo, mas o Polo tem uma

gestão muito boa. Precisa de melhor estrutura física, pois se trabalha lá com uma parte de uma escola municipal, o ideal é que o Polo fosse construído para isso, ou seja, destinar recursos públicos, para investimento na área de educação superior, que é bastante precisa (fala da ex-Tutora 5).

A manutenção e operacionalidade do Polo Presencial são relevantes para a continuidade da política pública UAB, focada no ensino superior via modalidade EAD. Além de ser de grande importância, o Polo Presencial em Mauriti recebe alunos de diversas regiões circunvizinhas (sítios e outros municípios de estado próximo), que até então não tinham condições financeiras e logísticas de cursar uma graduação, e também, propicia um aquecimento na economia local próxima ao Polo, tais como: pousadas, restaurantes, lanchonetes, entre outros.

A capacitação e escolha do Coordenador do Polo Presencial se dão através da escolha da Secretaria de Educação do Município, juntamente com a aprovação do Prefeito. Este deve ter conhecimento de gestão educacional e formação para isso. Em Mauriti já são dois coordenadores que tiveram esse cargo, e são profissionais capacitados.

Em outros estudos, a boa infraestrutura mostra-se fundamental para a existência do Polo no município. Temos como exemplo, os estudos de Cruz e Silva (2020) realizado no Polo UAB em Cametá/Pará, em que se afirma que todas as dependências do Polo são espaços necessários para que se assegurem condições adequadas para o estudo. Para as pesquisadoras, a inexistência desses espaços causa dificuldades pedagógicas e, conseqüentemente, pode comprometer a qualidade das atividades oferecidas. Assim, o Polo é considerado como um ponto de apoio fundamental para que os alunos possam desenvolver atividades laboratoriais, tenham acesso ao acervo da biblioteca, tenham contato com os tutores e para que possam realizar as avaliações. E, essa infraestrutura física e pedagógica fomenta positivamente o ensino no Polo pela modalidade EAD e a continuidade da oferta de cursos no Polo. As pesquisadoras, também, compreendem que o sucesso de um curso à distância depende das condições que o Polo de Apoio Presencial oferta.

Para Cruz e Silva (2020) características essenciais de acessibilidade e sustentabilidade, devem ser destacadas para uma boa infraestrutura do Polo Presencial em Cametá/PA, são elas: recursos físicos adequados para suprir as necessidades dos cursos ofertados pelas IES; recursos humanos, com profissionais capacitados para gerir o Polo e desenvolver os cursos; a disponibilidade de recursos tecnológicos e equipamentos necessários para o funcionamento dos laboratórios e ambientes de ensino; *links* que permitam uma conectividade eficiente com as plataformas de ensino e um acervo dinâmico e completado

com fontes bibliográficas para consulta e leitura disponíveis ligados aos cursos ofertados no Polo, entre outras. Para elas, o Polo, também, deve dotar de recursos financeiros próprios.

Vieira (2014) afirma que para manter a qualidade dessa política pública é necessário investimento em infraestrutura física e tecnológica, em especial, na internet banda larga, e investir no processo de propagação cultural da modalidade EAD entre alunos e professores.

Coelho e Brasileiro (2019) ao estudar o Polo UAB em Juriti/Pará afirmaram que as condições do Polo no dia a dia da UAB afetam direta e indiretamente na qualidade dos cursos ofertados, bem como no desempenho dos estudantes, pois devem ser consideradas mais do que uma edificação, disposta em laboratórios de informática, salas de aulas, biblioteca etc.

4.3 Cursos ofertados no Polo de Mauriti/UAB

De acordo com dados do SisUAB (2020) fornecido pela Secretaria da UECE, no Polo Presencial UAB de Mauriti estão cadastrados 16 cursos superiores como atuantes, conveniados com três IES, mas existem no momento apenas 06 turmas de graduação ativas ofertada pela UAB/UECE, totalizando 196 alunos ativos, conforme Figura 5 e Figura 6, páginas seguintes.

Figura 5- Cursos Vigentes no Polo de Mauriti

The screenshot shows the SisUAB interface for the Universidade Estadual do Ceará. The main menu includes 'IES', 'Programas e Cursos', 'Colaboradores', 'Polo', 'Aprovações Pendentes' (with a count of 0), and 'Listagens'. The user is logged in as CORA FRANKLINA DO CARMO FERREIRO, with the last activity on 28/07/2020 at 18:40:05. The page title is 'Detalhes da Instituição - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ'. The 'Polos de Atuação' section is active, displaying a table of courses for the 'MAURITI-CE SERRINHA - Mauriti - CE' pole.

Lista de Polos de Atuação da Instituição				
Cursos	Nº de Ofertas	Ofertas em Andamento	Alunos Ativos	Não Concluintes
MAURITI-CE SERRINHA - Mauriti - CE				
GESTAO EM SAUDE	1	0	0	0
HISTORIA	1	0	0	0
ADMINISTRACAO PUBLICA	3	1	0	0
TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCACAO BASICA	1	0	0	0
ARTES COM ENFASE EM MUSICA	1	0	0	0
Docência para a Educação Profissional e Tecnológica	0	0	0	0
EDUCACAO A DISTANCIA	1	0	0	0
QUIMICA	2	1	0	0
PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA EM EDUCACAO INFANTIL E ANOS INICIAIS DO ENSINO FUND.(1 AO 5 ANO)	3	1	0	0
FORMACAO DOCENTE NA EDUCACAO A DISTANCIA	1	0	0	0
GEOGRAFIA	1	0	0	0
MATEMATICA	4	1	0	15
COMPUTACAO	4	1	0	0
GESTAO PUBLICA	1	0	0	0
SAUDE DA FAMILIA	1	0	0	34
EDUCACAO FISICA	1	1	0	0
TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL/LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSURDECIDOS	1	0	0	0

Fonte: SisUAB, UECE, 2020.

Observa-se que os cursos variam, mas alguns persistem, pois devido a carência de formação em certas áreas importantes para o município, tais como: pedagogia, química, matemática, computação e administração pública, há necessidade de formação neles, como prioridade.

Figura 6 - Instituições e cursos superiores atuantes no Polo Presencial de Mauriti

Instituição	Curso	Tipo de Curso	Total de Ofertas	Ofertas em Andam	Alunos Ativos	Ações
UECE	TRADUÇÃO AUDIOVISUAL ACESSÍVEL/LEGENDAGEM PARA SURDOS E ENSUF	Especialização	1	0	0	
UECE	TECNOLOGIAS DIGITAIS NA EDUCACAO BASICA	Especialização	1	0	0	
UNILAB	SAUDE DA FAMILIA	Especialização	1	0	0	
UECE	QUIMICA	Licenciatura	2	1	26	
UECE	PEDAGOGIA LICENCIATURA PLENA EM EDUCACAO INFANTIL E ANOS INICIAIS	Licenciatura	3	1	40	
UECE	MATEMATICA	Licenciatura	4	1	27	
UECE	HISTORIA	Licenciatura	1	0	0	
UECE	GESTAO PUBLICA	Especialização	1	0	0	
UECE	GESTAO EM SAUDE	Especialização	1	0	0	
UECE	GEOGRAFIA	Licenciatura	1	0	0	
IFCE	FORMACAO DOCENTE NA EDUCACAO A DISTANCIA	Especialização	1	0	0	
UECE	EDUCACAO FISICA	Licenciatura	1	1	43	
UECE	EDUCACAO A DISTANCIA	Especialização	1	0	0	
UECE	COMPUTACAO	Licenciatura	4	1	24	
UECE	ARTES COM ENFASE EM MUSICA	Especialização	1	0	0	
UECE	ADMINISTRACAO PUBLICA	Bacharelado	3	1	36	

Fonte: SisUAB, UECE, 2020.

De acordo com os Coordenadores, *Quim e Orlandina (ex-coordenadora)*, no momento são 06(seis) cursos de graduação pela UAB/UECE. Desses, dois se iniciando, a partir de julho/2020, totalizando 08(oito), são eles: Licenciaturas em Computação, Matemática, Pedagogia, Química, Educação Física, Geografia, História e Bacharelado em Administração Pública – sendo Licenciaturas em Geografia e História, os últimos implantados, tendo previsão de 01(uma) especialização: Formação Docente para Educação a Distância pelo IFCE.

De acordo com o *Coordenador Quim* o processo de escolha dos cursos é feito através da plataforma SisUAB pelos coordenadores de Polo. Após essas escolhas, as IES parceiras dos Polos de cada estado avaliam e entram em consenso sobre quais cursos serão ofertados em cada Polo. É feito, uma alternância de cursos nos Polos, mas normalmente são cursos voltados para a formação superior de professores, ou seja, cursos de licenciaturas.

De acordo com o *Coordenador Quim*, o Edital nº 5/2018 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- CAPES, via Sistema UAB, conveniado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, através da coordenação do Instituto de Educação a Distância (IEAD), ofertou 1.000 vagas para cursos, que serão ofertadas nos cinco novos cursos de especialização na modalidade a distância, sendo destinadas para o Polo de Presencial UAB, em Mauriti, 50 vagas para o Curso de Especialização de Saúde na Família, ainda em andamento, devido à Pandemia.

Observa-se que, a oferta de cursos se dá de acordo com as necessidades local, mas priorizando curso de formação de professores. Durante a entrevista com a *ex-Tutora 5* ela comentou sobre a oferta dos cursos no Polo UAB/Mauriti.

Eu acredito que o Polo faz mágica - e que todos os envolvidos: coordenadores, tutores, professores e funcionários - pois a EAD é para os fortes, pois precisa de pessoas que dêem a vida por ela para que ela funcione. Os cursos são excelentes, mas ainda acho que deveria ter um estudo, não aqui do Polo, mas para quem oferta lá de cima, ou seja, os gestores maiores, a fim de prever o que a nossa região precisa. Desde áreas que já se oferta até outras áreas. Não acredito que isso seja papel dos gestores do Polo, mas de quem planeja a EAD. Acho que a oferta de cursos deveria ser direcionado para a demanda de mão de obra naquele município (fala da *ex-Tutora 5*).

Dentro dessa fala da *ex-tutora 5* observamos que a gestão da EAD nas IES não sabe exatamente das necessidades reais do Polo Presencial, cabendo tudo ao coordenador do Polo e a prefeitura. Não se observa um consenso, ou reunião, ou algo em conjunto, entre IES e Polo, que venha ao encontro de ambos os interesses, para as devidas melhorias e necessidades na educação superior pelo sistema UAB.

Alguns alunos entrevistados, disseram que também se poderiam ofertar outros cursos procurados, tais como: Letras, Psicologia, Enfermagem, Direito, Medicina Veterinária, Engenharia Ambiental, Agropecuária, Ciências Contábeis, Biologia, Física, entre outros, pois no município precisa de pessoas com conhecimento especializado nessas áreas. Isso foi percebido durante o relato de alguns alunos. A aluna *Maria 1* falou: “Gostaria que tivesse Psicologia, Filosofia, Psicopedagogia, Ciências Contábeis, Direito, e outros cursos associados a área de linguagens, ciências humanas e da natureza, porque, muitos teriam interesse em fazer uma outra graduação a partir desses cursos ofertados”.

A aluna *Maria 2 (aluna do Curso de Administração Pública)* falou que considera importante ter curso de enfermagem e pós-graduações, pois boa parte dos jovens do município sonha com esses cursos, mas eles só estão disponibilizados em Juazeiro do Norte ou Missão Velha, e requer um custo com transporte e alimentação. Para ela, quem mora em sítios e precisa trabalhar, fica inviável fazer um curso de saúde em outro local, pois a logística

para os jovens que almejam um curso desses, e que dependem da família para se sustentar, é bem complicado.

O ex-aluno *Francisco 2 (ex-aluno do Curso de Administração Pública)* afirmou que gostaria que ofertassem “Gestão de RH e Medicina Veterinária, porque esses cursos eu pretendia fazer, porém, não tive acesso, pois só tem em cidades distantes ou em outros estados, e caso não dê para eu cursar se ofertarem, que outras pessoas possam cursá-los em seu município natal e de forma pública”. O ex-aluno *José 1* fez uma importante consideração quando falou dos cursos que são ofertados e a necessidade local: “Temos que pensar na realidade do local, estrutura e tudo mais. Acho que o curso deve ser escolhido de acordo com a realidade e a carência do local. Até porque tem cursos que precisa de estrutura física para dá suporte aos discentes e docentes”.

Quando o ex-aluno *José 1* fez essa consideração, quis relatar o laboratório de química, que na verdade era cedido pela escola onde se localiza o Polo. Esses detalhes não são analisados quando se vai ofertar um curso de Licenciatura em Química, nem pela IES e nem pelo Polo, ou seja, falta essa comunicação e até mesmo uma fiscalização devida do Polo, para certos cursos que requer aulas práticas.

Outra fala importante é do ex-aluno *Francisco 5(ex-aluno de Licenciatura em Matemática)*que relacionou os cursos com a realidade do município: “Os cursos sempre ofertados são na área de educação, devido ao município não ter indústrias, fábricas entre outros setores, mas acho que a UAB poderia ofertar outros cursos, pois há muitos estudantes que não seguem na área de educação, mas um curso que seria muito bem vindo ao Polo seria Letras”.

Durante a fala dos entrevistados, notou-se o interesse na oferta de outros cursos em áreas da saúde e infraestrutura, que também fazem parte da demanda local. Ofertar outros cursos em Mauriti seria acréscimo para a educação e economia local, além disso, estaria dentro das metas do PNE, mas para que isso ocorra deve haver uma avaliação e planejamento dentro da realidade do Polo e sua estrutura.

O Sistema UAB possibilita às pessoas o acesso ao ensino superior público, influenciando em sua melhoria de vida, garantindo o direito à educação, incentivando o desenvolvimento humano e proporcionando que a população local procure novas possibilidades de mercado.

É importante salientar que, o PNE atual destinado a estabelecer diretrizes e nortear as políticas públicas de educação no decênio 2014-2024, tem entre seus pontos centrais, o crescimento significativo das matrículas em nível superior. Com isso, a EAD apresenta-se

como um importante meio para aumentar o acesso à educação superior, principalmente, nessas regiões remotas.

Sendo assim, o Sistema UAB vem ao encontro da meta 12 do PNE, que prevê que o segmento público seja responsável por 40% das novas matrículas no ensino superior e em sintonia, também, com as metas, 15 e 16 (MEC/SASE, 2014). A meta 15 visa:

Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam (MEC/SASE, 2014).

E a meta 16 estabelece o objetivo de

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino (MEC/SASE, 2014).

Observa-se a tentativa de se fazer isso nos Polos, priorizar a capacitação dos professores, para melhorias na educação municipal, ofertando cursos de licenciaturas e pós-graduações. O que não se verifica ou não se planeja são verbas direcionadas para o alcance dessas metas, tanto por parte de gestores Federais, Estaduais quanto Municipais.

Segundo a Sinopse Estatística da Educação Básica de 2013, documento elaborado pelo INEP, apenas 74,8%, aproximadamente, dos professores da educação básica possuíam ensino superior e 65,5% tinham cursos com licenciatura. Os números mostram que muito trabalho tem que ser feito para alcançar o previsto no atual PNE até 2024, e que a UAB faz parte desse esforço a fim de garantir o acesso à formação aos professores da educação básica, bem como fomentar outros cursos afins.

Nesse sentido, é importante que cada município debata e planeje as demandas de formação provenientes de necessidades locais, amparadas em grande parte pela parceria estabelecida entre o município e o Polo Presencial da UAB.

Temos como exemplo, o Polo UAB Cachoeiro, no Espírito Santo, onde a implantação dos cursos pela UAB deu-se, a priori, a partir das recomendações da Universidade do Espírito Santo – UFES, e, após o credenciamento no MEC pelo Sistema da UAB, em 2007, dez Creads do Espírito Santo tornaram-se Polos Municipais de Apoio Presencial, denominando-se respectivamente: Polo da UAB de Cachoeiro e Polo UAB de Santa Teresa – Centro de Formação Continuada de Professores. Com o desenvolvimento e autonomia da UAB, oportunizou-se aos municípios a escolha de cursos e parcerias. A partir

de 2009, ambos os Polos deixaram de ofertar exclusivamente cursos da UFES e iniciaram parceria com o Instituto Federal de Ensino Superior – Ifes, por meio do curso de Licenciatura em Informática. A especificidade em garantir o acesso de profissionais da educação preocupou-se na formação de professores que tenham uma visão tecnológica em computação, capazes de atuar no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Além dessa formação, o licenciado em Informática seria dotado de conteúdos e habilidades para atuar como instrutores de cursos em empresas privadas (CELLIN e MARCILINO, 2011).

No Ceará temos um Projeto de Lei nº 64/17, que dispõe sobre a implantação do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB no Ceará. Assim, o Governo do Ceará, através da Secitece, deverá firmar acordos de cooperação técnica e convênios com universidades públicas credenciadas e autorizadas pelo MEC para ofertar cursos ou programas na modalidade a distância, ficando tais universidades responsáveis por administrar esses cursos e pela manutenção da infraestrutura física e de recursos humanos (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2017). Algumas mudanças, em termos de ofertas de cursos, vêm ocorrendo, mas devido ao orçamento deve-se ter planejamento para isso.

4.4 Percepção dos participantes sobre a modalidade EAD e a chegada do Polo UAB em Mauriti

Com a chegada do Polo UAB em Mauriti, em 2009, trazendo cursos superiores, motivou muitos que até então não tinham nem acesso e nem condições logísticas e financeiras para frequentar educação superior privada ou pública em outros municípios ou na modalidade EAD.

O primeiro edital para curso superior no Polo de Mauriti foi o Edital nº 28-CEV/UECE, de 23 de dezembro 2008, que regulamentou o Concurso Vestibular Especial para a seleção aos cursos de Licenciaturas Informática, Matemática, Pedagogia e Química, conforme Quadro 2, na modalidade à distância, promovida pela UECE, em convênio com a UAB (UECE/CEV, 2008).

Quadro 2- Vagas oferecidas para o Polo de Mauriti

Cidade	Curso de Licenciatura Plena	Vaga
Mauriti	Informática	40
	Matemática	30
	Pedagogia	50
	Química	35

Fonte: UECE/CEV, 2008.

No total foram oferecidas 155 vagas para o município de Mauriti, sendo que 50% das vagas de cada curso seriam destinadas a professores que atuam no município, desde que comprovassem seu vínculo com a rede pública do município, e as demais vagas seriam destinadas para concludentes do ensino médio (UECE/CEV, 2008).

Na entrevista o *Coordenador Quim*, relatou não ter dados absolutos de quantos se inscreveram, pois os processos são realizados pelas IES, mas, pela quantidade de turmas e vestibulares ofertados no Polo ele disse que foram aproximadamente 2.000 candidatos para os cursos de graduação. Para os cursos de Especialização foram mais de 800 candidatos inscritos para as vagas disponibilizadas no Polo. Com sua resposta, não se pode deduzir ao certo a que edital ele se referiu.

A *ex-Coordenadora Orlandina* complementou: “Como não mais estou na função de coordenadora, não sei a quantidade de alunos por vaga, mas, geralmente os cursos são bastante procurados não apenas por mauritienses, como também por pessoas de outros municípios e estados vizinhos”.

Quando se indagou para os tutores sobre a visão da oferta dos cursos superiores em seu município, muitos deles viram que a chegada do Polo UAB em Mauriti, foi uma oportunidade bastante esperada para muitos que sonhavam em fazer um curso superior.

Na visão do atual *Tutor 3* teve-se o seguinte relato: “A oferta de curso superior gratuito num município distante das instituições de ensino presencial é essencial para o desenvolvimento social dessa comunidade. Para muitas pessoas, essa é a única oportunidade de ingressar em uma Instituição de Ensino Superior”. Os atuais *Tutor 1 e 2* disseram que foi uma grande oportunidade, oferecendo sobretudo a quem não pode sair de sua cidade para estudar. O atual *Tutor 4* falou que o objetivo maior é formar professores, inclusive a oferta de vagas é mais para professores da rede. E, salientou que, com a inclusão dos cursos de Geografia e História, atualmente, o município estará mais bem assistido com relação aos cursos ofertados pela UAB no município.

Como esperado pelo próprio objetivo do sistema UAB, a formação e capacitação de professores são importantes nesses locais remotos, pois além de cumprirem com uma das metas do PNE, melhora a qualidade de ensino.

Ao se indagar aos alunos como tiveram conhecimento da oferta de cursos pela UAB em seu município, muitos responderam que foi através de outros colegas, alguns disseram que foi por redes sociais, internet e rádio local, outros disseram que foi através do site da UECE, outros, também, comentaram que foi através do Polo, e alguns falaram que

tomaram conhecimento através de outros colegas que já haviam se formado nos cursos de graduação do Polo.

Como exemplo da divulgação do Polo UAB em Mauriti, o ex-aluno *José 5* (ex-aluno do Curso de Licenciatura em Computação) relatou o seguinte: “Tive conhecimento dos cursos através de amigos que já fizeram curso de graduação pelo Polo em Mauriti e pelo Instituto Federal do Ceará, no qual fiz Técnico em Informática no programa e-Tec, no mesmo Polo”. Nessa fala percebemos que o aluno não tomou conhecimento pelo próprio Polo de Mauriti, que é de certa forma estranho, pois esse deveria ser o divulgador oficial.

Outro relato interessante foi o da aluna *Antonia 3* que falou: “Tive conhecimento através de uma amiga, que já fazia uma graduação no Polo de Mauriti, e conversando com a mesma, esta me relatou das várias vantagens em estudar por meio da modalidade de EAD (Educação a Distância)”. Interessante em sua fala foi que sua amiga viu vantagem em cursar na modalidade EAD e motivou sua colega através de sua visão e prática do curso.

Diante dos relatos observa-se que a modalidade EAD não é para todos, visto que maior parte do curso o aluno busca seu próprio aprendizado, cria seu próprio horário de estudo e precisa ter automotivação para aprender, sendo mediado pelo tutor ou professor.

É importante perceber nos relatos que um aluno indicou para outro a modalidade EAD, pois muitos evadem ao iniciar o curso por não saber como funciona o sistema de estudos. Essa divulgação “boca a boca” é importante para que se tenha um pré-conhecimento do funcionamento da modalidade EAD, evitando maiores evasões, por não se adaptar, e mantendo como ingressos alunos que pretendem concluir sua graduação na modalidade EAD.

Para Vieira (2014) é preciso um melhor planejamento sobre o entendimento e funcionamento da modalidade EAD, tanto por professores quanto por alunos, pois ambos precisam de momentos de formação sobre a modalidade EAD, para que o acesso às novas tecnologias seja um modo facilitador do ensino e não gere frustração na hora de aprender e/ou ensinar.

Atualmente, o Polo Presencial da UAB em Mauriti é divulgado de várias maneiras: através das rádios locais, do próprio Polo, em escolas, através das redes sociais, *Facebook*²⁹ e *Instagram*³⁰, através da página da UECE³¹, em que o mais recente foi o Edital N° 25/2019-Reitoria de 26 de Dezembro de 2019, que abriu 1.625 vagas totais, sendo 35

²⁹ Disponível em: <https://www.facebook.com/search/top?q=polo%20uab%20mauriti>. Acesso em: 15 mai.2020.

³⁰ Disponível em: https://instagram.com/polo_uab_mauriti?igshid=15k17kz0pkz25. Acesso em: 15 mai.2020.

³¹ Disponível em: <http://www.uece.br/cev/>. Acesso em: 15 mai.2020.

vagas para os cursos de Licenciatura em Geografia e 35 vagas para os cursos de Licenciatura em História no Polo Presencial de Mauriti da UAB/UECE.

Outro ponto indagado, durante as entrevistas, foi como os tutores e os alunos se motivaram para a escolha, respectivamente, de tutoria e dos cursos de graduação ofertado pelo Polo Presencial da UAB em Mauriti.

A maioria dos alunos respondeu que a modalidade EAD permite ao aluno organizar seu tempo, é mais acessível e horário flexível, sem prejudicar seu horário de trabalho, família e outros afazeres. Muitos deles não dispõem de tempo para cursar uma faculdade presencial, visto que também o município não dispõe de um Centro Universitário, o que torna mais complicado para os estudos, e também, porque as faculdades EAD ofertadas por outras instituições são pagas e não tem tanto respaldo quando se faz um curso pela UAB conveniada com a UECE, bem conceituada e pública.

Durante a entrevista com os alunos percebeu-se respostas interessantes, entre elas a da aluna *Maria 3* (aluna do Curso de Administração Pública).

Quando resolvi retomar meus estudos estava cansada, com uma filha de 04 anos e cuidando da minha mãe idosa e enferma. Não tive oportunidade de fazer o nível superior após o ensino médio, mas sempre tive o desejo de fazer uma faculdade presencial. Quando surgiu a UAB aqui em Mauriti achei legal e vi que dava para fazer um curso a distância e continuar cuidando de minhas responsabilidades. Meu esposo concordou em me ajudar com nossa filha e 'mainha', quando tivesse os encontros presenciais. Desta forma tive um bom incentivo e fui fazer minha inscrição no vestibular, após 16 anos que havia concluído o ensino médio (fala da Maria 3, aluna do Curso de Administração Pública).

Nota-se que essa aluna teve uma oportunidade que muitos vêm em relação à modalidade EAD, ser pública e se localizar na sede de seu município. Outros relatos importantes foram dos: ex-aluno *José 3*, que falou “Como trabalho na área de vendas no comércio local de Mauriti e a única universidade ficava a 90km, ficando inviável para mim, vi na UAB a oportunidade de trabalhar e estudar”; do ex-aluno *Francisco 2*, que falou “Por ser uma modalidade de graduação mais prática, e como na minha cidade não possuía uma Universidade, teria que me deslocar todos os dias para Juazeiro do Norte, como muitos estudantes daqui fazem. Sem falar na autonomia que temos de estudar organizando meu tempo e onde eu quiser”; do ex-aluno *Francisco 4* (ex-aluno de Licenciatura em Computação e tutor presencial), que hoje é tutor presencial no Polo, e acentuou em sua fala o bom conceito da UECE, em que disse: “Primeiramente, era a área de Computação a que desejava estudar. Segundo, um curso superior gratuito, em uma instituição renomada, era uma oportunidade inédita no meu município”; do ex-aluno *Francisco 5* e da *Antonia 4* (aluna do Curso de

Administração Pública), ressaltando, respectivamente, algumas vantagens da modalidade EAD.

Escolhi os cursos da UAB, primeiro pela disponibilidade de tempo devido ao meu trabalho. E, também, os cursos EAD nos dar a oportunidade de nos qualificarmos, de tornamos profissionais capacitados, e assim desenvolvermos melhor nosso trabalho. É uma chance para quem não tempo disponível para cursar uma faculdade presencial (fala de Francisco 5, ex-aluno de Licenciatura em Matemática).

Bom, sempre tive vontade de fazer uma graduação, porém na cidade onde moro não dispõe de universidades, tem que se deslocar para outras localidades como Juazeiro do Norte ou Crato, sempre trabalhei e meu horário de trabalho não era compatível. Porém, quando soube que em Mauriti havia um Polo UAB, fiquei muito entusiasmada, e assim, fiz a inscrição no vestibular e passei. Um dos motivos da escolha do curso de graduação da UAB foi o método de ensino, a flexibilidade no horário de estudo, como também a facilidade que temos em ter acesso aos conteúdos, e não podendo esquecer-se de mencionar o custo benefício (fala Antonia 4, aluna do Curso de Administração Pública).

Temos, também, dois alunos, *Maria 1* e *José 4*, que já eram graduados, e fazem ressalvas em suas falas, com relação a isto, e também comentam como foi cursar em outra localidade para se qualificar.

Queria fazer outra graduação, me qualificar mais, mas o fato de estar sem estudar há um tempo e trabalhar o dia todo como professor em uma escola do município, e não ter tempo para frequentar outro curso presencial, foi o que me levou escolher a UAB. Fiquei curioso em experimentar a modalidade à distância, visto que já tinha outras graduações concluída no ensino presencial: Licenciatura em Biologia que fiz em regime especial pela URCA, pela Fundetec, que no início era da UVA e depois Fundetec, que era pago, e Licenciatura em Filosofia pela UFC, que foi quando houve a política de descentralização e expansão da UFC, onde o Cariri ganhou um Campus da UFC. Ambas entrei na forma de vestibular e cursei na região do Cariri, para ambas precisava de tempo e me deslocar (fala José 4, aluno do Curso de Administração Pública).

Maria 1, aluna atual e Secretária de Educação, falou: “Minha maior motivação foi a oportunidade de cursar uma segunda graduação podendo organizar tempo e horário sem prejudicar minha vida profissional e familiar. Sou professora graduada em letras, pela UVA no Cariri, e tinha um sonho de cursar outras graduações. Esse sonho hoje é real a partir da UAB”.

A modalidade EAD, somada a UAB, dá oportunidades para quem, até então, não havia como cursar uma graduação presencial no município de Mauriti, bem como oportunizou o ensino superior para aqueles que gostariam de fazer outra graduação em sua localidade. A modalidade EAD e o sistema UAB permitiu incluir o aluno e flexibilizar seus estudos, além de desenvolver outras habilidades. Além disso, também, tem custo reduzido (menos gastos com materiais didáticos, logística, energia local, manutenção física menor), tanto para o gestor quanto para o aluno, e pode ofertar uma variedade de cursos, quando há estrutura suficiente.

Observa-se que, em outros estudos temos uma perspectiva parecida com os entrevistados do Polo UAB de Mauriti, pois a modalidade EAD abre caminhos e oportuniza pessoas para estudar.

Mota, Sousa e Santos (2019), em sua pesquisa, chegaram à conclusão de que os alunos argumentaram que a modalidade EAD é fácil e prática, além permitir um aprendizado, por meio das condições geradas, e que não é inferior ao da educação presencial. Além disso, eles afirmaram a importância da autonomia discente, pois os indivíduos podem montar uma rotina de estudos que proporcione a compreensão dos conteúdos trabalhados no decorrer do curso formativo, buscando a troca de saberes entre os pares através dos ambientes de aprendizagem.

Para esses autores, a modalidade EAD difere da abordagem presencial em questões relacionadas à presença física em sala de aula diariamente (professor e aluno), como também, em aspectos relacionados à aprendizagem apresenta potencialidades que dependem do interesse pessoal do indivíduo. Assim, o aluno da modalidade EAD deve ter uma rotina de estudos que se adeque às suas especificidades, de forma a participar da construção de seu próprio conhecimento e buscar a aprendizagem constante (MOTA, SOUSA e SANTOS, 2019).

O sistema UAB através da modalidade EAD oferta cursos técnicos, de graduação e especializações públicas, oportunizando tais formações de forma inclusiva às pessoas que não tinham condições de fazer um curso superior, e transformando a vida de quem permanece no curso, qualificando-as, destacando-as na sociedade local e atribuindo *status*, além de impulsioná-las a quererem ir além aos seus propósitos pessoais e profissionais.

A modalidade EAD direciona o aluno a focar seus propósitos, pois caso o aluno não se encaixe no sistema de ensino, ele logo evadirá e tomará outro rumo. E o aluno que fica e conclui, tem uma evolução pessoal que a modalidade EAD proporciona: a motivação para querer aprender, independente de espaço físico e aulas presenciais. Assim, a modalidade EAD direciona o aluno a construir seus próprios métodos de aprender, propiciam outros a fazerem uma segunda graduação, melhora a logística para estudar. Além do que, os cursos ofertados pelo Sistema UAB pelas IES bem conceituadas, dão ao aluno mérito e *status* em suas localidades, isso dito por eles durante as entrevistas.

4.5 A perspectiva dos participantes sobre o processo de inclusão gerada através do Polo da UAB

Durante a entrevista, Coordenadores, tutores e alunos, traduzem em suas respostas a oportunidade de cursar e de ter uma graduação em seu município, visto que até então não havia essa possibilidade, ainda mais sendo pública. Além disso, desenvolvem-se outras habilidades até então desconhecidas pelo aluno.

Na fala dos Coordenadores, *Quim e Orlandina*, o Polo Presencial UAB em Mauriti, permitiu acesso ao ensino público e de qualidade, e contribuiu de forma efetiva na inclusão daqueles que não tem ou nunca tiveram oportunidade de ingressar em um curso superior, devido às condições financeiras, ou por morar distante dos grandes centros, onde se encontra a maioria das ofertas de cursos superiores.

Com relação aos tutores, vimos que muitos deles foram alunos do Polo Presencial UAB em Mauriti, e que hoje tem a oportunidade de contribuir com sua aprendizagem e ver o outro lado, que é o da participação e atuação na tutoria presencial.

Quando se perguntou o que levou a ser tutor presencial da UAB em seu município, e como é ou foi sua experiência, tivemos respostas convenientes. O *Tutor 1* falou: “A oportunidade de participar de uma educação superior como agente facilitador da aprendizagem, e também pela “bolsa”, que já é mais uma ajuda no orçamento. Já sou tutor há dois anos e a experiência tem sido muito boa.”

Com relação à bolsa que o *Tutor 1* falou ela é concedida pela CAPES no valor de R\$ 765,00 (setecentos e sessenta e cinco reais) para atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do sistema UAB, sendo exigida formação de nível superior e experiência mínima de 1 (um) ano no magistério do ensino básico ou superior.

Atualmente, a bolsa não é o maior incentivo para fazer parte da equipe pedagógica da UAB. A maior motivação é a experiência adquirida como bolsista e sentir que está contribuindo para a educação superior de alguma forma.

O ex- *Tutor 2* apontou que o desafio de ser tutor UAB e colaborar com seu Polo de formação é o benefício maior: “O que me levou a ser tutor presencial foi o desafio de trabalhar no local onde consegui fazer meu curso superior pelo Polo UAB, e também o reforço no orçamento. Atuei por 18 meses e foi uma experiência ímpar, conhecendo e trocando experiências com alunos e professores”. O atual *Tutor 3* falou que é uma enorme satisfação ter sido aluno e agora ser tutor, ou seja, fazer parte da equipe.

O desejo de participar como colaborador de um projeto que atuei, inicialmente, como aluno. Além de colaborar na formação de outras pessoas e da sociedade local, isso me traz satisfação como pessoa e como profissional. Já atuo como tutor no Polo

há 03 anos. Como já fui aluno do programa e tinha contato frequente com meu tutor, já tinha certa noção de como seria a experiência. Contudo, após meu ingresso como tutor, muita coisa nova surgiu, vivenciei novas experiências, convivi com pessoas exemplares e sérias. E, no tocante ao relacionamento com os alunos, sempre tivemos facilidade de comunicação e recebo muitos relatos de satisfação, a principal motivação que justifica a existência e participação no projeto (fala do Tutor 3).

O *Tutor 4* trouxe em sua fala outras experiências tidas no Polo Presencial UAB em Mauriti.

Eu já tinha uma experiência pela rede e-Tec Brasil onde fui tutor do Curso Técnico em Meio Ambiente, no mesmo período ingressei como aluno do Curso de Administração Pública no Polo UAB, em 2010. Depois que concluí o curso surgiu a oportunidade de fazer uma seleção para tutor do mesmo curso em 2017, fiz e passei. Já sou tutor há 03 anos e tem sido uma experiência boa, devido o contato com pessoas que estão fazendo uma graduação, ajudando, auxiliando nas tarefas e no dia a dia do curso (fala do Tutor 4).

Esse tutor 4, meu amigo e professor, teve sua trajetória marcada pelo sistema UAB, foi aluno, tutor e atualmente Coordenador do Polo de Apoio Presencial de Mauriti. Um exemplo positivo, que nos mostra quando há empenho do aluno dentro do curso ele obtém êxito em sua carreira profissional.

A ex- *Tutora 5* respondeu de forma positiva sua experiência como tutora.

Fui tutora presencial das turmas de Administração Pública de 2010 e de 2014. Escolhi ser tutora do curso, pois me interessei pela área pública, também tem a questão da bolsa que completa a renda. Tive uma experiência excelente como tutora. Passei a ter outra visão da educação, pois venho do meio jurídico, que é totalmente diferente da educação. Por conta da tutoria, fiz uma Especialização em EAD, também me identifiquei muito com os procedimentos utilizados. O melhor pagamento de tudo é ver a evolução dos alunos, pois vivemos numa cidade pequena e rural onde não se tem acesso fácil ao ensino superior. O único acesso que eles têm ao ensino superior público é através do Polo Presencial da UAB no município. Também, quando foi ofertado no Polo o Curso de Especialização em Gestão Pública resolvi fazer (fala da ex-Tutora 5).

Essa amiga, ex-tutora 5, outra pessoa dedicada, e paralelamente advogada, formada em direito em outra faculdade não local, especializada em Gestão Pública pelo sistema UAB no próprio Polo de Mauriti, tutora presencial, e bem conceituada pelos alunos, professores e coordenadores, é outro exemplo de melhoria e participação positiva dentro do sistema UAB.

A universidade tem uma função democratizadora, pois ela norteia o processo sistemático da educação em todo o mundo, de acordo com Schwartzman (2013). O direito à educação é um direito cidadão. O sistema educacional e, principalmente a educação superior, teriam por função oportunizar a todos igual participação nos espaços sociais. Essa oportunidade, gerada pelo sistema UAB, insere os atores participantes dentro desses espaços

sociais, tornando-os colaboradores com o processo educacional, tanto diretamente quanto indiretamente.

O relato dos tutores mostrou como foi importante sua inserção nos cursos da UAB, como aluno e como tutor, posteriormente. O Polo UAB tem sido importante em Mauriti, fomentando tanto a economia local, como capacitando profissionais para contribuírem como atores participantes no próprio Polo UAB. O Polo cria uma comunidade de pertença e identidade local com a instituição, ao mesmo tempo integrando os atores envolvidos no processo educacional (alunos, tutores, coordenador e demais colaboradores).

Para a CAPES, uma das maiores vantagens da UAB é levar a educação superior para regiões distantes colaborando com o desenvolvimento local.

[...] em locais distantes e isolados, incentiva o desenvolvimento de municípios com baixos IDH e IDEB. Desse modo, funciona como um eficaz instrumento para a universalização do acesso ao ensino superior e para a requalificação do professor em outras disciplinas, fortalecendo a escola no interior do Brasil, minimizando a concentração de oferta de cursos de graduação nos grandes centros urbanos e evitando o fluxo migratório para as grandes cidades (CAPES, 2015).

No que se refere aos alunos, podemos observar que o processo de escolha por qual curso fazer se deu por proximidade aos seus anseios ou ao trabalho que exercem. A maior parte deles respondeu que por não ter muitas opções de graduações no Polo de Mauriti, ficou restrito a escolha, e esta se deu pelo que mais se aproximava do que almejava em sua vida profissional. Eis, porque é tão importante saber as necessidades locais para a oferta dos cursos, e isso deve ser feito em conjunto com a comunidade, Polo e IES.

A aluna *Maria 1* afirmou durante sua entrevista que seria um complemento a sua carreira: “Minha escolha se deu a partir do curso ofertado de Administração Pública. Como já havia passado em alguns setores do serviço público, quis conhecer através da teoria a prática vivenciada”. A aluna *Maria 2* (*aluna do Curso de Administração Pública*) falou que era um sonho realizado: “Um sonho de infância. Desde muito cedo já fazia planos de cursar uma graduação de Administração, porém as condições financeiras da família não permitia, além do difícil acesso, cursos de Administração só tinha em Juazeiro do Norte. A UAB trouxe a oportunidade de realizar esse sonho, e cá estou quase terminando meu curso, com êxito”.

Observou-se, também, que alguns não se identificaram com cursos na área de educação. A aluna *Maria 3* respondeu que não queria a área da educação: “Os cursos que estavam disponíveis eram licenciatura e bacharelado, então optei por bacharelado em Administração Pública, pois não tinha vontade de ser professora. Sempre gostei de administração e me identifiquei com o curso, e, já estou quase a finalizá-lo com bastante

aprendizado e êxito”. O aluno *Francisco 1* falou que escolheu o curso por ser confiável: “Escolhi a UAB, por ser confiável, pois ela está pelo país inteiro, e auxilia bastante as pessoas que não estão em boas condições financeiras para estudar particular”.

Outros se identificaram com a modalidade e com o curso escolhido. O ex-aluno *José 1* falou da modalidade EAD: “Na realidade já tinha tentando me encaixar em faculdades presenciais, porém não obtive êxito, já a modalidade EAD através da UAB vem com proposta e modelos que me identifiquei, e a escolha pelo curso de Licenciatura em Química veio pela questão de afinidade com a área de química”.

O ex-aluno *José 3* viu uma oportunidade: “Sempre gostei da área de tecnologia e vi no Curso de Informática, oferecido pela UAB a oportunidade que tive em uma área que admirava”. A aluna *Antonia 3* afirmou ser um sonho também: “Eu sonhava em cursar Administração Pública, assim agarrei a oportunidade que surgiu em Mauriti. Basicamente gosto de relações humanas, de resolver problemas e propor solução para o bem público comum. Gosto de lidar com as comunidades e interesses públicos. Tudo isso me influenciou no processo de escolha do curso”.

O aluno *José 4* optou por outro curso sem ser licenciatura: “Durante a divulgação dos cursos, analisei o que não era licenciatura, pois já sou licenciado em Biologia e Filosofia. Então escolhi o curso de Bacharelado em Administração pública, que é uma área que me chama atenção e com certeza contribuirá para minha atuação na área da política, a qual eu pretendo seguir”.

A implantação dos cursos em Mauriti se deu como o interesse da Prefeitura junto com a Secretaria de Educação de Mauriti, de acordo com a necessidade local. A ideia inicial era capacitar professores, a fim de atingir as metas do PNE. Depois suprir as necessidades daquele município em termos de capacitação em outras áreas.

Observa-se que, 74% dos alunos entrevistados, ou seja, 14 alunos, disseram que tinham afinidade com o curso escolhido. Assim, os cursos ofertados no Polo são, de certa forma, compatíveis com os interesses dos participantes da entrevista.

Alguns responderam que escolheram o curso que mais se aproximava de seus anseios, por não ter muitas opções durante a inscrição do vestibular. Outros escolheram por confiar na UECE e no Sistema UAB, e que já tinha conhecimento de que os cursos são público e de qualidade.

Costa Jr.(2018) em sua pesquisa “A avaliação da qualidade dos cursos UAB sob a perspectiva dos alunos: uma proposta do modelo avaliativo de demanda” considerou importante avaliar as peculiaridades regionais onde se pretendeu inserir os cursos UAB. Para

ele, a cultura, a economia local, o número de habitantes, a expectativa da comunidade sobre determinado curso, são premissas que devem ser consideradas por se tratar de informação estratégica e gerencial dos cursos. Em sua pesquisa, ele observou que a oferta de cursos na perspectiva dos alunos deveria ser de acordo com as necessidades locais, e para isso deveria abrir consulta pública com a população local do município.

De certa forma, o sistema UAB via modalidade EAD, está cumprindo suas metas iniciais, e atingindo outras áreas necessárias para as regiões onde está inserida, mas para manter esse aluno dentro desse processo é necessário oferecer suporte para sua permanência, com medidas de apoio pedagógico, psicológico e financeiro, permitindo ao estudante desempenho como aluno e como cidadão (MEDEIROS, 2005).

Bem como aconteceu com os tutores, que foram se inserindo no processo como alunos e depois fazendo parte dele como colaboradores, o aluno após escolher seu curso e permanecer nele, entra para esse processo de colaboração social em seu município. Esse fazer parte do processo insere o aluno como ser ativo social. Alguns alunos passam a ser bolsistas, monitores, criam grupos de estudos e participam de simpósios e feiras universitárias. Outros, colaboram, direta ou indiretamente, em sua região com a aprendizagem adquirida nos cursos.

Silva (2011) complementa que a modalidade EAD, para ser mais inclusiva, pode ser combinada com estratégias que abranjam aspectos socioeconômicos, origem, preconceitos de raça, gênero, idade, deficiência física, entre outros. Além disso, ela acredita que a modalidade EAD favorece alunos distantes dos grandes centros educacionais, oferece uma nova alternativa de formação aos portadores de necessidades especiais, soma esforços na tarefa de formação do país e vai além da capacidade física das instituições convencionais de ensino. Ela, também, afirma que a educação e a modalidade EAD, seja uma alternativa viável, porém desassociadas de outras ações, perde seu potencial.

Dentro das percepções dos entrevistados sobre a inclusão que o sistema UAB gerou ao se implantar num município distante, e que até 2009 não havia cursos superiores ofertados no local, é bastante interessante, pois não se trata apenas de graduar e capacitar pessoas, mas, também, trata-se de incluir pessoas dentro do processo social de participação e colaboração.

Observou-se, também, alunos tornando-se tutores, independente do valor da bolsa; alunos fazendo outros cursos e se interessando pela modalidade EAD; coordenadores percebendo o crescimento profissional e pessoal do aluno, e a devida importância do Polo UAB para seu município; tutores falando da importância de fazer parte do processo de ensino EAD via sistema UAB, tanto para o currículo quanto para sua vida; e, o entendimento da

importância do Polo UAB para o município, sendo vislumbrada pelos participantes do sistema UAB.

4.6 Percepções pessoais, acadêmicas e profissionais da modalidade EAD e do Polo de Apoio Presencial da UAB em Mauriti como política pública

A modalidade EAD veio com a vantagem de alcançar a todos, de chegar mais longe. E, assim a política pública do sistema UAB através da modalidade EAD se expandiu com o tempo: ofertando de cursos de formação continuada para graduações e pós-graduações. Além disso, o sistema UAB é acessível, inclusivo e qualificativo, servindo para atingir a meta de interiorização e democratização do acesso à educação superior prevista no PNE, e, principalmente aumentando a oferta de ensino público e gratuito no país.

Ao se indagar sobre a acessibilidade, processo de inserção educativo e profissional durante as entrevista, tivemos relatos diversos e interessantes.

Quando se indagou aos Coordenadores, como eles analisavam a formação acadêmica adquirida pelos alunos, após a implantação do Polo da UAB, eles falaram que ao iniciar o curso há uma grande evasão de alunos, pois nem todos se adaptam a modalidade EAD, ou realmente não querem cursar um determinado curso ofertado, visto que não são muitas opções. Para eles, aqueles que permanecem no curso, passam por uma boa formação e todos estão ligados à UECE, que tem um excelente acompanhamento pedagógico, ou a outra IES.

Além disso, eles apontam que as práticas educativas desenvolvidas nas graduações e pós-graduações no Polo UAB Mauriti têm levado os alunos a uma formação superior de qualidade. Eles, também, afirmaram que para as metas serem alcançadas efetivamente precisa-se de empenho permanente e efetivo da comunidade acadêmica, para consolidar um patamar de excelência.

Considero que, uma aproximação maior em termos de planejamento entre todas as gestões envolvidas (Prefeitura, Polo, IES, alunos, professores e tutores) seriam viáveis para que essas melhorias pudessem ser analisadas e levadas para frente. Podiam ser realizadas através de pesquisas direcionadas aos Polos, bem como conferências com gestores em geral.

No Polo UAB de Mauriti têm alunos com diversas diferenças de idades, com famílias, trabalho integral, que moram em distritos ou em outro município e até em outro estado, e, que muitas vezes não dispõe de tempo para usufruir em sua totalidade de todos os

recursos disponíveis no Polo, como também têm alunos que moram em áreas rurais com muita dificuldade de acesso a internet.

Quando se perguntou para os tutores como eles percebiam o aluno dentro do processo educativo e profissional, eles falaram que muitos agarram a oportunidade com empenho e dedicação, enquanto que alguns estão interessados apenas no diploma.

A fala do *Tutor 3* corrobora com a fala dos Coordenadores.

O público do Polo é bastante heterogêneo. Temos desde jovens, desempregados, recém saídos do ensino médio, até senhores (as) com profissão consolidada, com filhos e netos. Portanto, temos pessoas de diferentes idades, sexo, crença, renda, dentre outros fatores que diferenciam cada aluno. Assim, a forma de ver e de se comportar diante de uma oportunidade também é diferente para cada um deles. Alguns enfrentam a educação como sua única forma de ascensão pessoal e profissional; outros, o enfrentam apenas como uma forma de obter outro nível superior, pois já gozam de um emprego estável. Há ainda, aqueles que necessitam dos resultados produzidos pelo processo de aprendizagem, mas não se integram à modalidade de ensino EAD. Apesar das diferentes posições, os alunos, de uma forma geral, apresentam um bom aprendizado e amadurecimento nas decisões e ações no âmbito profissional (fala do Tutor 3).

A fala do *Tutor 3* mostrou que na modalidade EAD em Mauriti há diversos perfis de estudante, convergindo com as questões da acessibilidade a um curso superior público e da inserção de diversos perfis de alunos. No Polo UAB de Mauriti isso é bem claro, tem do mais novo, que acabou de sair do ensino médio, até aquele que parou de estudar há mais de 15 anos.

Além de acessivo a entrada de estudantes de todas as idades, o sistema é flexivo ao tempo e espaço a critério do aluno, visando à organização do seu tempo disponível para a realização das atividades e acessos as vídeo/aulas e vídeo/conferências. Assim, o estudante tem a responsabilidade de desenvolver suas habilidades e autonomia, mesmo que o tempo e espaço sejam limitados (LIMA e LIMA, 2016).

A modalidade de EAD favorece a formação pela flexibilidade nos horários de estudo e autonomia na aprendizagem, levando-os à conclusão da formação superior. O graduando é autônomo e gestor de seu processo de aprendizagem, além da facilidade no entendimento da linguagem da plataforma de estudos (*Moodle*) utilizada no sistema UAB, que é autoexplicativa.

Para o *Tutor 4* o aluno é peça chave do funcionamento dessas engrenagens. Para ele, o aluno da EAD é aquele que não viu oportunidade de fazer um curso presencial, por falta de tempo, dinheiro e oportunidade, e que viu no sistema UAB a oportunidade de sua vida de fazer um curso superior. Para ele, infelizmente, nem todos se identificam com a modalidade EAD, e acabam desistindo do curso, por não se adaptarem. Contudo, os que ficam mostram

que são capazes para os demais, e, essa realidade de certa forma é superada, ou seja, quando um aluno consegue o grau na sua formatura, é uma vitória e fruto de muita luta, pois a modalidade EAD é realmente tem autonomia para estudar, organizar tempo para conciliar com sua vida pessoal e profissional, e por fim se qualificar, construindo novos saberes e colaborando com o que aprendeu durante o processo de ensino-aprendizagem. De certa forma, a modalidade EAD acaba sendo excludente, pois nem todos estão preparados para este tipo de ensino-aprendizagem.

A fala da *ex-Tutora 5* demonstrou satisfação e tristeza, pois seus alunos da Turma de 2010 deram inúmeras alegrias, mas da Turma de 2014, nem tanto. “Tinha alunos com bastante dificuldade, que não conseguiam nem se expressar e não tinham uma boa escrita, e com o tempo conseguiram se desenvolver para sua vida profissional e pessoal”. Para ela, esses alunos mudaram os destinos de suas vidas através da EAD. Já, quando ela relatou da Turma de 2014, mostrou tristeza, pois a turma era desinteressada, e teve muitas mudanças na trajetória, desde a gestão ao processo didático ocasionada pela UAB. Para ela o processo educativo na Turma de 2010, foi mais bem conduzido, em especial pela coordenação, pois a equipe (coordenação, os professores e os tutores) estava sempre com a mesma visão e objetivo. Para ela, na mudança da Turma de 2010 para a Turma de 2014, houve mudança na gestão, o material didático não chegava e houve uma grande dificuldade para os alunos, e se cursava uma disciplina uma após outra, ficando tudo muito apertado quanto ao tempo para estudo dos alunos. Até que num determinado momento, a nota do curso começou a cair, a coordenação se desesperou e jogou a responsabilidade para os alunos. Para a *ex-Tutora 5*, é importante que toda a equipe esteja em consonância no trabalho desenvolvido, pois se isso não acontece não se consegue desenvolver a aprendizagem dos alunos.

Muito importante foi a fala da *ex-Tutora 5*, pois ela vem acompanhada de alguns obstáculos que a EAD no sistema UAB vem sofrendo. O planejamento pedagógico com cortes de verbas fica complicado, e acaba que o aluno daquele Polo Presencial é afetado. Essas dificuldades em gerir a política pública diante do não investimento nela, atingem a gestão dos cursos, a equipe pedagógica, as ferramentas de trabalho, e cai a qualidade do curso, que resulta em nota baixa do curso no ENADE e nas avaliações do Polo. Por isso, é importante a continuidade de investimentos direcionados e avaliados da política pública UAB, para que ela se mantenha num patamar de qualidade e cumpra com seus objetivos.

É importante manter um padrão de gestão e qualidade nos cursos na modalidade EAD, pois diferente do presencial, recorre-se as TIC's diretamente. Em Mauriti a conexão em rede é provida através do apoio da Prefeitura e dos governos Federal e Estadual, com a

implantação da rede de fibra óptica contemplados pelo programa "Cidades Digitais", do governo federal, que aproveitou a infraestrutura existente Cinturão Digital.

Alves (2017) demonstrou que o acesso à internet nos Polos UAB da região amazônica é, também, feito através da adesão ao Cinturão Digital, e que, sem o quesito de acessibilidade a redes de internet, a política pública UAB não pode ser implementada.

Quando se indagou sobre o acesso dos alunos ao Ambiente Virtual de Aprendizado (AVA), que na UAB é denominado *Moodle 3.0*³², utilizado como ambiente virtual de estudos, 95% disseram que tem acesso em casa, através de seus celulares, *notebooks* e *PC's*. Apenas a aluna *Maria 2* relatou que logo no início do curso estudava em uma *lan-house*, mas como seu horário de estudos sempre foi à noite se tornava muito complicado, então ela precisou se organizar e ter suas próprias ferramentas para estudar em casa.

Dentro dos relatos falaram que o Polo dispõe de computadores e acesso à internet, mas tem a questão do deslocamento para o Polo e o tempo. Por isso, a maioria acessa a partir de casa, e vão Polo só quando necessário nos encontros presenciais e nos grupos de estudos.

Durante a entrevista, procurou-se saber se houve alguma mudança na vida pessoal e profissional do aluno, e foi pedido para ele descrever o que mudou. Dos entrevistados, 100% disseram que houve mudanças na vida pessoal, profissional, familiar, e no seu meio social.

Alguns aspectos apontados semelhantes às falas dos colegas foram: que alguns voltaram a estudar, a ler, amadureceram as ideias, aprimoraram os conhecimentos, mantiveram-se no emprego, passaram a ser valorizados no mercado de trabalho, apareceram novas oportunidades, tiveram novos olhares na organização do ambiente de trabalho e na valorização dos colegas colaboradores, novos hábitos, passaram a tomar decisões mais precisas, saírem da zona do conforto e encarar novos desafios.

A aluna *Maria 1* relatou que houve mudanças em sua vida, pois ao iniciar o curso, estava vivendo uma experiência de Presidente do Sindicato dos Professores de Mauriti e prestando serviço na Câmara Municipal de Mauriti. No 4º semestre do curso de Bacharelado em Administração Pública, ela foi convidada para assumir o cargo de Secretária de Educação.

³²A plataforma Moodle é uma sala de aula virtual onde o aluno tem a possibilidade de acompanhar as atividades do curso pela internet. O aluno terá acesso à plataforma com uso de um usuário e uma senha pessoal. O Moodle pode ser acessado em qualquer computador com internet. Ele é a principal plataforma de sustentação das atividades. É através dele que o usuário poderá ter acesso aos conteúdos disponibilizados pelos professores, além de postar atividades, debater o tema em fóruns de discussão, tirar dúvidas via mensagens, entre outros recursos. Disponível em: <http://www.uece.br/cmepes/index.php/ambiente-virtual-de-aprendizagem-moodle>. Acesso em: 12 jun.2020.

E, ela viu na sua graduação o apoio diante de muitos desafios inerentes ao cargo, com o que ela aprendeu e, somado a suas vivências, pois conseguiu realizar um grande planejamento financeiro e estrutural em toda a rede de ensino municipal, cujo objetivo foi permitir que os profissionais da educação recebessem seus vencimentos conforme prevê a lei municipal (até o quinto dia útil do mês subsequente), situação que não era vivenciada pelo município de Mauriti desde 2015:

Tenho um grande orgulho de fazer parte desse curso de graduação da UECE através da UAB, pois ele também foi capaz de mudar minhas concepções acerca do ensino a distância, permitindo que eu enxergasse além. Houve também mudança em minha postura familiar, pois sou a mulher que consegue ser esposa, mãe, religiosa, participar de pastoral, professora (minha profissão) e assumir por um período o cargo de secretária e ainda, fazer outra faculdade! Muitos me perguntam como encontro tempo para tantas atividades. Hoje sou uma propagadora desse ensino que cada dia me encanta e visto a camisa (fala de Maria 1, aluna do Curso de Administração Pública).

A aluna *Maria 2* falou que teve de conciliar sua vida pessoal com sua rotina de estudos, pois para ela, apesar de ser flexível a modalidade a distância, necessita que o aluno tenha disciplina e organização. Em sua fala disse: “Na vida profissional, sinto que evoluí, no sentido de ética profissional, administração de tempo, organização, postura como profissional, modo de falar e de me posicionar diante das situações, e a forma de compreensão e o raciocínio tornou-se mais ágil”.

A aluna *Maria 3* falou que tanto na vida profissional como na pessoal sentiu mudanças. Pelo lado pessoal, na questão do tempo, ela tinha que conciliar estudo e família, pelo lado social, ela interagiu com outras pessoas e trocou experiências importantes para o crescimento intelectual e social. Em sua vida profissional teve um impacto quando trabalhava no setor público, pois com os conhecimentos adquiridos no curso de Administração Pública, ficou mais fácil dela compreender a organização do setor e conseguir muitas informações necessárias para um maior conhecimento na administração pública. Disse: “Foi excelente a experiência vivenciada naquele setor”.

O ex-aluno *José 1* falou que deve ao curso de Licenciatura em Química ser professor em uma escola particular do município e bolsista durante 03 anos consecutivos, permitindo-lhe trilhar uma caminhada para a pesquisa científica. Em sua entrevista, ele disse: “Já no pessoal sempre há melhoras, pois quando se obtém conhecimento, sua visão de mundo vai se transformando”.

O ex-aluno *José 3* falou que houve muitas mudanças, pois já havia terminado o ensino médio há uns 20 anos e teve que readaptar sua vida também aos estudos.

A atual *Antonia 3* respondeu que passou a perceber melhor as coisas e a analisá-las com mais precisão: “Sempre que vou fazer algo, não faço por impulso, primeiro, paro para pensar e reflito se o que vou fazer vai prejudicar-me e aos outros que estão ao meu redor. Além disso, creio que consegui melhorar minha oratória e melhorar a forma que me relaciono com as pessoas”.

O aluno *José 4*, já graduado em duas licenciaturas e professor, falou que houve grandes mudanças em sua vida pessoal. Ele precisou se adaptar a esta nova modalidade de ensino EAD e a que realidade iria se inserir. Ele teve que repensar sua postura como aluno, pois o curso exige muito.

A minha autonomia educacional melhorou em 100%, porque me senti no início como se estivesse sozinho no curso tendo que resolver tudo sem ajuda de ninguém, depois conversando com os colegas e os tutores sobre as angústias, vi que eram as mesmas deles, e fui moldando o meu tempo e criando meu próprio ambiente de estudo em casa. Já fazia isso, mas vi que não era o suficiente para a modalidade apenas estudar, mas também ter automotivação, cronogramas a seguir, dedicação e foco (fala de José 4, aluno do Curso de Administração Pública).

Nota-se que, a inserção desses alunos em curso superior colaborou com suas vidas profissionais, bem como melhorou seu *status* como cidadão ativo em seu município. Verificou-se, também, que o aluno amadurece, melhora sua leitura e oratória, influencia outros, cresce profissionalmente e contribui, diretamente ou indiretamente, para o desenvolvimento socioeconômico do seu município. Além do que, tem-se no Polo Presencial UAB um fator de integração e desenvolvimento regional que contribui para uma maior horizontalização dos circuitos econômicos e culturais locais (CAPES, 2010).

Na comunidade amazônica, a EAD promove a emancipação do ponto de vista comunicacional, pelo uso das ferramentas digitais, em que o aluno consegue se posicionar como sujeito do seu próprio discurso e de suas próprias ações, fazendo com que cumpra seu papel social. Além disso, o ingresso de um curso superior promove o aluno na sua família, na sociedade e no campo profissional, colaborando com o desenvolvimento humano e econômico do seu local (ALVES, 2017). Ainda dentro de sua pesquisa, Alves (2017) afirma que a EAD se faz necessária e transforma vidas, além disso, a UAB tem levado projetos sociais ao local onde está inserida, junto com as IES, através do ensino, pesquisa e a extensão.

Em todos os exemplos mencionados na pesquisa de Alves (2017) nas regiões amazônicas, notou-se o reconhecimento e a legitimação da UAB por parte dos envolvidos (alunos, coordenadores, tutores e familiares), como nova instância institucional no campo acadêmico, contemplando questões de hierarquia, de lutas, de espaços e de agentes na transformação do capital cultural em campo político e social.

Observa-se, então, que o sistema UAB vem se constituindo em algo muito maior que um programa provisório de expansão do acesso ao ensino superior, pois se vem constituindo como espaços nos cenários das políticas públicas para educação, não só como uma política atual, mas com indicativos e perspectivas de expansão pelo próximo decênio, onde se prevê uma expansão, tanto em sua abrangência territorial, quanto na sua ampliação para os níveis de ensino técnico de nível médio e pós-graduação *lato e stricto sensu* (PINTO JR. e NOGUEIRA, 2014).

Para que isso se concretize é necessário que se avalie a política também a partir da visão de seu usuário final, e não só do ponto de vista do gestor (União).

Assim, considero importante avaliar o Programa UAB, analisar onde se encontra seus reais gargalos, a partir dos olhares do campo, ou seja, são importantes os relatos dos coordenadores, tutores e alunos, para que a política pública Programa UAB possa ser avaliada e realinhada aos interesses e necessidades de seus usuários finais e colaboradores.

Guba e Lincoln (1989) propuseram a avaliação construtivista responsiva para avaliar políticas públicas. Este tipo de avaliação visa dar voz ativa à experiência dos atores envolvidos, direta ou indiretamente, afetados pelos resultados ou produtos de uma política, ação ou programa. Portanto, a partir dos participantes diretos da política poderia se ter um retorno através de pesquisas avaliativas sobre a política pública onde está inserida.

Conforme Mynayo (2009), para saber se a política está sendo bem conduzida ou seus objetivos alcançados, são necessários indicadores e parâmetros capazes de sinalizar a realidade, que permita dar maiores subsídios à atuação dos profissionais envolvidos na implementação e operacionalização da referida política pública. Logo, o paradigma construtivista é apropriado à tarefa de estabelecer o diálogo entre os envolvidos, sugerindo indicadores avaliativos da política pública (GUBA e LINCOLN 1989, 2001).

4.7 Dados de desenvolvimento social, econômico e educacional apresentados pelo Município de Mauriti

De acordo com o Mapa do SEMESP (2020), a presença de IES é sentida no Produto Interno Bruto (PIB)³³ e no IDHM dos municípios. Então, nas Tabelas 8 e 9 temos um comparativo do PIB de Mauriti antes e após a implantação do Polo Presencial da UAB em 2009

³³Os resultados do PIB dos Municípios permitem identificar as áreas de geração de renda, produzindo informações que captam as especificidades do País. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>. Acesso em: 12 jun.2020.

no município. Observa-se que o PIB per capita vem crescendo no município, conforme ver Gráfico 13, e que Mauriti ocupa a posição 108º no *ranking* do PIB no Ceará.

Gráfico 13 - Curva histórica do PIB no município de Mauriti (2010 a 2017)



Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo, 2017.

O que mede o PIB é a produtividade, que é a capacidade de produzir mais com o mesmo número de trabalhadores. Quando eles são qualificados, produzem mais, aumentando o potencial de crescimento da economia, a geração de emprego e renda. Isso significa que, pessoas qualificadas são mais eficientes, e que a educação intervém diretamente nisso.

Conforme Tabelas 8 e 9 observa-se uma aumento no PIB de Mauriti, devendo-se à vários fatores, e inclusive à educação escolar.

Tabela 8 - Produto Interno Bruto *per capita* em Mauriti (2010)

PIB per capita por Município e Ano		
Município: 230810 Mauriti		
Período: 2010		
Município	2010	Total
230810 Mauriti	4239,78	4239,78
Total	4239,78	4239,78

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo, 2010.

Tabela 9 - Produto Interno Bruto *per capita*em Mauriti (2017)

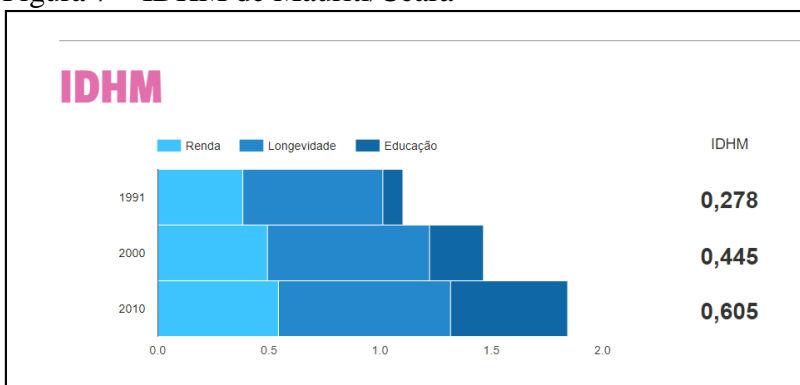
PIB per capita por Município e Ano		
Município: 230810 Mauriti		
Período: 2017		
Município	2017	Total
230810 Mauriti	7971,96	7971,96
Total	7971,96	7971,96

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo, 2017.

Conforme vemos nas duas tabelas 8 e 9, temos um aumento do PIB do município de Mauriti, de 4329,78 em 2010 para 7971,96 em 2017, que é influenciado, também, pela educação local.

Já o IDMH do município de Mauriti, conforme Figura 7, página seguinte, é 0,605, o que situa esse município na faixa de desenvolvimento humano médio (IDHM entre 0,600 e 0,699), ocupando a 4029ª a nível federal. E que, de acordo com a Associação dos Municípios do Estado do Ceará (APRECE), esse índice em 2018 se elevou para 0,646.

Figura 7 – IDHM de Mauriti/Ceará



Fonte: PNUD, Ipea e FJP, 2010.

Tanto o PIB quanto o IDHM são influenciados pelo quesito educação. Observa-se que, ao se implantar a educação superior no município influenciou na melhoria desses índices, direta ou indiretamente. De acordo com o PNUD (2019), o IDHM do país, entre 2012 e 2017, teve um destaque positivo, devendo-se isso à educação e à longevidade. Esses índices são indicadores para as metas que o país deve atingir até 2024, no PNE.

Para Alves (2017) mesmo o sistema UAB sendo uma política *top down* (política implementada de cima para baixo), ela dialoga com o local onde está inserida, atendendo as demandas de formação de cada região, ofertando cursos de graduação, aperfeiçoamento, pós-

graduação e técnicos, além do que contempla as necessidades locais de onde está inserida. Em, seus estudos em Polos nas regiões da Amazônia, ela confirmou isso nas entrevistas com os participantes, que traduziram em suas falas a qualidade de vida alcançada e bem-estar vivenciado.

Em Mauriti, observa-se, que a política foi implementada a partir do interesse da Prefeitura em capacitação de professores e melhorias de índices locais.

4.7.1 Resultados alcançados com a implantação do Polo Presencial UAB em Mauriti

Ao relacionar a implantação do Polo com os resultados alcançados, os participantes da pesquisa apontaram melhorias provocadas após a implantação do Polo Presencial UAB. A maioria dos participantes ressaltou a importância do Polo UAB quanto ao acesso ao ensino superior e com isso apontaram o aumento de oportunidades de formação em nível superior e qualificação profissional para a população do entorno do Polo e do município.

De acordo com os Coordenadores, a implantação do Polo e inserção dos alunos no ensino superior resultaram em mais professores preparados nas escolas do município, e na qualificação individual dos mesmos para o mercado de trabalho, cada um dando sua contribuição para o município de alguma forma.

Atualmente, eles consideram o ensino superior no município uma importante ferramenta para o desenvolvimento das pessoas e do município. Afirmou o *Coordenador Quim*: “Os alunos que ingressam no ensino superior não só se preparam para uma carreira profissional, como para a vida”.

De acordo com o *Coordenador Quim*, o aluno ao se inserir no ensino superior da UAB, qualifica-se para o mercado de trabalho em áreas relacionadas a educação, administração pública e saúde. Outra importante contribuição é o efeito gerado por pesquisas para o aumento da produtividade, para a solução de problemas locais, aumento do nível geral de conhecimento e de cultura da região.

De acordo com os Coordenadores, a implantação do Polo UAB, gerou empregos e novos empreendimentos como hotéis e pousadas, bem como a movimentação de transportes diversos. A implantação foi capaz de inovar e modificar o desenvolvimento das forças produtivas no tocante as áreas da economia no município, através da qualificação dos profissionais que saem preparados do Polo, tornando o município uma referência regional.

Quando se voltou à mesma ideia de possíveis transformações na economia local, após a implantação do Polo, para a entrevista com os alunos, obteve-se o seguinte resultado.

A aluna *Maria 1* relatou que a graduação que faz tem uma enorme relevância para o seu município, pois ela está usando o conhecimento aprendido em suas ações enquanto exerce o cargo de Secretária da Educação e cidadã mauritiense. Ela, também, complementa que o Polo desempenha um grande papel na área do conhecimento, pois ela conhece diversos professores e outros profissionais que estão hoje no mercado de trabalho porque tiveram a oportunidade de estudar no Polo UAB de Mauriti. Para ela, o Polo deu oportunidade para os mais excluídos no processo de ensino superior, e agora eles não precisam mais se deslocar para outros municípios, a fim de cursar uma graduação, pois se tem excelentes cursos através do Polo UAB em Mauriti. Ela finalizou sua fala emocionada: “Nossa cultura foi mudada com a chegada da UAB”.

Com a implantação do Polo Presencial em Mauriti muitas coisas mudaram, tanto nos arredores do Polo com o fomento de comércio e pousadas, bem como na procura por qualificação através dos cursos oferecidos. O Polo se torna referência no município, onde a educação superior ocorre e onde são formados cidadãos qualificados para colaborar com o desenvolvimento do município. Assim, o Polo Presencial tem sua relevância no que tange ao desenvolvimento socioeconômico de seu entorno.

Para alguns alunos, os cursos ofertados no Polo Presencial UAB em Mauriti deram mais conhecimento e desenvolvimento, e mais oportunidade profissional.

Para o município, capacitaram profissionais para exercer determinadas funções, de grande relevância no município. Por meio do Polo UAB foi possível a formação de grandes profissionais que colaboram com a gestão do município.

A aluna atual *Maria 3* falou que o curso de Administração Pública, é bastante importante para seu município, pois capacita funcionários que atuam nos setores públicos, e precisam de mais conhecimentos e informações específicas sobre a Administração Pública. Para ela, o Polo de Mauriti tem algumas vantagens: o bom atendimento aos alunos, disposição da coordenação e dos tutores para ajudar o aluno com alguma dificuldade na elaboração e envio de tarefas e equipamentos de informática sempre disponíveis. E, também aponta suas desvantagens na infraestrutura física (não se tem sede própria, mas espaço cedido de uma escola).

A aluna *Maria 4* (aluna do Curso de Administração Pública) ressaltou que o município só ganhou com a implantação do Polo UAB. E que muitos alunos só conseguiram ingressar e ter acesso a um curso superior com a vinda do Programa UAB. Ela não vê desvantagem, pois no seu ponto de vista, o local e o prédio são bons, comparando com outros, e, além disso, o Polo é bem cuidado.

O aluno *Francisco 1* falou que considera o curso excelente e incentiva outros a cursarem nessa modalidade EAD, principalmente para quem não tem tempo de estudar presencialmente. Para ele, o papel da UAB é muito importante, pois pessoas que não tinham condições de pagar um curso ou na modalidade EAD ou na forma presencial, conseguem se inserir numa graduação pública e superior.

O ex-aluno *Francisco 2* durante sua entrevista considerou o Polo UAB de total relevância para sua vida e para o município, pelo fato de estar dando oportunidade de qualificação profissional, melhorias em seu currículo e ampliar suas chances de melhorar de vida através da educação, gerando novos saberes para o município. Para ele, é de fundamental importância o município possuir um Polo UAB em sua sede. Ele não vê desvantagem no Polo UAB, pois este só precisa de uma atenção maior por parte das autoridades competentes no que tange a infraestrutura, mas ele acredita que o principal objetivo o Polo faz, que é de qualificar pessoas.

O Polo Presencial UAB através da educação superior possibilita ao aluno a oportunidade de se relacionar com a instituição ofertante do curso e os profissionais envolvidos, atuando assim como um espaço socioeducativo, que implica em ações diretas para a comunidade local, contribuindo para a expansão do ensino superior no país, e melhor qualificando o município.

O ex-aluno *José 1* ressaltou a importância do Polo UAB em formar e capacitar professores na área de química, pois o município precisava. Para ele, a implantação do Polo UAB em Mauriti trouxe consigo diversos benefícios não só para os filhos de Mauriti, como também para regiões circunvizinhas, possibilitando a chance de inserção no ensino superior pessoas que não tem como se deslocar para outras cidades. *José 1* falou que o Polo deveria ter uma sede própria, mesmo tendo sua estrutura atual boa.

A aluna *Antonia 2* complementou falando que o Polo tem salas amplas, biblioteca, laboratório de informática e bons profissionais que estão à disposição dos alunos, mas, para ela, o que precisa é melhorar a estrutura física do prédio, ser mais ampla e voltada para o ensino superior.

O aluno *José 2* (*aluno do Curso de Administração Pública*) corroborou com as palavras já ditas pelos colegas, mas acrescentou que muitas vezes o fato de ser um curso a distância, deixa a desejar no *feedback* de dúvidas e resposta com a Coordenação da IES do curso e no tempo resposta dos questionamento para com os alunos.

O ex-aluno *José 3* comentou que o Polo contribuiu bastante o crescimento do município, pois era algo inédito haver cursos de uma universidade bem conceituada: “Fez

com que nossa cidade ficasse mais visitada e requisitada para pretendentes a cursos superiores, até de estados vizinhos”. Para ele, é muito valioso o papel do Polo da UAB, pois trouxe profissionais capacitados em diversas áreas de atuação, contribuindo para o progresso do município.

A aluna *Antonia 3* complementou em sua resposta, dando ênfase sobre a importância do Polo UAB/UECE em Mauriti, que vem ajudando pessoas a realizarem sonhos e capacitando várias pessoas para o mercado de trabalho, principalmente, para atuarem em diversos setores do município. Para ela, a modalidade EAD além de dar flexibilidade de tempo, pois muitos trabalham com jornada integral na semana, permite ao aluno fazer a faculdade e manter o emprego. *Antonia 3* ainda comentou que o Polo de Mauriti é bem estruturado, possui biblioteca e dois laboratórios de informática, o que ajuda bastante aquele que não tem internet em casa e que não possui computador:

Outra questão é sobre o deslocamento, vejo que alguns vão fazer faculdade na URCA (Universidade Regional do Cariri) na cidade de Crato, Juazeiro e Missão Velha, a viagem é muito cansativa, os alunos que saem para o Crato, saem de Mauriti às 16h e voltam às 12h, já os que vão para Missão Velha saem de Mauriti às 17h30 chegam lá às 19h00, e muitas vezes vão para assistir 1h e meia de aula, que muitas vezes não contribuem com nada e não traz rendimentos, diferentemente da EAD que tem como vantagem o aproveitamento de tempo, pois os alunos se transformam em pessoas autodidatas, passam a semana estudando pela *internet*, em horários que se adequa a sua realidade, e quando tem os encontros presenciais os alunos já vão preparados, pois o momento é para debates e sanear dúvidas (fala de *Antonia 3*, aluna do Curso de Administração Pública).

O ex-aluno *José 5* salientou a importância do curso de Computação, pois este tem muito a agregar ao município, através de mudanças tecnológicas para uso geral, mudando a forma de interação e novos aprendizados. Entretanto, ele falou que falta apoio ou suporte, para a vontade que se tem de criar ou desenvolver algo novo. Para ele, é importante inserir novos cursos no Polo, pois dariam oportunidades a outras pessoas que optam por estudar fora pela falta de cursos mais específicos e atuais.

Para o ex-aluno *Francisco 4* foi por meio do curso do Polo UAB que ele pode entrar como concursado no serviço público, em um cargo que exigia nível superior. Para ele, o município também é beneficiado pela presença do Polo, pois recebe alunos de diversos municípios e estados vizinhos, movimentando a economia local.

Sob uma perspectiva mais aprofundada, os envolvidos nesse cenário sentem orgulho em fazer parte desse processo e de ter instituições renomadas, unidas em nosso território, com um propósito comum de desenvolvimento social e local, que serve de exemplo e inspira outras pessoas e outros municípios. O Polo UAB exerce papel fundamental no desenvolvimento do nosso município. Sua presença contribui em diversos fatores, desde o simples acolhimento dos alunos, até disseminação do conhecimento de forma mais abrangente aos munícipes. Ele serve como elo entre a população em geral - não só alunos - e as grandes instituições de ensino superior do nosso estado. As vantagens da instalação do Polo são inúmeras, tais como:

aproximação das instituições de ensino à realidade local, captura de valor econômico para o município e nova perspectiva de vida a pessoas menos favorecidas. Não vejo desvantagens. Afinal, tudo que vem para facilitar a ascensão social, pessoal e profissional dos moradores de uma comunidade é válido (fala de Francisco 4, ex-aluno do Curso de Licenciatura em Computação).

O ex-aluno *Francisco 5* destacou a importância e a quebra de paradigmas que envolve a modalidade de ensino EAD. Para ele, o ensino a distância tem muitos paradigmas que precisam ser quebrados, pois muitos pensam que os conhecimentos adquiridos através da EAD não são satisfatórios, devido à forma de como são transmitidos os conteúdos, mas na modalidade EAD existem muitos conhecimentos a serem transmitidos aos alunos, basta que o aluno se interesse e se aprofunde em suas pesquisas. Ele falou: “A equipe da UAB e do Polo sempre nos dar suporte, com professores, tutores presenciais e a distância, onde juntos trabalham com o mesmo objetivo e ensinar, instruir e tirar dúvidas dos alunos”.

Na pesquisa de Alves (2017), nas regiões do Amazônia, foi percebida através da fala da aluna a importância da inserção na educação superior, oportunizada pela UAB:

Sebastiana, 27 anos, egressa Geografia- IFPA, São Sebastião da Boa Vista. Eu trabalhava no comércio por mais de 12 horas, mas agora eu trabalho na escola por 4 a 5 horas por dia. Sou professora e trabalho em um projeto de teatro e dança. Como professora eu ganho um salário muito melhor. Agora eu tenho tempo e condições financeiras para me dedicar em minha formação continuada. Eu estou fazendo pós-graduação semipresencial em Belém (ALVES, 2017, p.168).

Na fala da aluna, demonstra-se o valor intrínseco da educação ao mencionar sua conquista e satisfação pessoal a partir da educação superior. A aluna Sebastiana ainda complementa que ganhou *status* após se inserir no curso.

Para mim, eu tive uma grande mudança em minha vida desde que eu comecei a estudar na universidade (Polo) começando por ser graduada. Uma coisa é ser professora só com o ensino médio, outra é ser professora formada por uma universidade. O *status* é diferente. As pessoas começam a olhar para mim diferente. O reconhecimento vem tanto da sociedade quanto da família. Minha vida mudou em termos sociais e financeiros. Eu sou a primeira da minha família a ser graduada em uma universidade e eu sempre quis estudar. Minhas duas irmãs agora estão pensando em fazer um curso superior. A UAB me deu uma oportunidade de ter uma vida melhor (ALVES, 2017, p.169).

Alves (2017) percebeu em sua pesquisa que o sistema UAB e a modalidade EAD mudam a vida dos egressos de alguma forma, pois em termos de mobilidade social, ela notou que o indivíduo apresenta uma ascensão social e financeira. Para a pesquisadora, essa mobilidade é vista de duas formas: transgeracional, quando se analisa o indivíduo e as mudanças ocorridas na vida dele, e intergeracional, quando essa vida é comparada às condições de vida do país. E, isso é confirmado na fala de seus entrevistados, que relatam de

diversas formas que o Programa UAB ampliou possibilidades, oportunidades e caminhos melhores.

A modalidade EAD juntamente com o sistema UAB tem contribuído bastante para a formação dos professores, a qualificação dos cidadãos mauritenses, e para o desenvolvimento local.

Em Mauriti, o Polo Presencial UAB tem a missão de inserir, capacitar e envolver alunos e demais componentes e colaboradores dentro do processo de educação. Bem como, com a implantação do Polo Presencial UAB em Mauriti, os municípios vizinhos também sofrem interferências, visto que, passa a usufruir dos benefícios trazidos com a implantação do Polo, como a valorização da região e formação profissional da população. Esses fatores contribuem para o desenvolvimento socioeconômico no entorno do Polo, e estão relacionados ao: acesso ao ensino superior, a oportunidade de ensino público e de qualidade, possibilidade de formação e qualificação profissional, interiorização de IES e o crescimento econômico das organizações locais.

4.8 Novas perspectivas para as práticas da EAD através do Programa UAB em Mauriti

Dentro da visão dos alunos entrevistados temos muitas perspectivas positivas para a continuidade dos cursos na modalidade EAD no Polo Presencial da UAB em Mauriti. Falam da necessidade de mais cursos de graduações em diversas áreas e mais oferta de especializações, a fim de dar continuidade ao engrandecimento social, educacional e econômico do município.

Reflete-se na resposta da aluna *Maria 1* sobre a modalidade EAD que, toda a sociedade brasileira só tem a ganhar, em diversas áreas, investindo mais nessa modalidade, o que pode proporcionar oportunidade e aprendizado para muitos que não tem condição financeira de se deslocar até outro município para fazer a graduação de seus sonhos. Ela afirmou: “Investir em educação nunca foi e nunca será menos, será sempre mais. Bendita a nação que investe em educação”. Sua fala converge com o que se comenta na introdução desta pesquisa.

A aluna *Maria 2* falou que seria uma ótima ideia manter a continuidade dos seus estudos, pois os cursos ofertados pela UAB já inseriu muitas pessoas que não tinham condições financeiras para arcar com todas as despesas de um curso superior. Além disso, ela comentou da acessibilidade que a modalidade EAD traz em sua didática, principalmente, para quem tem uma rotina corrida, o que torna flexível o processo de ensino para muitos jovens

que queriam estudar e não tinham tempo e precisavam trabalhar para viver. Para ela, a UAB trouxe novas oportunidades e resgatou sonhos de pessoas que já tinham desistido de fazer uma graduação na vida. Ela falou: “... dessa forma se esses cursos já ajudaram tantas pessoas, então significa que deu certo, e por mais que esteja bom, há sempre a possibilidade de ficar melhor ainda, ou seja, de haver mais investimentos e mantê-los”. Somando ao seu pensamento a aluna *Maria 5* complementou: “Seria maravilhoso a possibilidade de novos investimentos. O ensino EAD só tem a crescer em todo o mundo, e isso já é uma realidade”.

A aluna *Maria 3* falou que é de grande importância a oferta de outros cursos no Polo de Mauriti, principalmente especializações, voltadas para o interesse do município e de seus cidadãos. Para ela, é importante que se invista em outros cursos de especialização, não apenas nos da área pública e da saúde, como para outras áreas, a fim de capacitar profissionais em diversas áreas necessárias para engrandecimento do município.

Para o aluno *Francisco 2* manter os cursos na modalidade EAD é investimento certo, uma vez que essa modalidade de ensino só cresce, por ser mais acessível para quem não pode estar preso todos os dias a uma faculdade presencial ou até mesmo para aqueles que não têm condições de pagar uma faculdade particular. Ele relatou que, ainda vê em seu município muitos jovens que terminam o ensino médio e não fazem uma graduação por não ter condições de pagar transporte e nem manter financeiramente uma faculdade em outro município. Para ele, é de fundamental importância que haja mais investimentos públicos voltados a esta modalidade, a fim de que haja mais integração e estímulo aos jovens para crescerem profissionalmente.

O ex-aluno *José 1* falou que, o sistema EAD atual é utilizado em diversos países (Portugal, Angola, Alemanha, Noruega, entre outros) desenvolvidos do mundo, trazendo consigo uma gama de ferramentas auxiliares que fazem os discentes serem autodidatas, porém é necessário investimentos público e, também, disponibilizar oportunidades iguais ao dos alunos do sistema presencial, pois diversas vezes os alunos de instituições públicas semipresenciais não advêm dos mesmos direitos, pois sofrem até preconceito por estarem cursando na modalidade EAD. Para ele, a UAB deveria ser institucionalizado de vez e ter garantias de mais investimentos, com melhorias diversas, tanto no processo didático, quanto na estrutura ofertada: “...pois se um Polo Presencial no município faz a diferença, mesmo tendo limitações e dificuldades, imagina a diferença que faria se tivesse mais investimentos públicos?”

O aluno *José 2* falou: “Seria relevante mais investimentos públicos, já que a modalidade EAD, vem ganhando espaço em quase todo o planeta. Muitas oportunidades

surgiram, muitos caminhos já foram abertos e muitas conquistas ainda seriam galgadas”. O ex-aluno *José 3* completou que mais investimentos públicos seriam importantíssimos, visto que sempre que existe melhorias na educação, encontramos progresso econômico e menos desigualdades sociais”.

A aluna *Antonia 3* comentou que é importante que haja investimentos, principalmente na formação continuada. Para ela, a UAB tem que oferecer mais cursos de especialização no Polo de Mauriti e até mestrado na modalidade EAD, pois já foram ofertados cursos de especializações no Polo, e houve uma grande demanda, e, para ela isso se deve à necessidade de se capacitar.

O ex-aluno *Francisco 4* falou que é notória a crise econômica que o estado brasileiro passa, e que as políticas públicas devem ser feitas de forma a não comprometer o orçamento público. Para ele, é papel dos governos ofertarem tratamento digno às regiões mais necessitadas e dispor de mecanismos para aplicação de recursos em educação nessas regiões. Ele afirmou: “... é inquestionável o fato de quanto mais investimentos em políticas públicas e o seu bom uso, melhor! Mas, a meu ver, é necessário se ter cautela e garantir que essa aplicação não deve ser uma via de mão única, devendo exigir-se dos beneficiários (alunos) desse sistema que demonstrem resultados mínimos para que esse gasto permaneça viável”.

E, para finalizar, a aluna *Antonia 4* acrescentou, que investir em educação é investir em um futuro promissor. Para ela, é de grande relevância que os investimentos públicos em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade EAD pela UAB sejam mantidos. Ainda em sua fala ela destacou que a modalidade EAD é uma forte aliada para aqueles que buscam qualificar-se em regiões onde a oferta de ensino superior é excessivamente fraca.

Nota-se que, o Polo Presencial de Mauriti através da modalidade EAD recebeu cursos técnicos semipresenciais, cursos de graduação e pós-graduação ofertados por três Instituições de Ensino Superior, e com o sistema UAB houve expansão da modalidade EAD e democratização do ensino numa região tão remota do estado do Ceará. E, percebe-se isso na fala dos alunos sobre o quão importante foi para tantos que aproveitaram a oportunidade e se enquadraram na modalidade EAD, mesmo, às vezes, com certa dificuldade de acessibilidade em áreas rurais.

Na fala dos alunos, também, percebe-se como eles querem mais investimentos no Polo Presencial UAB, bem como a oferta de outros cursos necessários para capacitar os cidadãos do município. Todos apontaram que mais investimentos públicos são necessários, visto a importância da educação superior naquele município.

Em outras pesquisas, observa-se a importância dada aos cursos ofertados pela UAB através dos Polos de Apoio Presenciais. Na pesquisa de Alves (2017) se observou o papel da UAB em seu desempenho social de democratização e de interiorização do acesso à educação superior àqueles antes discriminados e excluídos do processo e continuidade educacional. Para ela, na região Norte os Polos são reconhecidos como uma extensão do *campus* da universidade, e tem um papel importante na vida das pessoas e da comunidade onde eles se inserem. Para ela, é importante que os cursos ofertados pela IES/UAB cumpram o mesmo papel social de formar cidadãos, capazes de julgar o que é melhor para cada um, oportunizando escolhas, a fim de buscar na educação superior a realização de um sonho, qualificação profissional e educação para toda a vida.

4.9 Implicações esperadas do Polo de Apoio Presencial da UAB em Mauriti como política pública

Durante as entrevistas foi indagado aos Coordenadores e Tutores como eles perceberam os resultados alcançados pelo Polo Presencial UAB em Mauriti como política pública.

A *ex-Coordenadora Orlandina* falou que em relação à gestão do Estado não tinha conhecimento, mas quanto ao município, o fomento para o Polo, em termos de estrutura e funcionamento, deu-se através de funcionários que são do município e trabalham no Polo. Então, para isto não há uma verba direcionada da CAPES, pois é de interesse do município patrocinar o Polo Presencial.

Para ela, é viável a inserção de novos cursos, mesmo diante das dificuldades financeiras, que o mantenedor (município) ainda está enfrentado, pois o município é responsável por todo o suporte necessário à manutenção da estrutura física, de material e de pessoal. Para ela, quando se fala dos investimentos federais, fala-se da gestão dos cursos e fomento que a CAPES dá aos mesmos de forma limitada para as IES, não chegando diretamente ao Polo investimentos (verbas) do governo Federal para suprir necessidades que o Polo precisa para se manter dentro de um padrão aceitável estrutural.

Para o *Coordenador Quim* investir em políticas públicas educacionais é, sem dúvida, sempre bem-vindo, porém, é preciso ter cautela e estudos que viabilizem esses investimentos. Ele afirmou que: “Atualmente, diversos administradores solicitam juntamente ao MEC/CAPES/UAB a criação de Polos em seus municípios, no entanto é preciso que se tenha estudos de demanda dos cursos adequados a realidade de cada município”. Ele ainda

esclareceu que, o Polo UAB de Mauriti mesmo estando situado em uma região privilegiada, fazendo fronteira com diversos municípios do Ceará, Paraíba e Pernambuco, sente os impactos negativos pela procura por cursos, que só aumenta, demandando cursos que nunca foram ofertados no Polo, e que não depende só da gerência dos Polos, mas também dos investimentos federal, estadual e municipal.

No artigo de Bruna Valente (2017), “As fragilidades da política pública na educação a distância”, ela assegurou que o sistema UAB sofreu um corte no orçamento estudantil em 2015. A verba prevista pelo MEC era de R\$ 800 milhões, mas após o ajuste fiscal do governo, este valor caiu para R\$ 417 milhões, quase metade do valor estimado para investimento, o que impactou em diversas universidades, que tiveram suas aulas suspensas por falta de verba. Já outras suspenderam seus processos seletivos por não haver garantia de verba, entre outros problemas. Para ela, falta um planejamento para a política pública Programa UAB. Principalmente, faltam investimentos físicos e de pessoal, o que é um ponto fraco da política. Para Bruna Valente, a UAB tem déficit de investimentos financeiros.

Dentro desta visão sobre políticas públicas e o Polo Presencial da UAB o *Tutor 1* falou que é importantíssimo o investimento em políticas públicas voltadas para o ensino superior, principalmente, no interior onde a necessidade é maior. O *Tutor 3* complementou em sua ideia, comentando que todo investimento em políticas públicas tem relevância, e é necessário para o desenvolvimento de atividades eficientes em qualquer instituição e região. Para ele, no tocante aos investimentos financeiros, deve-se levar em consideração uma condução adequada dos gastos que deva ser regulamentada, para não ficar sem o devido direcionamento, garantindo que todos os recursos sejam aplicados em ações eficientes, e que demonstrem resultados palpáveis, saindo do campo meramente teórico, focado em demonstrações estatísticas, e levando em consideração os benefícios e malefícios em sua prática, após implantação de determinada política pública.

Na palavra do *Tutor 4* os investimentos em políticas públicas dependem muito do olhar dos gestores, federais, estaduais e municipais. Para ele, no momento atual, o Polo precisa urgentemente de um laboratório atualizado, com rede de internet de qualidade e com novos computadores, e, também, mais livros na biblioteca. Já, a ex-*Tutora 5* entende que o governo federal tinha que investir nos Polos, ou seja, construir um Polo para aquele ensino superior na modalidade EAD pública, e que a política pública sistema UAB deva ser revisada e reavaliada, no que tange aos investimentos reais necessários, desde bolsas cedidas pelas CAPES aos participantes da equipe da EAD até um acordo bem planejado entre IES e município, a fim de que haja sempre um caminho direcionado em consonância com as reais

necessidades de cada município através dos cursos ofertados na modalidade EAD pela UAB. Para ela, deve haver tanto investimento municipal quanto federal no Polo, pois para que o Polo Presencial, na modalidade EAD funcione, não é justo que uma internet seja ruim, e que para se consertar algo se deva ligar para o Prefeito: "... por isso é difícil se coordenar um Polo, por não se ter verba certa e planejada".

Para Rosângela Alves (2017) os efeitos sociais promovidos pela UAB são diferentes em diversos contextos onde está inserida. Para ela, a UAB precisa ser analisada pelo seu cunho social local e global. Na região Norte, os Polos presentes em 27 municípios do Pará, tem papel significativo na expansão das oportunidades na vida das pessoas envolvidas, permitindo inserção dos indivíduos nas camadas de poder político, econômico e social. Para ela, o volume do capital social é proporcional à extensão de redes de relações que cada um pode mobilizar e ao volume de capital (econômico, simbólico e cultural) que cada membro social possui.

Na região Nordeste é destaque em número de Polos e de vagas para cursos ofertados em parceria com o sistema UAB. Temos 295 Polos no Nordeste, com 36.050 vagas em cursos (SEDIS, 2019).

4.9.1 Visão dos participantes do Polo Presencial como permanência da política pública UAB no município de Mauriti

Quando se tratou do futuro da UAB como política pública no município, tivemos os seguintes relatos por parte dos Coordenadores e Tutores.

A *ex-Coordenadora Orlandina* citou a questão da continuidade dos cursos, principalmente, para os que são direcionados à formação de professores, pois é muito importante para a educação do município, que vem apresentando crescimento educacional, e melhorando os índices e posicionamento do município frente aos outros.

O *Coordenador Quim*, acredita que o Polo Presencial da UAB em Mauriti possa ter um futuro bastante promissor. Para ele, mesmo o programa tendo como prioridade oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados, ainda tem esperança que o programa venha a valorizar outros públicos alvo, com uma maior oferta de cursos em outras áreas.

Para se ter uma ideia, nos últimos vestibulares que realizamos no Polo, as IES disponibilizaram metade das vagas de cada curso aos profissionais da educação (professores) e as vagas não foram preenchidas pelos mesmos, apenas 20%,

passando as vagas para demanda social. Com essa realidade, poderíamos dizer que o sistema estaria ameaçado em Mauriti, como nos demais Polo do Ceará e do Brasil, pois no decreto do sistema UAB ele estaria cumprindo seu objetivo, e caso outras áreas passassem a ser prioridade para o Programa, teríamos um maior número de interessados, e conseqüentemente o fortalecimento do programa e dos Polos (fala do Coordenador Quim).

Essa fala do Coordenador Quim expressa que o sistema UAB deve ser reavaliado e replanejado de acordo com as necessidades reais e atuais vigentes de cada município onde está implantado.

Dentro do ponto de vista dos Tutores, foi perguntado sobre o incremento de políticas públicas para o Polo, e o *Tutor 1* falou que deveria se destinar maiores verbas para mais encontros presenciais, tanto para professores quanto para tutores, para que os alunos possam tirar suas dúvidas, se envolver mais com o curso e enriquecer ainda mais seus conhecimentos, e que isso seria uma boa ação a ser feita pelos gestores.

O *ex-Tutor 2* já nos trouxe a questão de ampliar as políticas públicas na modalidade EAD, trazendo mais cursos e recursos, pois ele acredita que a EAD e a UAB já são uma realidade na educação, cada vez mais presente na vida de muitos que vivem em regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

O *Tutor 4* apontou que, além dos investimentos necessários, sente falta dos encontros acadêmicos, como uma semana universitária, o dia do curso, palestras temáticas, semana de iniciação científica, uma integração entre os cursos, entre os universitários (não ficando restrito somente aos acadêmicos do Polo, poderia envolver os outros universitários de município circunvizinhos). Ele falou que, para isso precisa de um planejamento maior, que requer mais verbas e mais investimentos nessas políticas públicas.

A *ex-Tutora 5* falou que, deveria ter melhor acesso a internet e ao computador para suprir as aulas síncronas, e que cada disciplina tivesse uma aula através de *webconferência* para os alunos, que já está ocorrendo na turma de 2017, e que se mantivesse. Então, ela explicou que no curso de bacharelado quem vai para o Polo são os tutores, já nos cursos de licenciatura são os professores que vão para dar suas aulas. E, por isso ela acha importante que as ferramentas da EAD sejam utilizadas, mas para que isso ocorra são necessários planejamento e estrutura de qualidade, ou seja, internet e computador exclusivo, para esse uso nas *webconferências* e vídeos aulas, para dar acesso aos alunos que não tem acesso a internet em casa, a fim de proporcionar um contato entre o professor e o aluno, bem como dar a ele acessibilidade ao uso das ferramentas didáticas-pedagógicas da EAD. E, ela afirma que para isso ocorra, são necessárias verbas direcionadas, pois quando se pensou no sistema UAB, não se pensou que este teria um grande e longo alcance. Então, ela falou que

até hoje o valor da bolsa concedida a coordenadores, professores e tutores, ainda é a mesma desde o início do programa, e o que muitos gestores fazem são verdadeiros ‘milagres’ com a verba direcionada para os cursos, principalmente com tantos cortes ocorridos atualmente nas políticas públicas educacionais.

Para que se tenha um bom proveito da modalidade EAD, Silva (2011) afirma que os benefícios almejados para essas regiões distantes dos grandes centros educacionais dependem do acesso à internet, e isso requer a mobilização do governo, município ou até da iniciativa privada, para ampliação e melhoria desse serviço.

Andreine L. Santos (2016) em seu artigo “Direito a Educação: A Universidade Aberta do Brasil- uma Política pública de Acesso ao Ensino Superior” acredita que o Programa UAB possa ter sua existência e seu financiamento garantidos de forma permanente, visto sua importância, e que normalmente maior parte dos programas de políticas públicas é extinto. Para ela, é importante a constante avaliação do programa, para que ele seja institucionalizado permanentemente, e que seja louvável como uma política embasada nas necessidades da população.

Dentro desses relatos, percebe-se que qualquer programa que envolva verbas públicas, direcionado à sociedade, é uma política pública. E, que estas devam ser acompanhadas, avaliadas e atualizadas assiduamente, a fim de que tenha continuidade, e que seja confirmada como uma política voltada para as necessidades da população, e que se concretizada positivamente, contribua para o crescimento sócio-econômico da região, devendo ser mantida e até institucionalizada permanentemente.

Nesse capítulo 04 observamos diversos posicionamentos desde alunos, ex-alunos, tutores e coordenadores, que vão desde um simples comentário positivo sobre o Polo Presencial até comentários de melhorias e reavaliações conjuntas na política pública do sistema UAB. Bem como, mostraram-se alguns dados sobre índices do município, que podem ter sido ou não influenciados pela implantação do Polo de Apoio Presencial UAB em Mauriti.

No primeiro tópico e, respectivos, subtópicos: “Mauriti e a Educação Superior – índices e outros dados”, “Educação Superior e Polo UAB”, “Processo histórico de implantação do Polo da UAB em Mauriti”, mostramos a divisão do município de Mauriti em dados de sua população, segundo grupos de idades e taxas de analfabetismo, que impacta de certa forma na necessidade de melhorias na educação.

Mostramos, também, que o Polo de Apoio Presencial não tem sede própria, é cedido uma parte de Escola do município, onde se fez com verbas da Prefeitura melhorias para sediar o Polo. Observamos nos subtópicos, alguns dados de nível de capacitação de

professores, antes e depois da implantação do Polo, bem como dados do IDHM antes da implantação do Polo, em que se observou um percentual muito baixo de pessoas com índices de escolaridade superior. Falamos da implantação do Polo em 2009, e que antes o aluno que precisava cursar uma graduação teria que se locomover pelo menos 70 km para municípios circunvizinhos, gerando um gasto logístico e disposição de tempo e às vezes dinheiro, para custear cursos pagos.

No tópico seguinte: “A importância da infraestrutura do Polo de Mauriti”, tivemos relatos diversos tanto de alunos como de tutores, que o Polo Presencial precisa de melhorias em sua infraestrutura, nos laboratórios (sem material necessário para aulas práticas do curso de Química), no acesso a internet, na climatização de salas de aula, entre outros comentários, de alunos e tutores, que chegaram a falar que o Polo de Apoio Presencial deveria ter ser próprio espaço e não um espaço cedido pela escola. E, que como depende só do aparato de verbas da Prefeitura, fica mais complicado ter um espaço melhor, pois tudo é muito burocratizado.

No tópico: “Cursos ofertados no Polo de Mauriti/UAB”, muitos alunos concordaram que os cursos ofertados supriram algumas necessidades de capacitação local, mas, também, existe a necessidade de outros cursos na área da saúde e outras licenciaturas para capacitação de demais profissionais. E que, existem no Polo, apenas 08 turmas de graduação ativa e uma pós-graduação para ser ofertada. Realmente, existe essa demanda em outras áreas para capacitação de profissionais da saúde e outras licenciaturas, tais como Letras e Biologia.

No tópico: “Percepção dos participantes sobre a modalidade EAD e a chegada do Polo UAB em Mauriti”, eles acreditam que a implantação do Polo veio para acrescentar, e dar oportunidades àqueles que não tinham acesso a um curso superior. Percebemos que muitos se evadem, pois desconhecem a prática de uma graduação na modalidade EAD, e espera um professor na sala de aula, e isso desmotiva alguns que não se adaptaram ou entenderam a prática da modalidade EAD. Bem como, alguns desistem por não ser o curso que realmente queriam cursar, mas que de certa forma despertou um interesse, e depois houve a desistência. Outros se adaptam a modalidade EAD, e até elogia a metodologia de ensino, pois passa a ter tempo disponível para outros afazeres pessoais e profissionais. Outro ponto importante discutido é que o Polo de Apoio Presencial em Mauriti movimentou pousadas, restaurantes e lanchonetes, bem como comércio local, em seu entorno, e isso melhora a economia local.

No tópico: “A perspectiva dos participantes sobre o processo de inclusão gerada através do Polo da UAB”, mostramos que houve inclusão, pois alunos que não tinham nem

tempo e nem dinheiro para frequentar cursos em outros municípios, tiveram essa oportunidade. Não podemos deixar de ressaltar que, também, houve exclusão de alunos que não se adaptam a modalidade EAD ou não se engajaram nos cursos ofertados. Um bom exemplo é de uma aluna do Curso de Administração Pública da turma de 2017, que tinha um sonho de cursar Direito, quando conseguiu passar em outro local para Direito, desistiu do curso no Polo. Esse é um exemplo bem simples, já têm outros que realmente sentiram a dificuldade em lidar com a modalidade EAD.

No tópico: “Percepções pessoais, acadêmicas e profissionais da modalidade EAD e do Polo de Apoio Presencial da UAB em Mauriti como política pública”, alunos, tutores e coordenadores, concordaram que a política precisa ser revista e reavaliada no que tange ao entendimento da modalidade EAD, para que melhores resultados sejam devidamente alcançados, e que a política se permeie no município, e não haja grandes evasões. Muitos viram a chegada do Polo como oportunidade de graduar-se, ter seu diploma, melhorar sua capacitação profissional e até se manter no mercado de trabalho com novas experiências aprendidas. Temos que analisar a modalidade EAD com diversos perfis de estudante, desde aquele que parou de estudar no ensino médio até aquele que já possui curso superior realizado em outros entidades e locais.

Observa-se ainda que, precisa melhorar bastante a questão do acesso a internet no Polo, pois sempre que tem uma *webconferência* com o professor da disciplina, existem muitas quedas de conexões, e, isso, desmotiva o aluno na hora, que deixam até de acompanhar para conversar outras coisas. Mas os que permanecem no curso, afirmam que mesmo com esses problemas estruturais e de conexão, o curso propicia oportunidade e aprendizagem, e, sempre contando com a equipe de tutores e coordenadores do Polo.

No tópico e subtópico, respectivamente: “Dados de desenvolvimento social, econômico e educacional apresentados pelo Município de Mauriti” e “Resultados alcançados com a implantação do Polo Presencial UAB em Mauriti”, pouco se encontra dados que liguem diretamente às melhorias de alguns índices do município, o censo que temos é de 2010, antigo e a implantação do Polo ocorreu em 2009.

No entanto o IDHM, que tem como um dos fatores a educação, mostrou uma melhoria significativa em 2017, e se pode criar uma ponte com o Polo Presencial capacitando professores. Bem como o PIB, que também, tem influência dos fatores educacionais, melhorou para 7971,96, isso de alguma forma podemos afirmar que tem ligação com a capacitação de profissionais, visto que se presencia durante o acompanhamento das turmas a evolução

profissional no mercado de trabalho de alunos, e que passaram a contribuir com a renda em sua família.

Observa-se que, alunos passaram a fazer parte da equipe de tutoria, e até ser coordenador do Polo, após também realizar um curso e/ou ser tutor no Polo, fator que com certeza contribui para sua renda, seu currículo e novos direcionamentos. Temos como exemplo, o atual Coordenador de 2021, que foi tutor e ex-aluno do Polo, e também professor de escolas no município.

Alguns alunos, também, afirmaram que o Polo Presencial movimenta a cidade, pois outros alunos de outras localidades têm interesse em cursar uma graduação no Polo de Mauriti, e vem ao município para se inteirar de novos editais e da estrutura do Polo.

Cursos como Licenciatura em Computação ofertado no Polo ajudou bastante profissionais, que eram técnicos, a repassarem seus conhecimentos em escolas do município. Por isso, é tão importante ver a real necessidade do município, atualmente, e ofertar cursos para essas áreas necessitadas e procuradas, com a finalidade de dar continuidade à capacitação de diversos profissionais do município, bem como de regiões circunvizinhas.

No tópico: “Novas perspectivas para as práticas da EAD através do sistema UAB em Mauriti”, alunos afirmaram a implantação de novos cursos e de pós-graduações, que também é de grande valia. Observa-se no posicionamento de um aluno que a modalidade EAD seja bem realizada e planejada, para que o aluno se sinta parte de algo, e não se desmotive por não saber mexer nas ferramentas ofertadas dentro do ambiente de estudo.

Infelizmente, a educação vem passando por cortes de verbas, mas os programas importantes, e que de certa forma dão resultados, está a mercê de ser apenas uma política pública que pode findar ou ir para entidade privadas seu controle. A CAPES deveria lutar em institucionalizar o sistema UAB, e fazer parcerias embasadas e firmes com as IES, Prefeituras e Governos Estaduais, fomentando verbas, destinando orçamento, avaliando a política pública e analisando seus percalços, pois toda política pública deve ser constantemente avaliada desde seus gestores superiores até seus usuários.

No tópico e subtópico, respectivamente: “Implicações esperadas do Polo de Apoio Presencial da UAB em Mauriti como política pública” e “Visão dos participantes do Polo Presencial como permanência da política pública UAB no município de Mauriti”, muitos dos entrevistados conseguem ver futuro para o sistema UAB e os Polos, mas para que isso se concretize, todos devem estar envolvidos e ajustados ao modelo de ensino.

Algumas medidas tais como: adequar os cursos às necessidades locais, instruir logo de início o aluno sobre a modalidade EAD, com uma disciplina bem estruturada, dar

apoio com grupos de pesquisa e estudo, àqueles que não estão indo bem durante o curso, incentivar e motivar esse aluno que entra na modalidade EAD pelo sistema UAB através do *Moodle*, pois este AVA é muito fácil de entender, mas creio que se deva fazer melhorias em sua ferramentas virtuais.

Vemos que no geral, toda política pública ao ser implementada, deve ser constantemente avaliada pelos atores principais, que são seus usuários, e os gestores responsáveis, devem se preocupar em aplicar uma ferramenta de acompanhamento e melhoramento constante, e não buscar fazer pequenos acertos e empurrando a política pública para mantê-la existindo.

No próximo capítulo 5 iremos explicar algumas considerações finais sobre a pesquisa, relatando se os objetivos propostos foram alcançados, e como essa pesquisa deve ser vista e idealizada para reflexões e imersões futuras, tanto para outros pesquisadores, quanto para posicionamentos de gestores sobre a política pública sistema UAB.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema UAB, criado com o objetivo de capacitar professores da educação básica no ensino superior, tendo como responsável uma instituição federal, é ofertado somente por universidades públicas, ao contrário do PROUNI, que tem parceria com universidades privadas ao oferecer bolsas integrais ou parciais.

Assim, o sistema UAB criado com o objetivo democratizar, expandir e levar o ensino superior público e gratuito para o interior dos estados brasileiros, através da modalidade EAD, ofertada por IES renomadas, trouxeram muitas pesquisas e reflexões, ora benéfica ora maléfica para o sistema.

Pensar no sistema UAB e ser tutora desde 2013 pela UECE/UAB foi importante para se pesquisasse sobre essa política pública. A pesquisa em questão teve como objeto de estudo o sistema UAB, uma política pública, que se utiliza da modalidade EAD, como propagação do ensino superior público pelo país. De início, esse Programa foi pensado para capacitar professores, a fim de cumprir metas do PNE, mas com o tempo passou-se a ofertar cursos desde técnicos até pós-graduações.

Diante disso, o presente estudo pretendeu melhor compreender como se deu a implantação e funcionamento do sistema UAB no município de Mauriti, interior do estado do Ceará - e o decorrente acesso ao ensino superior como impactou em resultados para os atores participantes.

Para tanto, um estudo de caso foi realizado no Polo UAB em Mauriti, com atores envolvidos no processo de implantação e funcionamento do Polo. Mais especificamente, o objetivo da pesquisa foi compreender melhor como esse processo de implantação do Polo de Apoio Presencial do sistema UAB em Mauriti ocorreu, e o que trouxe de resultados para os participantes da política pública do sistema UAB, e para aquele município onde está inserida.

Pretendeu-se com isso, investigar ‘o quê’ o sistema UAB trouxe de resultados e perspectivas na oferta de cursos superiores e sua devida implantação através de seu Polo presencial, analisando através dos seus atores locais os possíveis resultados alcançados pelo município de Mauriti.

No entanto, para alcançar o principal objetivo foram traçados objetivos específicos, quais sejam: descrever o processo histórico de implantação do sistema UAB como política pública através do ensino superior no referido município do Ceará; quantificar números de cursos existentes antes e após implantação do Polo da UAB no município de Mauriti, e identificar dados que possam convergir sobre a influência do Polo Presencial UAB

em termos resultados no desenvolvimento social e educacional; e, para isso aplicou-se entrevistas com alguns participantes (alunos, tutores e coordenadores) envolvidos no processo de implantação e funcionamento do Polo UAB em Mauriti, investigando através deles a percepção sobre a implementação e resultados da política pública do sistema UAB em Mauriti, enriquecendo o estudo de caso desenvolvido, para isso foram entrevistados 26 atores participantes (19 alunos, 05 tutores e 02 coordenadores) do Polo.

Durante o período como tutora, desde 2013 até o momento, observou-se o crescimento pessoal e profissional de alunos que se graduaram no curso. Observei, também, muitos percalços na política pública, entre eles: falta de verba; mau gerenciamento e comprometimento por parte de alguns gestores, tutores e professores; dificuldades de acesso à internet nos Polos; estrutura física subaproveitada, ou seja, sem sede própria; falta de comunicação mais contínua com os gestores do Polo Presencial e dos gestores das IES; falta de incentivo para participação em feiras e seminários, bem como valorização de projetos interessantes de alunos do Polo; algumas falhas de sistema interno de informática; entre outros.

Como primeiro objetivo da pesquisa, concluiu-se que a implantação do Polo de Apoio Presencial do sistema UAB em Mauriti, ocorreu através do interesse da Prefeitura atuante na época, em trazer cursos de ensino superior e público para o município, visto que até então o município não dispunha de um curso superior público, com a finalidade de capacitar os professores carecidos de qualificação, e assim melhorar índices de desenvolvimento, e por consequência expandir economicamente e elevar o nível educacional do município de Mauriti.

Para identificar como eram os cursos superiores em Mauriti, verificou-se durante as entrevistas, que muitos alunos não podiam fomentar sua continuação dos estudos do nível médio para o nível superior, pois tinham que se deslocar para outros municípios distantes do seu, tendo por muitas vezes que pagar pelo curso e demais custos logísticos, resultando em exclusão de muitos do acesso ao ensino superior.

De certa forma a implantação do Polo trouxe a inclusão desses alunos que queriam dar continuidade aos estudos e capacitar-se, mas por outro lado, notou-se que a modalidade EAD não é adaptável para todos, gerando assim uma evasão, como também, há evasão, pois não se têm muitas escolhas de cursos, sendo a prioridade do município, em convergência, com o objetivo do sistema UAB, a capacitação de professores e oferta de cursos onde há mais necessidade qualificação e defasagem.

A partir da implantação do Polo de Apoio Presencial do sistema UAB em 2009 em Mauriti, muitos alunos que até então não haviam feito um curso superior, por vários motivos: tempo, dinheiro, transporte, acessibilidade, buscaram ingressar em um dos cursos ofertados pelo sistema UAB no Polo, porém, verificou-se que nem todos estão aptos para cursar através da modalidade EAD, e nem todos ficaram satisfeitos com a escolha dos cursos, tendo bastante evasão em alguns cursos.

Por outro lado, constatou-se que a modalidade EAD amplia oportunidades, para indivíduos e grupos sociais ‘confinados’ pelo espaço ou pelo seu ritmo de vida e trabalho. Essa, foi uma das motivações mais enunciadas durante a pesquisa e no estudo de outras pesquisas.

Além disso, a meta decenal do PNE está em andamento, promovendo aumento do número de matrículas e inclusão social no sistema brasileiro de educação superior, na modalidade EAD. Mesmo assim, há muito que se planejar, avaliar e investir.

Verificou-se, também, que o Polo de Apoio Presencial UAB em Mauriti/CE não se constituiu apenas como um espaço físico, mas é uma representação legal e real de formação em nível superior no interior do estado do Ceará, mas, também, é uma forma de mudar a trajetória de vida de egressos e participantes do processo educativo, bem como colaborando com a economia local.

O Polo de Mauriti e a modalidade EAD como observado durante esse meu percurso como tutoria constitui de certa forma para alguns apenas mais uma modalidade, e para outros, uma oportunidade de realizar seu sonho, e, até para outros, como novas aprendizagens.

Por outro lado, verificou-se que se deve garantir um ambiente favorável ao aprendizado, com estrutura e condições adequadas para o desenvolvimento de qualidade dos cursos ofertados pelo Polo UAB em Mauriti, ofertando salas com melhores condições climáticas e com acesso à internet mais eficiente.

É importante, também, para que se garanta a afetividade da proposição acadêmica das atividades do Polo, que os compromissos sejam assumidos pelos entes federativos, seja a partir de decretos, acordos de cooperação técnica, criação de leis para sua legitimação, seja por meio dos recursos financeiros necessários para sua manutenção. Assim, deve-se considerar que o sucesso de um curso à distância depende das condições que o Polo de Apoio Presencial apresenta, e essas condições essenciais devem ser consideradas com atenção.

Corroborando estes dados, evidenciou-se durante as entrevistas que a modalidade EAD e o sistema UAB têm promovido melhoria socioeconômica em Mauriti, pois através de

relatos dos gestores, alunos e tutores, identificou-se o surgimento de novas oportunidades de emprego e renda aos alunos do sistema, bem como fomento no comércio local no entorno do Polo.

Além disso, os entrevistados relataram haver indícios de acréscimo salarial após a titulação adquirida em cursos de bacharelado, licenciatura e especialização na modalidade a distância, além do surgimento de novas vagas de emprego e melhorias em sua renda.

Percebeu-se com esta pesquisa, que o sistema UAB mostra-se como um importante instrumento de política pública, evidenciando que a modalidade EAD pode apresentar diversos benefícios aos municípios participantes por meio de mecanismos de capacitação de seus profissionais, capaz de gerar maior distribuição de renda e desenvolvimento socioeconômico local.

Embora, este estudo apresente uma relação de proporção entre acesso à educação superior e desenvolvimento socioeconômico, não se pode afirmar que o desenvolvimento local é dependente apenas de acesso a educação superior implantada pelo sistema UAB no município, assumindo uma relação econômica de *ceteris paribus*, outros indicadores e fatores, também, devem ser analisados para maximização dos níveis de desenvolvimento municipal.

Tendo em vista os relatos, devem-se estabelecer políticas públicas que efetivamente busquem atender as demandas sociais, desiguais e diversas. E, isso, requer planejamento, investimento de várias esferas, acompanhamento administrativo das instituições envolvidas e avaliação da própria política pública. Por isso, é importante que todos os atores envolvidos no sistema, devam ter a racionalidade necessária para fazer cumprir o papel principal da política em questão.

Durante a pesquisa observou-se algumas limitações do gestor do Polo em responder sobre dados mais relevantes da política pública, pois o Polo depende para manutenção da infraestrutura e controle dos materiais, e demais eventos estudantis, de terceiros: Prefeitura, IES, Governo e CAPES. Toda essa burocracia dificulta o bom andamento do Polo, mas percebe-se o grande esforço, realizado pela a equipe do Polo. Não se podem analisar quantitativos exatos de alunos inscritos, matriculados e graduados desde 2009, que dificultou colher e analisar dados mais concretos.

Mesmo com dificuldade relatadas durante a pesquisa, os atores envolvidos no processo, acreditam que é essencial a permanência e efetivação do Polo de Apoio Presencia do sistema UAB como política pública no local, não só em Mauriti, como em outros municípios que não têm acesso ao ensino público superior.

Para os participantes da pesquisa, mesmo com algumas dificuldades apresentadas no Polo e pela IES, o sistema UAB possibilita a inserção no ensino superior público e, também, possibilita uma realização profissional e pessoal. Além disso, eles esperam que essa política pública seja contínua, e que sejam ofertados mais cursos de graduação e pós-graduação, para dar mais oportunidade de crescimento profissional, e colaboração ao município com pessoal capacitado, como, também às cidades circunvizinhas, pois o Polo recebe alunos de diversos locais próximos.

Acredito que, a educação constitui-se como importante provedora dos entendimentos humanos, e são uma das maneiras de influenciar pessoas, socialmente e politicamente, políticas geridas pelo estado. Assim, a educação pode ser considerada como um meio de acessar esse entendimento no indivíduo, excitando nele o exercício e o dever das práticas políticas diversas cidadã participante.

Como sou participante da modalidade EAD há um tempo, bem como tutora desde 2013, noto que a modalidade EAD veio para ficar, pois pode ser enquadrada dentro do ensino presencial de forma híbrida, facilitando, e até, dando mais tempo para os alunos dedicarem-se aos estudos, dentro de seu cronograma diário.

Observa-se que, a modalidade EAD do sistema UAB, mesmo tendo vários problemas, pode funcionar bem, caso esteja sendo reavaliada e replanejada de forma conjunta, contando com a participação de todos os atores envolvidos.

Ademais, novas pesquisas teóricas e empíricas tornam-se necessárias para ampliar o debate aqui iniciado, com objetivo de impulsionar gestores municipais a demandarem novos Polos de Apoio Presencial, novos cursos, de acordo com a necessidade local, como, também, avaliar os resultados que essa política pública de cursos superiores através do sistema UAB, pode gerar no desenvolvimento econômico e social do município onde se insere, retroalimentando o sistema UAB, podendo-se utilizar de ferramentas de controle da administração pública.

REFERÊNCIAS

AGAPITO, Ana Paula Ferreira. Ensino superior no Brasil: expansão e mercantilização na contemporaneidade. **Temporalis UFES**, Espírito Santo, v. 16 n. 32, 2016.

ALLEN, I. E.; SEAMAN, J. **Class differences**: On-line education in the United States. Needham, MA: Sloan Consortium, 2010.

ALVES, Magda. **Como escrever teses e monografias**: um roteiro passo a passo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALVES, J.R.M. A história da EAD no Brasil. *In*: LITTO, F.; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. cap. 2, p. 9-13.

ALVES, Rosângela Aparecida. **Um estudo de transformações educacionais e sociais em contextos amazônicos sob a égide da Universidade Aberta do Brasil**: Breves e São Sebastião da Boa Vista - um mundo não tão a parte. Orientação Afrânio Mendes Catani. 2017. Dissertação (Mestrado, 2017) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-15082017-131137/pt-br.php#referencias>. Acesso em: 02set. 2020.

ARAGUAIA, Mariana. **Plano Nacional de Educação, Brasil Escola**. Sevilla, Espanha: Ibérico América Social, 2016. Disponível em: <https://educador.brasilecola.uol.com.br/imprimir/2301>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ARAÚJO, Ana Cláudia Uchôa, MARQUES, Daniele Luciano, ROCHA, Elizabeth Matos, AGUIAR, Gina Maria Porto de. A interiorização da educação a distância no Ceará: um estudo de caso no IFCE. **Conex. Ci. e Technol.**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 25 - 33, jul. 2015.

ARIEIRA, Jailson de Oliveira et al. Avaliação do aprendizado via educação a distância: a visão dos discentes. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ. v.17, n.63, p.313-340, 2009. ISSN 1809-4465. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-40362009000200007>. Acesso em: 20 set.2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo ead.br**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2010-2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MANTENEDORA DO ENSINO SUPERIOR. **A importância da educação a distância**. Brasília, DF: ABMES, 2019. Disponível em: <https://www.abmes.org.br/noticias/detalhe/3591/a-importancia-da-educacao-a-distancia>. Acesso em: 20 set. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. **Censo ead.br**: relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2015. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015. Disponível em: http://abed.org.br/arquivos/Censo_EAD_2015_POR.pdf. Acesso em: 13 out. 2018

ATLAS do Desenvolvimento humano do Brasil. **Brasil.org**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/mauriti_ce#idh. Acesso em: 28 abr. 2017.

BARAÚNA, S. M.; ARRUDA, E. P.; ARRUDA, D. E. P. Políticas públicas em educação a distância: aspectos históricos e perspectivas no Brasil. **Revista Eletrônica Pesquisa Educa**, Santos, v. 4, n. 8, p. 279-295, jul./dez. 2012.

BASSEY, M. **Case study research in educational setting**. Maidenhead: Open University Press, 2003.

BERTOLIN, J. C. G. Uma proposta de indicadores de desempenho para a educação superior brasileira. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 471-490, set./dez. 2011.

BONI, Valdete e QUARESMA, Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2 n 1, p. 68-80, 2005,

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **A miséria do mundo**. Tradução de Mateus S. Soares. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Igualdad y libertad**. Barcelona: Paidós, 1993.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.622, de 19 de Dezembro de 2005**. Brasília, DF: MEC, 2005. Disponível em: <http://goo.gl/n56E8p>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.088**, de 08 de junho de 2006. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: <http://goo.gl/fhM1rJ>. Acesso em: 28 abr. 2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para Educação superior a distância** – versão preliminar. Secretaria de Educação a Distância, Brasília, DF: [s. n.]. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Referenciais de qualidade para educação superior a distancia versão preliminar**. Brasília, DF: MEC, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/referenciaisEAD.pdf>. Acesso em: 15 out.2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Aberta do Brasil. **Portal Universidade Aberta do Brasil**. Brasília, DF: MEC, 2016. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br/>. Acesso em 12 out.2018.

BRASIL, Ministério da Educação. **Censo Escolar: Sinopse Estatística da Educação Básica**. Brasília, DF: MEC/Inep, 2010. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>. Acesso em 12 out.2018.

BRASIL, Planalto. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Planalto, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 12 out.2018.

BRASIL, Planalto. **Lei Nº 11.107 de 6 de Abril de 2005**. Brasília, DF, Planalto, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111107.htm. Acesso em: 15 abr.2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 2 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.005/2014 que Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.** Brasília, DF: Congresso Nacional, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. **Planejando a próxima década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação.** Brasília, DF: MEC, 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação superior.** Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União. **Avaliação de Políticas Públicas. Guia prático de análise: ex post.** Brasília, DF: Presidência da República, 2018. v. 2.

BRASIL. Ministério da Saúde. **O que é COVID-19?** Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>. Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Inclusão Digital.** Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.governoeletronico.gov.br/acoes-projetos/inclusao-digital>. Acesso em: 13 out. 2019.

BRITO CRUZ, Carlos Henrique. **A expansão do ensino superior.** Campinas, vol.30, n 306, 2009. Disponível em: <http://www.comciencia.br/dossies-1-72/reportagens/universidades/uni12.shtml>. Acesso em: 15 agos.2019.

CAPES. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. **Orientações para mantenedores e gestores.** Brasília, DF: CAPES, 2010.

CAPES. **Polos UAB ativos por região.** Disponível em: <https://sisuab2.capes.gov.br/sisuab2/login.xhtml>. Acesso em: 12 jul. 2020.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDB Fácil: leitura crítico-compreensiva.** Petrópolis: Vozes, 2015.

CEARÁ. Governo do Estado. **IPECE.** Fortaleza: Governo do Estado do Ceará, 2018. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/>. Acesso em: 12 out. 2018.

CELLIN, Joelma; MARCILINO, Ozirlei Teresa. Entre o proposto e o alcançado: a experiência da EAD no Espírito Santo. ESUD 2011 *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENSINO SUPERIOR A DISTÂNCIA, 8., 2011, Ouro Preto. **Anais [...].** Ouro Preto: UNIREDE, 2011. p. 3-5.

COELHO, Aldilene Lima; BRASILEIRO, Tania Suely Azevedo. Desafios à gestão de um Polo da UAB na Amazônia Paraense. **Revista Exitus**, Santarém, v. 9, n. 3, p. 548-577, jul./set. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n3ID927> Acesso em: 5 set. 2020.

COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. **Relatório conjunto sobre a inclusão social, que sintetiza os resultados da análise dos planos de ação nacionais para a inclusão social** (2003-05). Bruxelas, 12 dez. 2003. COM (2003) 773, Final.

COSTA JR., Elizeu da Silva. **A avaliação da qualidade dos cursos UAB sob a perspectiva dos alunos: uma proposta do modelo avaliativo de demanda**. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16797/DIS_PPGGOP_2018_COSTA%20JUNIOR_ELIZEU.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 15 set. 2020.

COSTA, C. J. da. Modelos de educação superior a distância e implementação da Universidade Aberta do Brasil. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 2, p. 9-16, 2007.

COSTA, Maria Luisa Furlan. História e políticas públicas para o ensino superior a distância no Brasil: o Programa Universidade Aberta do Brasil em questão. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n.45, p. 281-295, 2012. ISSN 1676-2584.

COSTA, Inês Teresa Lyra Gaspar da. **Metodologia do ensino a distância**. Salvador: UFBA, 2016.

COTTA, Tereza Cristina. Avaliação educacional e políticas públicas: a experiência do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB). **Revista do Serviço Público** São Paulo, v.52, n. 4, p. 89, 2014.

CRUZ, Telma Maria. **Universidade Aberta do Brasil: implementações e previsões**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

CRUZ, Geanice Raimunda Baia; SILVA, Gimar Pereira Da. A EAD como acesso ao ensino superior: a experiência do polo UAB, no nordeste paraense. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Pará, v. 1, p. 106-120, 2002. ISSN 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/acesso-ao-ensino>. Acesso em: 23 set. 2020.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 80, p. 234-252, set. 2002.

DIRETORIA DE GESTÃO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA- DEAD. **Maioria dos Polos está em pequenos municípios**. Brasília, DF: Redação CCS/CAPES, 2020. Disponível em: <https://dead.unemat.br/portal/Noticia/293/maioria-dos-polos-esta-em-pequenos-municipios/> Acesso em: 7 set.2020.

DOLLAR, D.; COLLIER, P. **Globalization, growth, and poverty: building an inclusive world economy**. New York: Oxford University, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Miniaurélio Eletrônico**. Versão 5.12. 7.ed.São Paulo: Editora Positivo, 2004.

FERREIRA, Rafael Dias de Souza; GAMEZ, Luciano. **O papel da Universidade Aberta do Brasil no cumprimento das metas do PNE 2014-2024**: potencialidades e fragilidades. São Paulo, 12 jun. 2015. Disponível em: http://www.abed.org.br/congresso2015/anais/pdf/BD_349.pdf. Acesso em: 7set. 2020.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o utilitarismo econômico e a responsabilidade social. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 29, n. 78, p. 153-177, maio/ago. 2009.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, C. A. A legislação que trata da EAD. *In*: LITTO, F.M.; FORMIGA, M. **Educação a distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. p. 21-29.

GRAHAM, Andrew. **Como escrever e usar estudos de caso para ensino e aprendizagem no setor público**. Brasília, DF: ENAP, 2010.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. **Fourth generation evaluation**. Newbury Park: Sage, 1989.

GUBA, E. G.; LINCOLN, Y. S. Guidelines and Checklist for Constructivist (a.k.a. Fourth Generation) Evaluation. **Evaluation Checklist Project**, Salvador, v.20, p.1-15, 2001.

HERNANDES, Paulo Romualdo. A Universidade Aberta do Brasil e a democratização do Ensino Superior público. **Ensaio**: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.25, p. 95, 2017. Disponível em: <http://doi.org/10.1590/S0104-40362017002500777>. Acesso em: 15 ago. 2019.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES**, Campinas-São Paulo, v.21, n.55, p. 30-41, 2001.

HOFFMANN, J. **Avaliação mito & desafio**: uma perspectiva construtivista em avaliação. Porto Alegre: Mediação, 1991.

HUBERT, René. A contribuição do jogo pedagógico no desenvolvimento motor das crianças do 1º período da educação infantil. **Lexicoteca**, Brasília, DF, v. 7, p. 94, 1996.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil – Estados Unidos, França e Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Perfil básico municipal de Mauriti**. Fortaleza: SEPLAG, 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse da Educação Superior 2018**. Brasília, DF: Inep, 2019. Disponível em: <HTTP://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>. Acesso em: 12 jun. 2020.

LAGAR, Fabiana; SANTANA, Bárbara Beatriz de; DUTRA, Rosimeire. **Conhecimentos pedagógicos para concursos públicos**. 3. ed. Brasília, DF: Gran Cursos, 2013.

LISTA de municípios do Ceará por IDH-M. *In*: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2020. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Lista_de_munic%C3%ADpios_do_Cear%C3%A1_por_IDH-M&oldid=58172808. Acesso em: 02 mai. 2020.

LEMOS, A. **Cibercultura, tecnologia e vida social na cultura contemporânea**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

LÉVY, Pierre. **Filosofia Word: o mercado, ciberespaço, a consciência**. Lisboa: Editora Odile Jacobs, 2000.

LIMA, Manolita Correia. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. São Paulo: Saraiva, 2004.

LIMA, Benedito de Sousa; LIMA, Trífena Kelline Martins. Acessibilidade e igualdade do ensino superior a distância através dos Polos de Apoio Presenciais UAB/IES. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, 2016, São Carlos. **Anais [...]**. UFSCar: ENPED, 2016. p. 1-9. Disponível em: www.sied-enped2016.ead.ufscar.br. Acesso em: 23 set. 2020.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitividade. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006.

MAURITI. Prefeitura Municipal. **História, localização e Secretaria de Educação**. Mauriti: Prefeitura Municipal, 2020. Disponível em: <https://www.mauriti.ce.gov.br/secretaria.php?sec=4>. Acesso em: 12 jan. 2020

MEDEIROS, C. A. Ação afirmativa no Brasil: um debate em curso. *In*: SANTOS, Sales Augusto. **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. Brasília, DF: MEC, 2005. p. 121-141.

MELO, Pedro Antônio, MELO, Michelle Bianchini, NUNES, Rogério da Silva. A Educação a Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p. 278-304, maio/ago. 2009.

MINAYO, M.C. Construção de indicadores qualitativos para avaliação de mudanças. **Revista Brasileira de Educação Médica**, Rio de Janeiro, n. 35, p.1-9, 2009.

MONTEIRO, Francisca Natália Sampaio Pinheiro; GÓIS, Diana Diógenes, ARAÚJO, Ana Cláudia Uchôa, DAMASCENO, Márcio Daniel Santos. A expansão e a organização da rede Escola Técnica Aberta do Brasil (rede e-Tec) no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). **Conex. Ci. e Tecnol.**, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 17 - 24, jul. 2015.

MOTA, R. A Universidade Aberta no Brasil. *In*: LITTO, F.; FORMIGA, M. **Educação a distância: o estado da arte**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009. cap.21, pp. 153-160.

MOTA, Ronaldo; CHAVES FILHO, Hélio; CASSIANO, Webster Spiguel. Universidade Aberta do Brasil: democratização do acesso à educação superior pela rede pública de educação a distância. *In: BRASIL. Desafios da educação a distância na formação de professores*. Brasília, DF: EED/MEC, 2006. p.1-15.

MOTA, Fernanda Gabriela Farias; SOUSA, Raylson Francisco Nunes de; SANTOS, Marcos Andrade Alves dos. A importância do Polo da Universidade Aberta do Brasil para a educação a distância no município de Itapipoca/Ce. *In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 5.*, 2019. Crato. *Anais [...]*. Crato/Ceará: CONEDU, 2019. p. 15-18.

MORAES, R. C. C. **Educação a distância e ensino superior**: introdução didática a um tema polêmico. São Paulo: Senac, 2010.

MORAES, Antonio Ermírio de. **Educação pelo amor de Deus!** São Paulo: Editora Gente, 2006.

MORAES, Reginaldo Carmello Correa de. Educação a distância e efeitos em cadeia. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v.40, n.140, p. 547-559, maio/ago. 2010.

MORÉ, Prenomeet *et al.* Educação a Distância e formação docente: o sistema Universidade Aberta do Brasil como forma de ampliar o acesso à educação superior. **Revista Gestão Universitária na América Latina**, Rio Grande do Sul, v. 32, p. 89-109, 2011.

MOREIRA, Gláucia de Oliveira, FERRARESI, Flávio Henrique, CARVALHO, Emanuel M., AMARAL, Eliana. **Inclusão social e ações afirmativas no ensino superior no Brasil**: para quê? Fonte: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/inclusao-social-e-acoes-afirmativas-no-ensino-superior-no-brasil-para-queij>. Acesso: 15 ago.2019.

MUTZIG, J. M. G. **Sistema UAB: IES, cursos e Polos**. 2015. Apresentado em reunião Ordinária do Fórum Nacional de Coordenadores UAB, 8., 2015, Brasília, DF.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática. *In: OLIVEIRA, Adão F. de;PIZZIO, Alex;FRANÇA, George (org.).Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas*. Goiás: Editora da PUC Goiás, 2010. p. 93-99.

OLIVEIRA, Walter Pinto de; BITTENCOURT, Wanderley José Mantovani. A evasão na EaD: uma análise sobre os dados e relatórios, ano base 2017, apresentados pelo Inep, UAB e Abed. **Educação Pública**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 01-09, 21 jan. 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/3/a-evasao-na-ead-uma-analise-sobre-os-dados-e-relatorios-ano-base-2017-apresentados-pelo-inep-uab-e-abe.d> Acesso em: 23 set. 2020.

ONODY, Vanessa da Silva Mariotto; ALBUQUERQUE, Andrei Aparecido de; LIZARELLI, Fabiane Letícia. O comportamento dos recursos financeiros da Universidade Aberta do Brasil entre 2006 e 2015:c ontabilidade, gestão e negócio. *In: Congresso UFU de Contabilidade, 2.*, 2017, Uberlândia. *Anais [...]*. Uberlândia: UFU,2017.

PEREIRA, Thiago Ingrassia, SILVA, Luís Fernando Santos Corrêa da. As Políticas Públicas do Ensino Superior no Governo Lula: Expansão Ou Democratização? **Revista Debates**, Porto Alegre, v.4, n.2, p. 10-31, jul./dez. 2010.

PETERS, Otto. **Didática do ensino a distância**. Tradução de Ilson Kayser. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003.

PIMENTEL, Nara Maria. **Educação aberta e a distância**: análise das políticas públicas e da implementação da educação a distância no Ensino Superior do Brasil a partir das experiências da Universidade Federal de Santa Catarina e da Universidade Aberta de Portugal. 2006. Tese (Doutorado em 2006) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

PINTO JUNIOR, Glenio do Couto; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Programa Universidade Aberta do Brasil: aspectos relevantes na construção de uma metodologia para avaliar sua implementação. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v.19, n. 1, p. 227-249, mar. 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772014000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 out. 2020.

PNE. **Plano Nacional de Educação**. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001.

RIBEIRO, C. A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. Bauru: Edusc, 2003.

RUA, Maria das Graças. **Políticas públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2009.

SANTOS, Andreine Lizandra dos. Direito a educação: a Universidade Aberta do Brasil: uma política pública de acesso ao ensino superior. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DE DEMANDAS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA*, 7., 2016, Santa Catarina. **Anais [...]**. Santa Catarina: UNISC, 2016. p. 01-21. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/snpp/article/view/14721/3556>. Acesso em: 12 set. 2020.

SAVIANI, D. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SCHWARTZMAN, S. A crise da universidade. **Revista de Ensino Superior da Unicamp**, Campinas, v.10, p. 1-21, 2013. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/a-crise-da-universidade>. Acesso em: 13 set. 2020.

SEDIS, Secretaria de Ensino a distância. **Região Nordeste é destaque**. Rio Grande do Norte: Editora Sedis, 2019. Disponível em: <http://sedis.ufrn.br/regiao-nordeste-e-destaque-em-numero-de-polos-e-de-vagas-para-cursos-ofertados-em-parceria-com-a-uab/>. Acesso em: 2 fev. 2021

SEGENREICH, Stella Cecília Duarte. ProUni e UAB como estratégias de EAD na expansão do Ensino Superior. **Pro-Posições**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 205-222, maio/ago. 2009.

SELLTIZ, Claire *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. Tradução de Maria Martha Hubner de Oliveira. 2a edição. São Paulo: EPU, 1987.

SEMESP. **Instituto Semesp**: mapa do ensino superior. São Paulo: Semep, 2018. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa-do-ensino-superior/>. Acesso em: 15jul. 2020.

SGUISSARDI, V. (org.). **Educação superior**: velhos e novos desafios. São Paulo: Xamã, 2000.

SIGNIFICADOS, **Significados de educação**. Brasil, 2019. Disponível em: <http://www.significadosbr.com.br/educação>. Acesso em: 25 abr. 2019.

SILVA, Fabiana Santos da. EaD e inclusão social: desafios e possibilidades no cenário brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE INFORMÁTICA E EDUCAÇÃO, 2., 2011, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: ENINED, 2011. ISSN 2175-5876.

SILVA FILHO, R. L. *et al.* A evasão no ensino superior brasileiro. **Caderno de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 37, n.132, pp.641-659, 2007.

SILVA, N. V. Expansão escolar e estratificação educacional no Brasil. *In*: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (org.). **Origens e destinos**: desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 1-24.

SILVERA, Hilary. Políticas dos países europeus para promover a inclusão social. *In*: BUVINIC, M.; MAZZA, J.; DEUTSCH, R. (org.). **Inclusão social e desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. p. 1-22.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.p.1-16.

TAVARES, Thiago Rodrigues; CASTRO, Vanessa Gomes de. O contexto político e social das políticas educacionais no Brasil: de 1930 a 2017. **Acesso Livre**, Juiz de Fora, n. 7 p. 1-17, jan./jun.2017.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1957.

TEIXEIRA, E. C. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. Salvador: AATR, 2002.

UAB/CAPES. **Portal Universidade Aberta do Brasil**. Brasília, DF: Fundação CAPES, 2020. Disponível em: <http://uab.capes.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2020.

UFC. Biblioteca Universitária. **Guia de normalização de trabalhos acadêmicos da Universidade Federal do Ceará**. Fortaleza: Biblioteca Universitária, 2019.

UECE. **A história e o impacto da interiorização do ensino superior**. Fortaleza: UECE, 2014. Disponível em: <http://www.uece.br/noticias/a-historia-e-o-impacto-da-interiorizacao-do-ensino-superior/>. Acesso em: 12 jun. 2020.

VALENTE, Bruna. As fragilidades da política pública na educação a distância. **Portal Administradores.com**, Paraíba, 2017. Disponível em:<https://administradores.com.br/politica-de-privacidade>. Acesso em: 12 jun.2020.

VERZA, Severino Batista. **As políticas públicas de educação no município**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2000.

VIEIRA, M. F. Desafios na gestão de EAD no contexto dos polos de apoio presencial da Universidade Aberta do Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 3., 2014, Dourados. **Anais** [...]. Dourados: UFGD, 2014.

WARSCHAUER, M. **Tecnologia e inclusão social**. São Paulo: Senac, 2006.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos I**. Trad. Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

**APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA A COORDENADOR E
EX-COORDENADOR DO POLO PRESENCIAL/UAB DE MAURITI**

1. Como se deu o processo de implantação do Polo UAB em Mauriti?
2. Existiam cursos públicos em graduação ofertados em Mauriti antes da implantação do Polo UAB? Caso sim defina esses cursos. Caso não, diga como os alunos buscavam graduar-se.
3. Quantos cursos são ofertados no Polo? E como se deu o processo de escolha desses Cursos?
4. Quantos alunos se inscreveram para concorrer a uma vaga nos cursos oferecidos? Esse número vem crescendo?
5. Como você analisa a formação acadêmica adquirida pelos alunos, após a implantação do Polo da UAB?
6. O que você observou após a implantação do Polo UAB no município, nos seguintes aspectos:
 - ✓ A implantação do Polo UAB contribuiu de que forma para as pessoas com menor poder aquisitivo no ensino superior público do município?
 - ✓ Em que resultou a inserção dos alunos no ensino superior público pela UAB. Explique.
 - ✓ Ao se inserir no ensino superior da UAB como o aluno passa a contribuir mais diretamente com o desenvolvimento do município?
 - ✓ E que resultou a implantação do Polo UAB em termos econômicos para o município? Explique.
7. Como se encontra a situação atual, em termos de recursos públicos, do Polo UAB em Mauriti?
8. Como você percebe a importância de mais investimentos em Polos da UAB em Mauriti e em outros municípios? Em sua opinião, é viável hoje?
9. Em sua opinião, qual é o futuro da UAB no seu município?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA A TUTORES DO POLO
PRESENCIAL/UAB DE MAURITI**

1. O que te levou a ser tutor pela UAB?
2. Há quanto tempo atua como tutor pela UAB? Como tem sido sua experiência?
3. Qual sua visão a respeito da oferta de cursos pela UAB em seu município?
4. Como você analisa o Polo UAB em Mauriti?
5. E sobre os alunos, como você os percebe dentro do processo educativo e profissional?
6. O que você acha de investimentos nos Polo da UAB?
7. Como tutor, o que poderia ser mais incrementado dentro do Polo UAB e no processo educativo?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA A ALUNOS DO POLO
PRESENCIAL/UAB DE MAURITI**

1. Como teve conhecimento dos Cursos ofertados em Mauriti pela UAB?
2. O que te levou a escolher os cursos de graduação da UAB na modalidade à distância?
Explique.
3. Ao escolher fazer um curso pela UAB, como se deu seu processo de escolha da graduação?
4. Durante o curso, houve alguma mudança na sua vida pessoal e profissional. Relate.
5. Como você acessa o Ambiente de Aprendizagem (Moodle) em sua residência?
6. Que tipo de relevância você dar ao curso que você faz ou fez pela UAB para sua vida e para seu município?
7. Como você percebe o papel do Polo UAB em seu município? Relate as vantagens e as desvantagens?
8. O que você acha da estrutura do Polo UAB em Mauriti?
9. Se houvesse mais opções de cursos na modalidade EAD ofertados pela UAB, você faria e indicaria para outras pessoas?
10. Quais cursos gostaria que tivesse em seu município? Por quê?
11. O que você acha de investimentos públicos em cursos de graduação e pós graduação na modalidade EAD pela UAB.

ANEXO A – FOTOS DO POLO DE MAURITI/CEARÁ



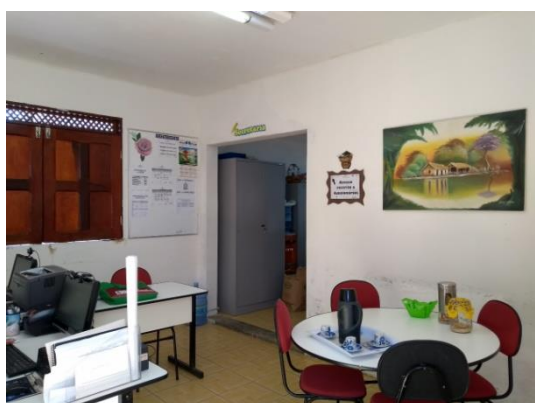
FRENTE DO POLO DE MAURITI



RECEPÇÃO DO POLO DE MAURITI



CORREDOR PARA AS SALAS, SECRETARIA E COORDENAÇÃO



COORDENAÇÃO E SECRETARIA DO POLO



SALA DOS PROFESSORES DO POLO



CORREDOR PARA SALAS DE AULA E BIBLIOTECA



CANTINA DO POLO

BANHEIROS DO POLO



SALA DE AULA DO POLO

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA DO POLO



BIBLIOTECA DO POLO



ESPAÇO PARA REUNIÕES E FEIRAS



SALA DE AULA



LABORATÓRIO DE QUÍMICA



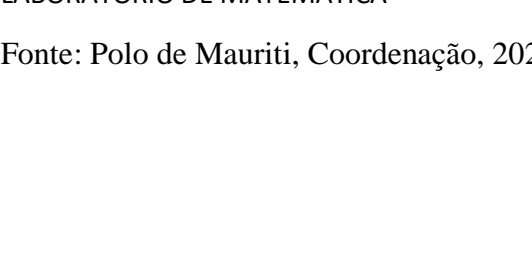
SALA DE AULA



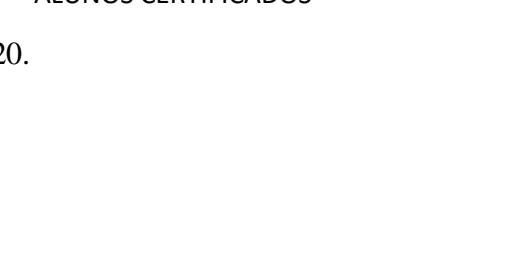
BIBLIOTECA DO POLO



LABORATÓRIO DE MATEMÁTICA



ALUNOS CERTIFICADOS



Fonte: Polo de Mauriti, Coordenação, 2020.

ANEXO B – FOTOS DE PARTICIPANTES DOS CURSOS TÉCNICOS, GRADUAÇÕES E PÓS-GRADUAÇÕES NO POLO PRESENCIAL DE MAURITI



Curso Técnico em Apicultura/PRONATEC/MEDIOTE/2019



Alimentação e Secretariado Escolar/Rede e-Tec /2011



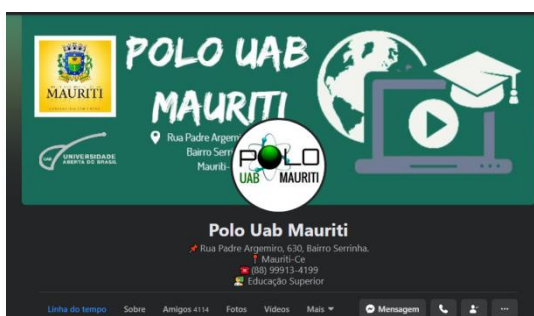
Transporte Escolar Municipal para logística de alunos. Aulas práticas do Curso de Lic. em Educação Física



Confraternizações



Apresentação de TCC's



Página no Facebook



Turma Administração Pública-Colação de Grau 2018



Certificados dos cursos de Técnico em Agricultura Orgânica e Agente de Desenvolvimento Socioambiental



Colação de Graduados



Colação de Técnicos

ANEXO C – LISTAGEM DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO POLO UAB EM MAURITI

De acordo com o Coordenador Atual Francisco José Martins Dantas, a documentação necessária à institucionalização do Polo, encaminhada a DED/CAPES/MEC, foi composta da seguinte forma:

1. Instrumento legal de criação do Polo UAB, especificando:
 - i) dotação orçamentária; e
 - ii) lotação de pessoal;
2. Orçamento anual do mantenedor incluindo as despesas do Polo.
3. Termo de Compromisso do mantenedor, junto à CAPES.
4. Documentação de propriedade, de cessão de espaço da escola EEF Centro Educacional de Mauriti.
5. Termo de Cessão de Uso dos espaços pedagógicos que não sejam próprios do Polo, PROARES e CVT.

Após análise das documentações, foi decretada a admissibilidade do Polo, a DED/CAPES realizou a análise pertinente aos critérios determinados e, posteriormente, promoveu visita in loco ao Polo para monitorar e cadastrar suas condições de infraestrutura física e tecnológica, de recursos humanos e de documentação.

O Polo UAB de Mauriti, hoje se encontra na situação Apto (AA), situação essa que indica a adequação da infraestrutura física, tecnológica e de recursos humanos do Polo, bem como a existência de toda a documentação necessária.

ANEXO D – ESCOLAS MUNICIPAIS E POLO DE MAURITI/CEARÁ

Distritos	ESCOLAS MUNICIPAIS/PÓLOS
ANAUÁ	EEF PRESIDENTE MEDICE
	EEF FIRMINO A. DE SOUSA
	EEF JARBAS PASSARINHO
	CEI CARROSSEL
	CEI MAE RAINHA
BURITIZINHO	EEF WALTER CALDAS DE TELES
	EEF FILEMON TELES
	EEF JOÃO LEITE DA SILVA
	CEI CRIANÇA FELIZ
	CEI MAGIA
SÃO FELIX	CEI CRIANÇA ESPERANÇA
	EEF SÃO JOSÉ
	EEF LUIZ FELIPE
OLHO D'ÁGUA	CEI SONHO INFANTIL
	EEF JOSE JOAQUIM DE SOUSA
COITÉ	CEI AQUARELA
	EEF EDSON OLEGARIO SANTANA
	EEF SERAFIM ALBANEZI
	EEF JOSE LOPES DINIS
SÃO MIGUEL	EEF JOAO BATISTA MONTENEGRO
	CEI ARARINHA
	EEF CAREOLANO LEITE
	EEF JOAO FURTADO MARANHÃO
NOVA SANTA CRUZ	CEI ARCO IRIS
	CEI MARIA MARLENE
	EEF PEDRO MARANHÃO
UMBURANAS	EEF BOM JESUS
	CEI N.S.APARECIDA
	EEF JOAO SEVERINO DE SOUSA
PALESTINA	EEF. MJ JOAQUIM ANT.FURTADO
	CEI SENHORA SANTANA
	EEF ANTONIO GOMES
	EEF OSSINA ARARIPE
	EEF JOAO LEITE A LIMA
	EEF ANTONIO LEITE DE ARAUJO
EEF DIANCARLA IZIDRO	
SEDE	EEF JOSE ACILIO
	CEI ANA JULIA
	EEF DARIVAL TELES
	EEF JOSE WILSON BARBOSA
	EEF MARIA SOCORRO SEVERINO
	EEF ANTONIO FURTADO
	EEF ZEFINHA CARTAXO
	EEF SULA LEITE
	EEF HUMBERTO BEZERRA
	EEF CEM
	CEI PARAISO
	CEI MENINO DEUS
	CEI PADRE ARGEMIRO
	CEI MAE DO BOM CONSELHO
CEI MUNDO ENCANTADO	
CEI IDEAL DA CRIANÇA	
PÓLO EDUCACIONAL: ETEC BRASIL e UAB/UECE	

Fonte: Prefeitura de Mauriti, 2020.